

Partas para Afra

POR UMA ÁRVORE INTEIRA





PROFEPT

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA

CAMPUS SALVADOR

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

CÁSSIA MARIA SOUZA COSTA SANTANA

**CARTAS PARA AFRA: POR ORALITURAS E OUTRAS PALAVRAS
ESCRITURADAS PARA A FORMAÇÃO DE TRABALHADORAS(ES) NEGRAS(OS)
“NO”, “DO” E “PARA” O MUNDO DO TRABALHO**

SALVADOR

2025

CÁSSIA MARIA SOUZA COSTA SANTANA

**CARTAS PARA AFRA: POR ORALITURAS E OUTRAS PALAVRAS
ESCRITURADAS PARA A FORMAÇÃO DE TRABALHADORAS(ES) NEGRAS(OS)
“NO”, “DO” E “PARA” O MUNDO DO TRABALHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Salvador do Instituto Federal da Bahia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Orientadora: Profa. Dra. Mariana Fernandes dos Santos

SALVADOR

2025

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
Rua Emídio dos Santos - Bairro Barbalho - CEP 40301-015 - Salvador - BA - www.portal.ifba.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

**PROFEPT- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

**CARTAS PARA AFRA: POR ORALITURAS E OUTRAS PALAVRAS ESCRITURADAS PARA A
FORMAÇÃO DE TRABALHADORAS(ES) NEGRAS(OS) “NO”, “DO” E “PARA” O MUNDO DO
TRABALHO.**

CÁSSIA MARIA SOUZA COSTA SANTANA

Orientadora: Profa. Dra. Mariana Fernandes dos Santos

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Mariana Fernandes dos Santos

Orientadora – Instituto Federal da Bahia (IFBA)

Prof. Dr. Leonardo Rangel dos Reis

Membro Interno – Instituto Federal da Bahia (IFBA)

Prof. Dra. Camila Lima Santana e Santana

Membra Interna – Instituto Federal da Baiano (IFBaiano)

Prof. Dra. Nelma Cristina Silva Barbosa de Mattos

Membra Externa – Instituto Federal da Baiano (IFBaiano)

Prof. Dra. Tânia Ferreira Rezende

Membra Externa – Universidade Federal de Goiás (UFG)

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela banca examinadora em 04/04/2025.

Em 04 de abril de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **MARIANA FERNANDES DOS SANTOS, Professor Efetivo**, em 07/04/2025, às 15:03, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Nelma Cristina Silva Barbosa de Mattos, Usuário Externo**, em 11/04/2025, às 19:33, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA LIMA SANTANA E SANTANA, Usuário Externo**, em 24/04/2025, às 19:39, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **TÂNIA FERREIRA REZENDE, Usuário Externo**, em 25/04/2025, às 10:01, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO RANGEL DOS REIS, Professor(a) do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico**, em 25/04/2025, às 21:31, conforme decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4095649** e o código CRC **B714225B**.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DO IFBA, COM OS
DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

S232c Santana, Cássia Maria Souza Costa

Cartas para afro: por oralistas e outras palavras escrituradas para a formação de trabalhadoras(es) negras(os) "no", "do" e "para" o mundo do trabalho / Cássia Maria Souza Costa Santana; orientadora Mariana Fernandes dos Santos -- Salvador, 2025.

175 p.

Dissertação (Programa de Pós - graduação em Educação Profissional e Tecnológica) -- Instituto Federal da Bahia, 2025.

1. Pesquisa afroreferenciada. 2. Educação profissional e tecnológica. 3. Formação "no", "do" e "para" o trabalho. 4. Trabalhadoras(es) negras(os). 5. Oralituras. I. Santos, Mariana Fernandes dos, orient. II. TÍTULO.

CDU 377

Dedicado a uma árvore inteira.

UM BILHETE EM AGRADECIMENTO

Um “não”, um tropeço, uma pedra, uma dor. Um achado, uma foto, uma carta. Uma angústia, um silêncio, uma mensagem. Uma cor, uma árvore, um nome, uma caixa. Um abraço, uma memória, uma ligação. Um morto, um vivo, um sapato, uma história. A quem, ao que e a quando agradecer por essa caminhada? Ao acaso? Às coincidências? Aos encontros? Mas e os desencontros, os não caminhos, erros e desafios? Não teriam eles também o seu lugar?

Aqui, mais que nomes de pessoas e instituições, agradeço à força vital, tenha ela o nome que você der. Essa força que nos leva a uma confluência, que facilmente identificamos pela convergência de ideais, sentimentos e intenções, mas que também, por vezes, chega pelo que chamamos de erro, desencontros, dificuldades ou um simples “não”.

Agradeço a quem e ao que foi possível dar nome, mas também a todas, a todos e a tudo que o nome não consegui alcançar. A quem e ao que foram estradas, sedimentaram o caminho, semearam sentimentos e palavras, sentaram ao meu lado, física e/ou espiritualmente, e não me permitiram desistir. Também aos que gritaram, aos que duvidaram, aos que me sacudiram e em nada facilitaram meu caminhar, deixo minha gratidão.

À minha árvore inteira (raízes, tronco, seivas, galhos, folhas, flores e frutos), sedimentada nos voltejos de um tempo espiralar, às intemperes do clima (quente, frio, úmido, favorável ou nem tanto), às pedras, às formigas, aos fungos, às ervas daninhas, às árvores amigas e a todas, a todos e a tudo que, em nossa árvore, trajetória e história, fizeram morada: *adupé, mo dúpé, nkanda* ou obrigada!

“Sob a sombra das árvores, de nossos irocos e baobás, muita história se passou. Construimos um país sobrevivente às imensas ganâncias por terras e florestas e às sangrentas travessias atlânticas, fazendo das dores, desafios a serem superados. Um país que continua transformando o antirracismo em uma bandeira, ainda hoje. Aqui, nossas avós sonharam e reinventaram suas famílias. Mesmo seco, nos diz um provérbio africano, o leito do rio ainda guarda o seu nome.”

Amanda Bonan e Marcelo Campos (2023)

“Eu vou falar de nós ganhando.
Porque de nós perdendo eles já falam.”

Nêgo Bispo (2023)

RESUMO

A população negra representa 56% da sociedade brasileira e é a maior força de trabalho no país. Contudo, quando tratamos da educação voltada para a formação de trabalhadoras(es) para o mundo do trabalho, constatamos que a literatura relacionada à historiografia da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil não apresenta como se deu a formação profissional das(os) trabalhadoras(es) negras(os) a partir dos modos de *sentirfazerpensar* dessa população. Assim, este trabalho problematizou o silenciamento e as ausências da população negra na constituição das bases conceituais e históricas da EPT no país. Diante desse cenário, este trabalho propôs demonstrar, por meio de um documentário, como se deu a formação de trabalhadoras(es) negras(os), de um mesmo grupo familiar, “no”, “do” e “para” o mundo do trabalho, indicando aproximações e divergências entre a história apresentada pela literatura relacionada à EPT e a história vivida pelo grupo, resgatando, a partir de suas oralituras e outras palavras escrituradas, seus saberes, modos de movimentação do conhecimento, valores e ancestralidade. A pesquisa buscou também indicar os espaços de formação profissional da população negra e sentidos para formação e atuação profissional do grupo, culminando na produção de um documentário. Para isso, o percurso metodológico foi sedimentado nas perspectivas da pesquisa afrodescendente do professor Henrique Cunha (2015), afroreferenciada a partir dos elementos estruturantes da Cosmóvisão Africana apresentados por Adilbênia Machado (2019) e Eduardo Oliveira (2021), e inspirado na Oralitura de Leda Martins (2003) e trajetórias de Nêgo Bispo (2023), no qual realizamos conversas semiestruturadas individuais, gravadas em áudio e vídeo e levantamento documental com membras(os) da família Castro Sous(z)a. Como resultado, o estudo apontou outras narrativas, espaços e tempos formativos da população negra “no”, “do” e “para” o mundo do trabalho, indicando que, para a promoção de uma educação efetivamente emancipadora e formação de sujeitos críticos na EPT, se faz necessário ampliar as bases conceituais e históricas dessa modalidade a fim de garantir a pluralidade e a diversidade de *sentirfazerpensar* a formação “no”, “do” e “para” o mundo do trabalho “na”, “da” e “para” a população brasileira.

Palavras-chave: Pesquisa Afroreferenciada. Educação Profissional e Tecnológica. Formação “no”, “do” e “para” o trabalho. Trabalhadoras(es) negras(os). Oralituras.

ABSTRACT

The black population represents 56% of Brazilian society and is the largest workforce in the country. However, when we deal with education aimed at training workers for the world of work, we find that the literature related to the historiography of Professional and Technological Education (EPT) in Brazil does not present how the professional training of black workers took place based on the ways of feeling and thinking of this population. Thus, this work problematized the silencing and absence of the black population in the constitution of the conceptual and historical bases of EPT in the country. In view of this scenario, this study aimed to demonstrate, through a documentary, how the training of black workers from the same family group took place “in”, “of” and “for” the world of work, indicating similarities and divergences between the history presented in the literature related to EPT and the history experienced by the group, rescuing, based on their oral history and other written words, their knowledge, ways of moving knowledge, values and ancestry. The research also sought to indicate the spaces for professional training of the black population and meanings for the training and professional performance of the group, culminating in the production of a documentary. To this end, the methodological path was based on the perspectives of the Afro-descendant research of Professor Henrique Cunha (2015), Afro-referenced from the structuring elements of the African Cosmivision presented by Adilbênia Machado (2019) and Eduardo Oliveira (2021), and inspired by the Oralitura of Leda Martins (2003) and trajectories of Nêgo Bispo (2023), in which we held individual semi-structured conversations, recorded in audio and video and documentary research with members of the Castro Sous(z)a family. As a result, the study pointed out other narratives, spaces and formative times of the black population “in”, “of” and “for” the world of work, indicating that to promote an effectively emancipatory education and the formation of critical subjects in EPT, it is necessary to expand the conceptual and historical bases of this modality in order to guarantee the plurality and diversity of feeling and thinking about the formation “in”, “of” and “for” the world of work “in”, “of” and “for” the Brazilian population.

Keywords: Afroreferenced Research. Professional and Technological Education. Training “in” and “for” the job. Black workers. Oralitures.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 –	Assinatura de Bisa Afra	23
Figura 02 –	Dona Astéria e convidadas(os) na festa de aniversário dela	27
Figura 03 –	Tela em aquarela e nanquim da casa da usina onde Afra morou por Jordânia Coutinho	29
Figura 04 –	Família Castro Sous(z)a	37
Figura 05 –	Nossa árvore família	39
Figura 06 –	Usina de Terra Nova.....	44
Figura 07 –	Meus avós no jardim da casa da usina no início da década de 1940.....	45
Figura 08 –	Telefone de parede antigo	46
Figura 09 –	Netas(os) de Afra quando crianças	48
Figura 10 –	Tio Isinho e as cadeiras de ferro e mangueira de PVC	50
Figura 11 –	Tapete confeccionado por tia Janice com técnica aprendida na infância	51
Figura 12 –	Filhos de tio Isinho em uma capacitação “no”, “do” e “para” o trabalho	52
Figura 13 –	Carteira de trabalho de tio Isinho	54
Figura 14 –	Mille no exercício da orientação pedagógica em 2025	55
Figura 15 –	Meus avós na casa da Liberdade	57
Figura 16 –	Tio Tanzinho em uma aula prática na ETFBA no final da década de 60	61
Figura 17 –	3x4 de tio Isinho	63
Figura 18 –	Joice atuando no espetáculo do grupo de teatro Carrancas	65
Figura 19 –	Reijane no Encontro de ex-alunas(os) do ETFBA em 2023	67
Figura 20 –	Verso do postal de tio Isinho para minha mãe Ieda em 07/10/1967.....	70
Figura 21 –	Aliança fantástica do G8	72
Figura 22 –	Casa da Lenha antes da restauração	73
Figura 23 –	Bolos de Linda	79

Figura 24 – Print da mensagem de tio Viraldo	81
Figura 25 – Feira de artesanato de tia Silvia em 2016	82
Figura 26 – Dossiê e carta de Esperança Garcia	84
Figura 27 – Belanice em 3x4	87
Figura 28 – Egressas do Educandário dos Perdões em um carnaval na década de 30	88
Figura 29 – Filhas de Belanice e Aloysio	89
Figura 30 – Registro do álbum de formatura de Ieda no ICEIA em 1965	90
Figura 31 – Luísa na cerimônia de conclusão de curso	93
Figura 32 – Formatura de tia Heloísa	95
Figura 33 – Formatura de Tia Janete no curso técnico em Administração na escola Teixeira de Freitas	96
Figura 34 – Biso Rosalvo caindo da torre da Igreja do Bonfim	99
Figura 35 – Linha do tempo da EPT no Brasil	105
Figura 36 – Nós na Colina Sagrada	111
Figura 37 – Jamille Souza, Cássia Souza, Joice Souza e Daniel Souza	115
Figura 38 – Entrevista com Ieda Souza na casa da Mangueira	123
Figura 39 – Mensagem de Heide Damasceno	126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT –	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CEFET –	Centro Federal de Educação Tecnológica
CENAP –	Centro Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisas de Petróleo
CHESF –	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CIA –	Centro Industrial de Aratu
CLT –	Consolidação das Leis do Trabalho
CTNM –	Curso Técnico de Nível Médio
DIEESE –	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EEEMBA –	Escola de Engenharia Eletromecânica da Bahia
EJA –	Educação de Jovens e Adultos
EPDBA –	Escola de Processamento de Dados da Bahia
EPT –	Educação Profissional e Tecnológica
ETFBA –	Escola Técnica Federal da Bahia
FHC –	Fernando Henrique Cardoso
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEIA –	Instituto Central de Educação Isaías Alves
IFs –	Institutos Federais
IF BAIANO –	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Baiano
IFBA –	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IPAC –	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
ISBA –	Instituto Social da Bahia
ITA –	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
LIBRAS –	Língua Brasileira de Sinais
MAM –	Museu de Arte Moderna
MEC –	Ministério da Educação
NEIM –	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher
OIT –	Organização Internacional do Trabalho
ORA –	Oralitura
PNAD –	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
ProfEPT –	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
RBEPT –	Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica

SEBRAE –	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECAD –	Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SENAI –	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI –	Serviço Social da Indústria
SETEC –	Secretária de Educação Profissional e Tecnológica
TCLE –	Termo de Consentimento, Livre e Esclarecido
UFBA –	Universidade Federal da Bahia
UP –	Universidade Petrobras
UTI –	Unidade de Tratamento Intensivo
UTN –	Usina Terra Nova

SUMÁRIO

AOS PÉS DE UMA MANGUEIRA	14
CARTAS “NO”, “DO” E “PARA” O CAMINHO	22
Carta 01: A caminho de Afra	23
Carta 02: Em terras novas	29
Carta 03: Em uma árvore família	36
CARTAS “NO”, “DE” E “PARA” ONDE CRESCE NOSSA MANGUEIRA	43
Carta 04: Em uma oficina	44
Carta 05: Em um lugar chamado escola	57
Carta 06: Em uma com(unidade)	69
CARTAS “NO”, “DE” E “PARA” NOSSOS GALHOS FLORIDOS	75
Carta 07: Entre tecidos, cocos, costuras, bolos, tapetes e sequilhos	76
Carta 08: Em um quadro-negro	84
Carta 09: Por outros caminhos	93
CARTAS “NA”, “DA” E “PARA” A COLINA	98
Carta 10: Na Colina Sagrada	99
Carta 11: Em um terreno de ausências	104
Carta 12: Na pele	110
CARTAS “NO”, “DO” E “PARA” O NOSSO TRONCO	114
Carta 13: Na árvore da juventude	115
Carta 14: Na casa da Mangueira	120
UMA CARTA PARA O COMEÇO	128
REFERÊNCIAS	136
APÊNDICES	148
Apêndice A – Cartas para Afra, o documentário	149
Apêndice B – Transcrição do postal de Isinho para Ieda	150
Apêndice C – Transcrição da carta de Afra	151
Apêndice D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	152
Apêndice E – Termo de cessão de uso de imagem e voz	156
Apêndice F – Termo de cessão de uso de documentos	158
Apêndice G – Roteiro de entrevista	160
Apêndice H – Questionário de validação do documentário	162
ANEXOS	164
Anexo A – Carta de Afra	165
Anexo B – Ode a Dona Pombinha	168
Anexo C – E-mail de Joice sobre o racismo	171

Aos pés de uma mangueira, 09 de janeiro¹

Querida(o) leitora(or),

“Saúde e felicidade é o que eu desejo a você e a todos que nos pertence.”
Afra Souza (1926)

“*Tudo começa com uma árvore*”, disse meu Babá². Pois, no início do mundo, no ventre de nossa terra-mãe, África, um Iroco³ foi semeado. Primeira árvore em nosso planeta, Iroco, segundo Cléo Martins e Roberval Marinho⁴ (2010), liga o *Orum* (céu) com o *Aiê* (terra), e, por meio dele, todos os orixás chegaram aqui.

Também brotei no tronco de um Iroco. Apareci, à beira-mar, sob um *Orum* estrelado, às três horas da manhã de uma madrugada de clima ameno do final da primavera, em Salvador. Naquela madrugada, a disposição das estrelas desenhava a vida e a morte no céu. Mesmo tendo perdido a noção de ser parte de uma árvore, durante todo o meu percurso para amadurecer e atingir a copa, vida e morte me assombraram com um duelo sem fim. Era como se fossem antagonistas, que jamais poderiam habitar o mesmo espaço e tempo.

A vida e a morte me assustavam também por serem acontecimentos sempre de um mundo exterior, acima de mim, em que eu tentava imaturamente me inserir e ter algum tipo de controle e previsibilidade, mas que teimava em escapar por entre meus dedos. Provavelmente, porque, sendo uma mulher preta em um mundo eurocentrado, a vida era uma busca incessante, alienada e inalcançável de um ideal e “de um fetiche: o fetiche do branco, da brancura” (Jurandir Costa *in* Neusa Souza, 1983, p. 04).

Já a morte e suas(seus) mortas(os) eram ameaças a serem, a todo custo, combatidas e evitadas, fossem de maneira física ou subjetiva. Contudo, ironicamente, era ela, a morte, vivida, sentida e lamentada diariamente. Uma vez que, ser uma pessoa negra em um mundo branco é ter uma história de ideologia racista, violenta, repleta de ausências e silenciamentos que, para serem superadas, como dizem Neusa Souza (1983) e Lélia Gonzalez (1988), implicam, antes e acima de qualquer coisa, atos deliberados e conscientes para tornar-se

1 Em 09 de janeiro de 2003 ocorreu a promulgação da Lei nº 10.639, que incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” (Brasil, 2003).

2 Babá significa pai em Iorubá. No texto, Babá é meu babalorixá, Ricardo, pai de santo, responsável pela administração do terreiro de candomblé *Ilê Axé Alaketú Odé Aganan*, da nação Ketu.

3 Iroco vem da palavra iorubá *Íròkò*. Também é grafado em português como Iroko. Utilizamos, neste trabalho, a grafia apresentada por Cléo Martins e Roberto Marinho na obra *Iroco: o orixá da árvore e a árvore orixá*, publicada em 2010.

4 Neste trabalho, as referências serão apresentadas pelo nome e sobrenome das(os) autoras(es). Essa é uma orientação/posição política adotada em alguns programas de pós-graduação, a exemplo do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que referencia as(os) autoras(es) dessa forma para demarcar a produção científica feminina. Já há, também, revistas que indicam a mesma orientação, como a *Revista Psicologia e Sociedade*.

negra(o).

Herança do processo de colonização, especialmente nas Américas, as cicatrizes que carregamos são chagas comuns na população negra. Apartadas(os) de nossas raízes, durante muito tempo, fomos condenadas(os) a viver em um mundo que, desde o primeiro contato do homem branco com a costa do continente africano, tenta nos imputar uma vida em morte e a morte em vida, por meio da cisão entre nossos corpos e nosso território, silenciamentos, hierarquizações e aniquilamento dos nossos modos de existir no mundo.

Segundo Elaine Santos (2021), o homem branco, quando chegou na Costa da Mina, de onde brotaram grande parte das minhas raízes⁵, observou que, assim como o Iroco, a árvore do baobá possuía uma dimensão sagrada e ancestral para as(os) nativas(os) da região. Conhecida também como a árvore da vida, os baobás são templos encantados que, para algumas etnias, serviam “como túmulos dos griôs, os contadores de histórias responsáveis pela memória ancestral e pela manutenção, dessa forma, dos laços de coesão do grupo” (Nei Lopes; Luiz Simas, 2021, p. 106).

Em torno do baobá, diversas comunidades africanas partilhavam, por meio da oralidade, seus conhecimentos. Essa árvore carrega, para muitos povos, uma outra perspectiva de ser humano, que, diferente do ocidente, é forjado a partir do nós, e não do eu (Elaine Santos, 2021). Porém, o baobá, “a árvore da permanência, da ancestralidade e da continuidade da vida pela palavra” (Nei Lopes; Luiz Simas, 2021, p. 106), passou a ser a árvore da morte e do esquecimento.

Nossa história conta que toda vez que as africanas e os africanos iam embarcar no navio negreiro, para serem escravizados no Brasil, eles eram obrigados a realizar um ritual de desenraizamento em torno dessa árvore. As prisioneiras e prisioneiros que eram crianças, jovens e adultos, caminhavam longas distâncias a pé durante a noite, para que a escuridão as impedisse de encontrar o caminho de volta, caso tentassem fugir. Quando chegavam ao forte, ficavam acorrentadas(os) até que fosse realizado um leilão para saber quem seria o comprador daquelas pessoas. E antes de embarcarem, eram obrigados a dar voltas em torno do Baobá, forçados a deixar aquela terra natal e toda sua história. A ordem era para que as mulheres dessem sete voltas e os homens nove. Ao destituir esses povos de seus vínculos e memória, esse rito garantia a submissão dos mesmos, pois renegar os ancestrais ao redor daquela árvore, significava perder todo referencial de pertencimento para tornar-se objeto na mão de alguém. Por causa disso, o Baobá passou a ser chamado também de árvore do esquecimento (Elaine Santos, 2021, p. 01).

5 A partir de teste genético, constatamos que meu DNA indica que 71% da minha ancestralidade é proveniente do continente africano, sendo 40% da Costa da Mina, 11% do oeste, 9% do leste da África os resultados mais expressivos.

O processo de desenraizamento pretendia imputar a morte subjetiva de milhares de pessoas obrigadas a embarcarem em uma viagem sem volta. Desse lado do Atlântico, o trabalho forçado, que as aguardava, não era um princípio educativo, mas uma via de inferiorização, objetificação e subjugação de nossas ontologias. O processo de escravização na América inaugurou um regime de trabalho perverso e violento, reduzindo nossas(os) ancestrais a coisas ou máquinas, a fim de roubar-lhes por completo a sua humanidade.

A escravidão se tornou sinônimo de trabalho intensivo em grandes plantações de cana-de-açúcar, algodão, arroz, tabaco e, mais tarde, café. Escravos eram usados também na mineração de ouro, prata e diamantes. Estavam, portanto, em condição equivalente à das máquinas agrícolas industriais de hoje, como os tratores, os arados, as colhedoras e as plantadeiras nas modernas fazendas do interior do Brasil. Nos engenhos de açúcar, trabalhavam em jornadas exaustivas, em turnos e regime de trabalho organizados de forma muito semelhante às linhas de produção que, a partir do final do século XVIII, caracterizariam as fábricas da Revolução Industrial (Laurentino Gomes, 2019, p. 73).

Por mais que ainda hoje sintamos o açoitado do racismo diariamente, a investida portuguesa e o rito de desenraizamento não foram 100% efetivos. Pois, assim como as sementes dos baobás, que atravessaram o Atlântico escondidas nos cabelos crespos de mulheres africanas escravizadas (Lucília Gouveia, 2023), Iroco, com suas raízes caminantes, também chegou a terras brasileiras, e, por aqui, escolheu outras moradas (Cléo Martins; Roberto Marinho, 2010).

O Iroco, que, para alguns, é morada de um orixá, cultuado pelo mesmo nome, e que, para outros, é o próprio orixá (Cléo Martins; Roberval Marinho, 2010), é “a árvore como o corpo do tempo” (Sesc SP, 2023). Sendo ele o próprio tempo, nada que na Terra se passou aconteceu fora do seu domínio (Ernesto Xavier, 2024).

No Brasil, cultuado nas gameleiras, e em algumas nações de terreiro, em mangueiras (Cléo Martins; Roberval Marinho, 2010), Iroco testemunhou os povos pretos, assim como ele, se reinventarem. Mesmo diante do assombro da violência, do genocídio e da crueldade, os povos pretos que aqui chegaram mantiveram vivas suas raízes, abrigadas, agora, em uma terra nova, na qual, com o corpo inteiro (raízes, tronco, copa, folhas, flores e sementes), ergueram a maioria do que sobre essa terra é possível enxergar.

Mesmo inseridas(os) em uma lógica capitalista, nossas(os) ancestrais, nas raízes do senhor do tempo-árvore, criaram outras formas e sentidos para o trabalho/produção, família, culto às suas divindades e (re)existências, movimentando, para além-mar, seus saberes e ancestralidade. Comandante de todas as árvores (Cléo Martins; Roberval Marinho, 2010),

“ou o próprio coletivo de árvores grandiosas; seio da natureza que é morada de todos os Orixás” (Sesc SP, 2023), Iroco, que, nas reuniões dos orixás, ouve em silêncio os debates, mas toma nota de tudo para no momento certo proferir suas providências e sentenças (Cléo Martins, Roberval Marinho, 2010), escutou também todas as histórias que, no domínio dele (tempo), contaram. Ouviu cada grito dos corpos pretos amarrados aos troncos para serem castigados e, certamente, ele ainda se enfurece, sem envergar-se, a cada árvore-gente que, diante da covardia, tomba física ou subjetivamente.

Guardião da ancestralidade e dos antepassados, Iroco guarda em si o que de nós tentam, em vão, apagar. Nele, estão os saberes ancestrais e orgânicos que me forjaram para o mundo e para o trabalho. No Iroco em que brotei, cultuado em uma mangueira, os conselhos de minha avó Belanice, repetidos por minha mãe – como, por exemplo: “*Seu primeiro marido é seu emprego*” – ou o convívio com meu avô Aloysio, mesmo após a sua partida para a ancestralidade 15 dias depois meu nascimento, permanecem vivos.

As histórias e os saberes guardados nas raízes do Iroco e movimentados por minha árvore inteira sempre aqueceram meu coração. Assim como o perfume do café que meu avô passava por volta das quatro horas da manhã ou da água que ele aquecia para o banho de cuia de minha mãe antes de levá-la à rodoviária antiga para que ela fosse lecionar em um estágio do curso de magistério, esses saberes sinalizavam outros sentidos para a nossa formação e atuação “no”, “do” e “para” o mundo e o trabalho.

Bisneta de Afra Maria de Jesus Souza e Rosalvo Isauro de Souza, eletricista da Usina de Terra Nova (UTN) e da Igreja do Bonfim. Neta de Aloysio Souza, egresso do Liceu de Artes e Ofícios ou do Liceu Salesiano, também forjado profissionalmente no chão da UTN, e de Belanice de Castro Sousa, egressa do colégio do Convento dos Perdões e uma das primeiras professoras negras em Terra Nova. Filha de Arivaldo Costa, egresso da Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA), e de Ieda Souza Costa, egressa do curso de magistério do Instituto Central de Educação Isaías Alves (ICEIA). Sobrinha, prima, afilhada e esposa de pessoas negras forjadas pela Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por, pelo menos, cinco gerações, cheguei à copa da mangueira ouvindo histórias e personagens muito distantes das(os) apresentadas(os) pelas bases conceituais e históricas da formação profissional a partir dessa modalidade de ensino.

Servidora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) e discente do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), tive

primeiro embate com as fontes históricas da EPT ao ter contato com o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909 (Brasil, 1909), que criou as Escolas de Aprendizes Artífices. O documento apresenta, no corpo do seu texto, uma imagem tendenciosa e violenta de seu público-alvo, ao afirmar:

Considerando: que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescente da luta pela existência; que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime (Brasil, 1909, p. 01).

Diante dos saberes movimentados em minha árvore, não consigo concordar que os filhos dos desfavorecidos da fortuna (Brasil, 1909), a maioria pessoas negras, teriam apenas a criminalidade e a ignorância como destino. O decreto, que apresenta uma narrativa hegemônica em relação aos povos negros e pobres, desconsidera os saberes e trajetórias dessas pessoas.

Tais palavras impressas no texto e o aprofundamento dos estudos relacionados às bases conceituais e históricas da EPT, repletos de silenciamentos, ausências e descritas prioritariamente por mulheres e homens brancas(os), criaram um embate e uma sensação de não-lugar entre os saberes e histórias da minha árvore e o conhecimento científico produzido no espaço da academia. Uma vez que a ciência, produzida no campo da EPT, pouco contempla, e, com raras exceções, é capaz de traduzir ou apresentar as percepções e movimentos das pessoas forjadas por essa modalidade educacional, principalmente quando comparados com as histórias trazidas pela oralidade, questionei à minha árvore: como se deu nossa formação “no”, “do” e “para” o mundo do trabalho?

A primeira resposta que Iroco deu chegou com uma carta. Escrita em 15 de novembro de 1926, por minha bisavó Afra (Anexo A), a carta descrevia um pouco do dia a dia de uma família negra, residente no então distrito de Santo Amaro, Terra Nova. Em cada linha, Afra trazia uma importante evidência de que buscar conhecer nossa ancestralidade nos resgataria dos riscos iminentes impostos por uma sociedade estruturalmente racista, que reforça, por meio de uma história única (Chimamanda Adichie, 2014), um lugar de inferiorização e subalternização da população negra.

Tendo o trabalho como balizador da vida da maioria das famílias negras (Reimy Chagas, 2014), Afra apontou o caminho para, como nos ensina Nêgo Bispo⁶ (2020), como o

6 Nêgo Bispo é a forma como o mestre quilombola Antônio Bispo do Santos gostava de ser chamado. Assim,

papel vem da árvore, embora ele esteja em uma situação sintética, ainda tem vida, plantarmos nossas oralituras e palavras no papel. Desse modo, nessas folhas de papel do nosso Iroco, assim como o próprio orixá, abrigam-se vida e morte, não mais como antagonistas, mas como tempo-árvore inteira na eternidade, que apresenta outros modos de *sentirfazerpensar* nossa formação e atuação para o trabalho e para a produção da vida.

Como trazido por Rick Rubin (2023, p. 41), “a natureza transcende nossa tendência a rotular e classificar, a reduzir e limitar. O mundo natural é insondavelmente mais rico, interligado e complicado do que nos ensinam e muito mais misterioso e belo”, o que possibilita vivenciarmos outros movimentos, tempos e saberes, superando as cisões, silenciamentos e hierarquizações do Ocidente.

Assim, escrevo essa carta para você a partir de uma mangueira frondosa. Sob nossa copa, tem uma cadeira de ferro, que era de meu avô, com o assento e encosto feitos por um trançado de mangueira de pvc amarela, que meu tio Isinho aprendeu, desde menino, a fazer. Os meus pés descalços descansam entre as raízes expostas dessa árvore. Da terra úmida sob meus pés, brota um tronco firme que sustenta os galhos com suas folhas, flores e alguns frutos. Nele, por vezes, descanso minha cabeça.

Nas próximas páginas, você encontrará algumas cartas, ditadas por uma árvore inteira, cujo objetivo é demonstrar como se deu nossa formação, enquanto trabalhadoras(es) negras(os) de um mesmo grupo familiar, “no”, “do” e “para” o mundo do trabalho, indicando aproximações e divergências entre a história apresentada pela literatura relacionada a EPT e nossa história vivida, resgatando nossos saberes, modos de movimentação do conhecimento, valores e ancestralidade. As cartas indicam também os espaços e sentidos “na”, “da” e “para” a formação e atuação profissional da população negra, culminando, a partir de nossas oralituras e outras palavras escrituradas, na produção de um documentário.

Para tanto, sedimentamos nossa caminhada nas perspectivas da pesquisa afrodescendente do professor Henrique Cunha (2015) e nos pilares da produção científica afrorreferenciada apresentados por Adilbênia Machado (2019) e Eduardo Oliveira (2021). Desse modo, trouxemos foco e força ao vivido ou percebido por nós, a partir dos elementos estruturantes da Cosmovisão Africana: força vital, palavra, tempo, pessoa, família, ancestralidade e produção por todo nosso percurso, abrindo espaço para que nossos saberes ancestrais e orgânicos e novas perspectivas da formação profissional da população negra no Brasil emergissem por meio de nossas Oralituras (Leda Martins, 2003) e trajetórias (Nêgo

adotamos, ao longo do texto, o apelido, mas, nas referências, ele é citado como SANTOS, Antônio Bispo.

Bispo, 2023), colhidas das conversas individuais, gravadas em áudio e vídeo, com alguns galhos da nossa família, as(os) Castro Sous(z)a.

Uma vez que o “papel” parte da nossa árvore é um pedaço vivo de madeira, as cartas carregam, para além das palavras escrituradas, nossas oralituras. Nas imagens com moldura azul, compartilhamos nossas trajetórias em cores, sons, gestos e muitas, muitas histórias. Elas possuem *link* e *QR Code* para garantir a melhor experiência possível.

As primeiras cartas que você encontrará foram escritas “no”, “do” e “para” o caminho que percorremos. A primeira delas demarca o nosso reencontro com Afra e remonta às nossas motivações para denegrir⁷ a historiografia da EPT. Na segunda carta, partimos da casa da usina para contar por onde, como e com quem, com pés descalços, escolhemos caminhar por terras novas. Já na terceira, dos galhos de uma mangueira semeada em um tempo espiralar, apresentamos as(os) porta-vozes das nossas histórias.

Nas cartas escritas “no”, “do” e “para” onde cresce nossa mangueira, caminhamos pelo antigo terreno da UTN, pelos trilhos desativados da linha férrea da Leste, nas oficinas de capotaria, em canteiros de obras e nas memórias de nossas(os) mais velhas(os), a fim de apontar a formação “no”, “do” e “para” o trabalho da população negra nos próprios ambientes de trabalho. Sem detrimento da formação institucionalizada, (re)visitamos, na quinta carta, as escolas que forjaram o grupo e, por meio de nossas oralituras, reconstituímos esses espaços-tempos para além da formação técnica para o mercado de trabalho. E, em uma com(unidade), nos aquilombamos e, a partir das irmandades que formamos para além dos laços sanguíneos, nos forjamos para exercício profissional “no”, “do” e “para” o coletivo.

Escritas e destinadas “no”, “do” e “para” os nossos galhos floridos, essas cartas revisitam os espaços-tempos da formação negra feminina para o mundo do trabalho. Entre tecidos, cocos, costuras, bolos, tapetes e sequilhos, (re)encontramos a potência comercial de nossas mais velhas que, por meio de seus tabuleiros e ateliês de costura, movimentaram, e ainda movimentam, saberes ancestrais como meio de sustento próprio e de nossa família. Também, com as pontas dos nossos dedos sujas de giz, em um quadro-negro, demos forma e contexto à formação de professoras de magistério nas escolas Normais como caminho para emancipação de si e, por meio do ensino das primeiras letras, de toda uma comunidade. Refizemos, ainda, as trajetórias daquelas que, mesmo diante de inúmeras dificuldades, caminharam por outros caminhos, tendo a formação técnica como meio.

Nas cartas escritas “na”, “da” e “para” a Colina, colocamos sob uma lupa para análise

⁷ Denegrir significa tornar negro.

a historiografia da EPT no Brasil. Ao partimos da nossa relação (ou da falta dela) com biso Rosalvo e a Colina Sagrada⁸, problematizamos a educação eurocentrada à qual fomos forjadas(os). Nessas cartas, também mapeamos o terreno frágil e de ausências em que a literatura da EPT brasileira está situada. Ainda da colina, expomos nossas cicatrizes causadas pelas ausências e pela formação brancocêntrica da população negra não apenas “no”, “do” e “para” o mundo do trabalho, mas “na”, “da” e “para” a vida.

Sob a sombra de uma árvore da juventude, as cartas “no”, “do” e “para” o nosso tronco retomam uma brincadeira nossa de criança para propor e apresentar outras formas de se *sentirpensarfazer*, viver, a formação de trabalhadores brasileiros. Buscamos, por meio de um documentário, registrar nossas oralituras, nas quais vida e trabalho se entrelaçam, pois são feixes de uma mesma árvore, ocupando o mesmo espaço-tempo, e agora espaço-tela. Na casa da Mangueira, detalhamos nossa caminhada na produção (nossa brincadeira) para fazer um filme-família, e, por meio dele, esperamos potencializar o debate relacionado à formação profissional da população negra, bem como a educação para as relações étnico-raciais no país.

Na última carta, a vida, o trabalho e nós (árvore inteira) voltamos ao início. Das águas de Oxum, reencontramos Afra, terra preta e fértil, mulher sagrada. Contamos a ela uma história afrorreferenciada de nós e, portanto, dela. Reunimos nomes e oralituras de um povo que diariamente sofre com silenciamentos físicos e subjetivos. Reservamos os alicerces para que essa Afra, agora no tronco de nossa árvore, mesmo diante de um mundo ainda brancocêntrico, possa, desde cedo, conhecer a própria história, na esperança de que ela seja sempre “Dona e Senhora” das histórias que ela irá *sentirfazerpensar*. Registramos para ela nossos valores, saberes orgânicos e ancestrais, para uma formação efetivamente integral, na qual o trabalho é apontado para a vida, o divino, a coletividade e o eterno. Assim, a vida, que, como o tempo, não tem fim, volta ao início. Somos começo novamente.

Com carinho, a mangueira

⁸ A Colina Sagrada está situada na capital da Bahia, Salvador. Nela encontramos a Basílica do Nosso Senhor do Bonfim.

Cartas “no”, “do” e “para” o caminho

A caminho de Afra, 02 de fevereiro⁹.

Querida bisa Afra,

“Quem faz perguntas, não pode evitar as respostas”
Portal Geledés (2012)

Que prazer conversar contigo! Espero encontrá-la bem. Recebi há algum tempo uma carta sua. Foi em um domingo à noite, em setembro de 2021, que ela chegou. Naquele dia, havia passado a tarde conversando com minha prima Joice, filha de tio Tanzinho, sobre uma ode que ela havia feito para avó dela, Pombinha, que coloquei em anexo a esta carta¹⁰. Engraçado que passamos uma tarde entre risos, lágrimas, saudade, alegria e sonhos, relembrando da casa, do sorriso e do jeito de Dona Pombinha, cenas descritas no desenho da letra estranha de Joice. No final da tarde, enviei a carta transcrita para tia Janete, mãe de Joice. À noite, nós, que já não somos habituadas(os) a enviar e a receber cartas, principalmente as escritas à mão, recebemos a sua. Fazia tempo que não sentia aquela sensação gostosa que só o envio e o recebimento de cartas nos provocam. Diferente da sua época, ela não veio pelos Correios; chegou em três imagens por meio de um aplicativo de conversa instalado em meu celular. Abri a primeira imagem, li o texto, tentando decifrar as palavras escritas em um papel amarelado pelo tempo. Li a segunda página; naquele momento, algumas palavras – como o nome de meu avô – já demonstravam alguma familiaridade daquele texto com minha história. Mesmo ansiosa, degustei cada palavra.

Abri a terceira imagem de sua carta. Como nas outras, li e senti cada linha no exato momento em que ela chegava aos meus olhos. Cenas de um cotidiano se desenhavam diante de mim. Cortes de tecidos, pedido de música, nomes de pessoas conhecidas davam pistas de que nosso reencontro estava próximo. Últimas linhas da sua carta e uma escrita irregular dizia “adeus lembranças de todos de cá”. Confesso que transbordei quando vi sua assinatura. Enfim, te (re)encontrei.

Figura 01: Assinatura de Bisa Afra



Fonte: Acervo pessoal.

⁹ Comemorado o Dia de Iemanjá, mãe de todos os orixás. A Plenária da Constituinte aprovou a emenda que estabelece o racismo como crime inafiançável e imprescritível (Fundação Palmares, 2023).

¹⁰ Texto de Joice, no Anexo 2.

Durante muito tempo, o meu “A” e meu “M” se pareceram com os seus. No meu nome também tem “Maria” e o “S” de minha mãe ainda é igualzinho ao seu. Mesmo sem nunca ter te visto, você me mostrou que vivia em mim, latente tanto na grafia do nosso nome, como nos traços do meu rosto, na cor da minha pele, na destreza com a costura, nos fios crespos do meu cabelo e em tudo que habitar um corpo feminino e negro significa.

Ver sua assinatura foi tão forte quanto a primeira vez em que ouvi seu nome. Crescendo o privilégio de ouvir várias histórias de minha mãe. Uma delas era relacionada à minha chegada por aqui. Minha mãe conta que fui um bebê muito desejado. Apesar disso, ela rezava para que eu não fosse uma menina, segundo ela, porque não gostaria que eu sofresse o que ela sofreu, e até hoje sofre, especialmente com o cabelo que havia herdado da senhora.

Ela conta que, diferente da mãe, tias e irmãs, o cabelo dela não crescia e era crespo, crespo, crespo. Indomável, nem o ferro quente dava muito jeito nele. Porém, ao mesmo tempo que ela se lamentava por ter herdado tão fortemente essa característica, ela conta, com orgulho, como a senhora era amorosa, doce e bonita. Imponente com seus mais ou menos um metro e oitenta de altura, gostava de ser chamada e era conhecida como Dona Senhora.

Talvez por causa disso, durante maior parte da minha vida, eu conheci apenas Dona Senhora. Somente por volta dos anos 2000 e pouquinho, quando minha mãe repetia a história do meu nascimento, questionei qual era o nome de Dona Senhora, e ela respondeu: “o nome de minha avó era Afra. Afra Maria Souza”. Lembro do arrepio que senti na espinha naquele momento. Como assim, eu tinha uma bisavó que se chamava Afra e, até aquele momento, não sabia disso? Como assim, Afra? Por que a senhora preferia Dona Senhora? Como, assim o seu cabelo, que segundo tio Isinho, irmão mais velho de minha mãe e meu padrinho, parecia umas pimentinhas do reino igualzinho ao cabelo do meu filho, permeava mais as histórias sobre mim do que o seu próprio nome?

Pelo menos 20 anos se passaram entre o arrepio na espinha e o desaguar ao ver sua assinatura. Confesso que, durante boa parte desse tempo, no desenvolvimento da vida, perdi o envolvimento com você. Perdida em mundo eurocentrado, imersa na angustia das ausências e silenciamentos trazidos pelo contato com a ontologia brancocêntrica, semanas antes de receber sua carta, eu havia procurado tia Sofia¹¹, filha do seu sobrinho Ildefonso, o filho caçula de sua irmã Astéria.

Eu, estudante do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e

¹¹ Sofia é minha prima em quarto grau. Na nossa família, costumamos chamar de tia(o) todas(os) de gerações anteriores à minha.

Tecnológica (ProfEPT), trabalhadora em uma instituição de ensino que oferta esse tipo de educação e fruto de uma família forjada pela educação profissional, estava chateada porque em quase nada, e em muitos momentos em nada mesmo, as palavras escrituradas, como diz meu querido mestre quilombola Nêgo Bispo (2015), relacionadas à história, aos movimentos dos conhecimentos e aos modos de se *sentirfazerpensar* o trabalho e a educação nos contemplava ou tinha qualquer semelhança com as histórias e trajetória de minha mãe e da nossa família.

Tia Sofia e eu conversamos horas e horas nas noites de segundas, durante alguns meses, por telefone. Nós buscávamos entender o abismo que existia entre a história contada por terceiros e nossa história vivida. Lembro que, após muitos anos sem termos contato, liguei para ela e falei sobre minhas angústias com o mestrado e as sérias divergências, apagamentos e silenciamentos que os conteúdos apresentavam. Lembro que, em nossa primeira conversa, confessei a ela não achar que meu avô Aloysio, seu filho e homem preto, ingressaria na escola “do vício, do ócio e do crime” (Brasil, 1909), caso não tivesse acessado uma instituição que o formasse para o trabalho.

Para nós, tornou-se uma questão muito séria e cara demonstrar que o filho, irmão e pai tão amado, fruto de uma família preta já estruturada no início do século XX, não estaria fadado à criminalidade, porque havia, para ele, e muitos outros meninos pretos, como tio Ildefonso, outros caminhos, outros modos de se *sentirfazerpensar* o existir no mundo, o trabalho e a educação.

Busquei tia Sofia porque apenas ela poderia recorrer às histórias deixadas pelo pai dela. Guardador de muita sabedoria, tio Ildefonso, inspirado pelo tio dele, Rosalvo Isauro de Souza, seu marido e meu biso, concluiu o curso de Mecânica de Máquinas pela Escola Industrial do Instituto Politécnico da Bahia. Porém, após a perda precoce de suas irmãs, acometidas por uma doença desconhecida, tornou-se o primeiro médico da família de que temos notícias e um dos primeiros homens pretos a frequentar a Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ele também foi um grande contador de nossas histórias e guardava muitas memórias e saberes de um tempo bem distante.

Sempre disponível, mesmo diante de uma agenda agitada, ele não se furtava a compartilhar uma boa história. Em 2019, as conversas olho no olho não eram mais possíveis, o corpo dele foi depositado na terra e seu espírito retornou para alimentar nossa ancestralidade. Ao prever, talvez, nossa limitação em acessá-lo, tio Ildefonso deixou em sua casa, na Lapinha, um grande acervo físico.

Tia Sofia, imbuída do mesmo desejo que eu, revisitou o acervo deixado pelo pai, a fim de catalogar o que lá existe, mas também em busca de pistas de como se deu a formação das(os) nossas(os) familiares mais velhos “no”, “do” e “para” o mundo do trabalho. Nessa busca, ela encontrou muitas cartas, cartas de Dona Astéria, cartas de amor, fotos, diversos documentos, anotações, carteiras, diplomas, certificados, certidões, centenas de livros, revistas, diários e agendas do pai dela e de outras pessoas, até que um dia ela chegou à sua carta e a enviou-me.

A partir daquela noite de setembro, em que recebi sua carta, nada mais seria igual. Nada mesmo. Se os livros, a ciência, a academia pouco ou nada falavam de nós e de nossas trajetórias em suas palavras escrituradas, então, era em nós que encontraríamos as respostas que buscávamos.

Por algum motivo, os pais de tio Ildefonso e ele guardaram, entre tantas outras coisas, a sua carta. E, como os mapas de rotas de fuga desenhados em tranças nagôs ou raiz nas cabeças de nossas(os) ancestrais (Lina Vargas, 2003), as suas palavras depositadas no frágil papel amarelado pelo tempo e minuciosamente preservadas nos apontavam rotas de fugas de uma história única e a primeira pista, que nos sinaliza como chegar lá, estava em seu nome, Afra.

Afra, para além de significar aquela que vem de África, também é sinônimo de:

“Terra fértil” ou “mulher sagrada”. Ele representa a fertilidade, a maternidade e a conexão com a terra. Além disso, Afra também é associado à cor preta, que simboliza a força, a proteção e a sabedoria ancestral. Esse nome pode ser interpretado como uma homenagem à ancestralidade e às raízes africanas, bem como uma afirmação da identidade negra e da luta contra o racismo e a discriminação. Portanto, o nome Afra é uma escolha poderosa e significativa para aqueles que buscam conexão com suas raízes e com a espiritualidade africana (Essências da Terra, 2023).

Ao olharmos para a terra sob nossos pés, escolhemos nosso caminho. Além de respostas para nossas angústias, estávamos retornando às nossas raízes, buscando, naquela terra fértil, nossa sabedoria ancestral. Assim, as conversas, às segundas-feiras, com tia Sofia, ampliaram-se e, nos percebendo partes de uma grande árvore, nossas raízes apontaram para um caminhar também com seu tronco, galhos, folhas, flores e frutos. Éramos uma árvore que buscava se reconectar, juntar as partes, até então fragmentadas, para que, em algum momento, pudéssemos nos reconhecermos como uma árvore inteira.

Foi Tia Sofia que, diante de uma foto, lançou o pedido para trazermos outras pessoas para nossa caminhada. “Veja com o povo se lembra do nome deste senhor. Poderia ser

Quintino? O nome é mencionado na carta de avó Afra para tia Bune. Esse senhor, da foto, passava tempo na casa de Avó Astéria”, pediu tia Sofia em uma das nossas conversas pelo *WhatsApp*, em novembro de 2021. Somente com o auxílio de outras pessoas, outros galhos de nossa árvore, conseguiríamos trazer nomes e histórias aos rostos ainda desconhecidos.

Certamente a senhora conseguiria nos responder se o senhor da foto é ou não Quintino.

Figura 02: Dona Astéria e convidadas(os) na festa de aniversário dela



Fonte: Acervo de tio Ildefonso (grifo de tia Sofia).

Conseguimos identificar algumas pessoas, entre elas, Dona Astéria, sua irmã, com o vestido com estampa de estrelas, sentada entre o suposto senhor Quintino e um homem de terno escuro. Prima Bune, a quem a senhora destinou sua carta, também está na foto. Tia Sofia disse que ela é a terceira mulher em pé, da direita para esquerda da foto, negra retinta, com cabelos grisalhos e vestido floral, atrás do homem sentado de terno escuro¹².

Como por confluência (Nêgo Bispo, 2015), nossa árvore encontrou bons ventos, e nossa busca, agora familiar, adentrou a academia. A primeira vez que compartilhei a sua carta fora da família foi em um grupo de pesquisa. Engraçado, bisa, que esse espaço chamado academia que, durante centenas de anos, nos eliminou e que nada sabe em relação às pessoas daquela foto, por vezes, também pode ser um espaço de acolhimento.

¹² Tempos depois, tia Sofia conseguiu a identificação de todas(os) da foto. Afra e Quintino não estão nela.

Em um dos encontros de um grupo de pesquisa/estudos, debatemos as Escrivivências, de Conceição Evaristo (2020). No final daquele encontro, li sua carta à prima Bune, apenas para exemplificar o conceito de Evaristo sobre a escrita de si. Entre as afetações que sua carta causou, a do professor-orientador do grupo ressoou com um eco perturbador. Ele, sem meias palavras, falou que meu projeto de pesquisa relacionado à extensão e ao cabelo afro era relevante, mas que a sua carta deveria ser o meu projeto de pesquisa no Mestrado.

Incentivada pelas palavras daquela comunidade e acolhida pela minha orientadora, que guiou meus passos e me provocou a trilhar caminhos contra-hegemônicos “na”, “da” e “para” a academia, minha árvore e eu transformamos nossa busca e nossas vivências em caminhos para outras histórias, outros saberes da população negra e outras relações com a educação, trabalho, família, natureza e modos de existir no mundo.

Até hoje tem sido desafiador não reduzir nossas existências para fazer cabê-las nos parâmetros, métodos, tempos, número de páginas e instrumentos consagrados da pesquisa científica brancocêntrica. Caminhar por uma escrita outra, por uma metodologia outra, a fim de chegar a um resultado outro, é o que não nos elimina do processo e nos envolve em nossos enredos, raízes, seivas, tronco e copa.

Com passos mais firmes no chão, inevitavelmente, sentimos, fizemos, pensamos e vivemos um trajeto afrodescendente (Henrique Cunha, 2015) e, por nossas histórias e vivências, que emergiram de nossas oralituras (Leda Martins, 2003), afrorreferenciamos (Adilbênia Machado, 2019; Eduardo Oliveira, 2021) o terreno ainda majoritariamente branco da academia.

Não encontramos ainda uma foto sua. Gostaria muito, apesar de não precisar dela, pois, mesmo sem conhecer seu rosto, já estamos a caminho de você, terra fértil, de cor preta e sabedoria ancestral. Seguimos trilhando as pistas e mapas deixados na cena do cotidiano de nossa família negra, descrita em sua carta. Aqui, bisa, foi apenas o começo de uma longa caminhada, que juntas(os) trilhamos.

Bem, imagino que deva ter muito o que fazer por aí, assim, deixarei a senhora por ora, na certeza de novos reencontros. Antes de ir, responde uma coisa: A senhora recebeu os tais sapatos?

Com saudades, nós.

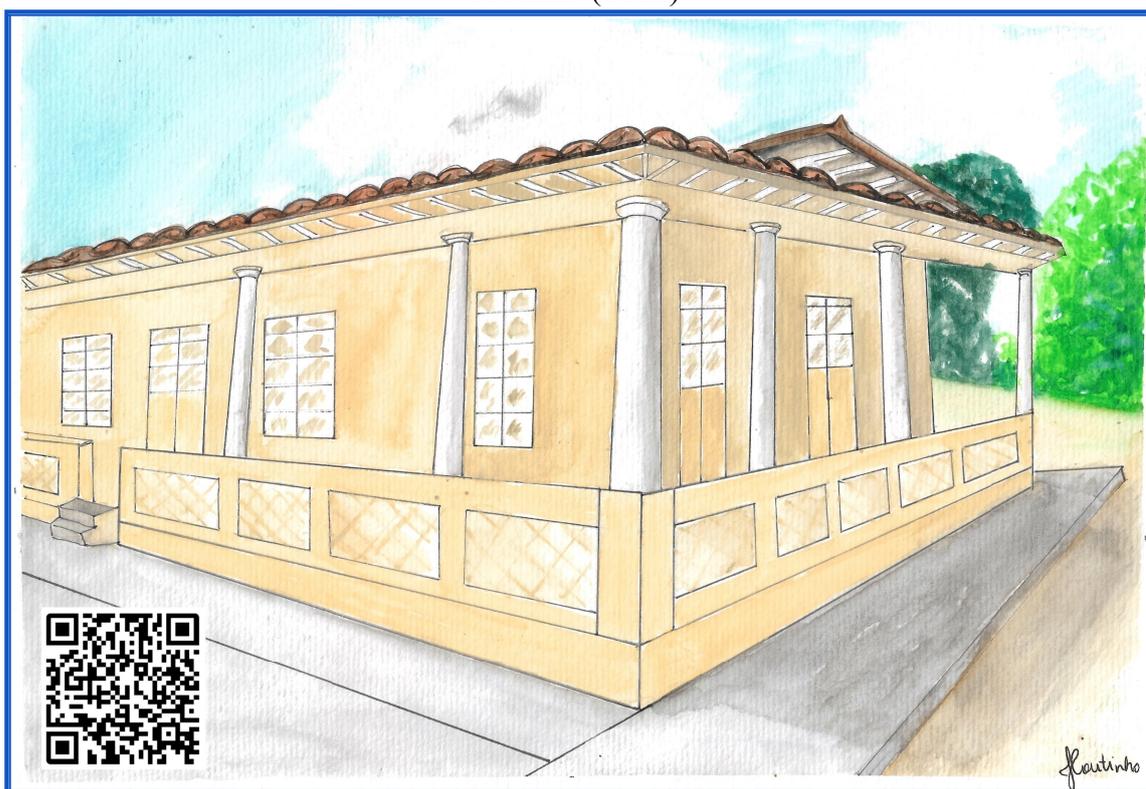
Em terras novas, 14 de fevereiro¹³

Preciosa Afra,

“A nossa trajetória nos move, nossa ancestralidade nos guia.”
Nêgo Bispo (2024)

Como vai, bisa? Esperamos encontrá-la bem. Ontem, estivemos em Terra Nova e, desde nossa última conversa, tenho me perguntado se os tais pares de sapatos, assim como nós, chegaram até lá. Ao caminharmos pela cidade, passamos por muitos lugares que só conhecíamos das histórias contadas por nossas(os) mais velhas(os). Imaginamos por onde os tais sapatos, que a senhora citou em sua carta, devem ter passado, quem os calçou, como eles eram e para que foram usados.

Figura 03: Tela em aquarela e nanquim da casa da usina onde Afra morou por Jordânia Coutinho (ORA)¹⁴



Fonte: Acervo pessoal.

Lembramos do conto africano chamado “A árvore de sapatos”. A história acontece em

¹³ Dia em que a escritora Carolina Maria de Jesus tornou-se ancestral (Fundação Palmares, 2023). Ela é autora, dentre outras obras, de *Quarto de despejo*. Carolina, em *Quarto de despejo*, traz a escrita afrorreferenciada de si e de seu cotidiano, por meio de sua vivência como mulher preta favelada. Sua obra é um rico exemplo de uma pesquisa afrodescendente.

¹⁴ Oralituras dos espaços onde andaram nossos pés em Terra Nova por minha mãe, Ieda Souza.

uma aldeia na África do Sul, onde as pessoas andavam descalças, mas, quando era necessário irem à cidade, usavam sapatos. Ao observar a dificuldade das pessoas em encontrar os calçados, o senhor mais velho da aldeia pendurou em uma árvore frondosa pares de sapatos de todos os tipos e tamanhos para quem necessitasse. Porém, o velho sábio cobrava um aluguel. Ele exigia que, assim que as(os) aldeães(ões) retornassem à aldeia, já descalças(os) e reconectadas(os) ao chão delas(es), compartilhassem com toda a comunidade, ao redor da árvore, as histórias por onde passaram aqueles sapatos (Águida Contando Histórias, 2020).

Ali, debaixo da árvore, a comunidade contava suas histórias, movimentava seus saberes, sua trajetória. Naquele momento, os sapatos não eram mais necessários. Os pés de quem os havia alugado tinham encontrado, na areia fina e macia de sua casa, o solo seguro do seu chão. Por aqui, em terras novas para nós, imaginamos que os sapatos, mesmo em 1926, ainda tivessem grande relevância, não apenas pela proteção que eles ofereciam aos nossos pés, mas pelo que a utilização deles significou para nós, negras(os), do lado de cá do oceano: a efetivação da nossa liberdade da condição de pessoas escravizadas (Theo Cruz, 2019).

Interessante sentir a linha tênue entre as táticas que utilizamos para sobreviver e como, ao adotá-las, em grande medida, ressignificamos o nosso existir no mundo. As táticas de que, por vezes, lançamos mão para alcançar a nossa liberdade, muitas vezes nos aprisionaram, nos fragmentaram e nos desconectaram de nossas raízes. Assim como os sapatos que protegem nossos pés e que, em um passado recente, simbolizaram a liberdade, essas táticas foram, e ainda são, as que colocam uma camada artificial e sintética, na maioria das vezes plástica, entre nós, nosso chão, nossos saberes, raízes e ancestralidade.

Ontem, em Terra Nova, dispensamos os sapatos para caminharmos por onde seus pés passaram, rompendo com a forma convencional do fazer ciência que “impõe a ordem de fatores na pesquisa científica, de que a teoria precede a prática¹⁵, na qual o campo empírico perde seu potencial de fonte e torna-se apenas local de constatação, exemplificação e aplicação da teoria” (Henrique Cunha, 2015). Ao invés das palavras escrituradas sobre nossa formação “no”, “do” e “para” o mundo do trabalho, produzidas a partir da lógica ocidental, partimos da sua carta, das memórias e das histórias contadas por nossas(os) mais velhas(os), para *sentirmosfazermospensarmos* nossas trajetórias. Esse caminho, o professor Henrique Cunha (2015) chama de metodologia afrodescendente e a define como:

15 A discussão levantada pelo professor Henrique Cunha (2015) não se refere ao rompimento ou à hierarquização entre a prática e a teoria. Entendemos que a proposta dele é realizar a revisão de literatura após ida ao campo, a fim de capturarmos os saberes e teorias do campo em sua prática, sem correremos o risco de tentarmos adequar esses saberes à literatura já produzida, uma vez que não há uma prática esvaziada da teoria, nem funcionalidade em uma teoria esvaziada de prática.

Uma metodologia de postura nova, relacionando a ação a pesquisa, procurando uma dialética entre ação – pesquisa – ação, tendo como partida o campo e o conhecimento sobre o campo e procurando a construção explicativa teórica depois como consequência e não como fonte. Está no campo da discussão da epistemologia das ciências e das rupturas necessárias para integração do continente africano, de africanos e descendentes como produtores de um conhecimento, com base na experiência criadora de populações africanas e negras na diáspora (p. 01).

Com passos mais firmes no chão, afrorreferenciamos e subsidiados nossa busca “nas culturas, os modos de ser / estar no mundo, filosofias e saberes africanos e afrodescendentes” (Adilbênia Machado, 2019, p. 107). Para isso, tomamos as definições de força vital, palavra, tempo, pessoa, família, ancestralidade e produção, alguns dos elementos estruturantes da Cosmovisão Africana (Eduardo Oliveira, 2021), bem como os saberes orgânicos e ancestrais apresentados por Nêgo Bispo (2015) e a Oralitura de Leda Martins (2003) como pilares “na”, “de” e “para” nossa caminhada.

A força vital “refere-se àquela energia inerente aos seres que faz configurar o ser-força ou força-ser, não havendo separação possível entre as duas instâncias” (Fábio Leite, 1984, p. 34). Ela é em si a própria manifestação do sagrado, e permeia todos os espaços da vida dos africanos, não havendo lugar para dicotomia ou separação entre espírito e corpo, entre o profano e o sagrado (Eduardo Oliveira, 2021).

A palavra, por sua vez, é uma das expressões da força vital e “muitas vezes aparece nas cosmogonias africanas como um subsídio fundamental para a criação do mundo e, neste caso, ela é portadora da força que anima e vitaliza o mundo” (Eduardo Oliveira, 2021, p. 59).

Deve-se lembrar, entretanto, que a palavra, uma vez proferida, é uma energia nem sempre controlável e interfere na existência. Daí a necessidade de quem as pronuncia deter os conhecimentos necessários para que faça bom uso da energia-palavra, posto que ela é capaz de engendrar coisas tanto construtivas quanto destrutivas. Tal é seu poder que se for mal utilizada, pode, inclusive, votar-se contra seu proferidor (Eduardo Oliveira, 2021, p. 59).

A palavra, aqui, não está restrita à sua forma. Escrita, inscrita¹⁶ ou falada, a palavra mantém a força vital, sendo a hierarquização e fragmentação dela quanto sua forma (escrita, inscrita ou falada) uma ação do ocidente. A palavra escrita, inscrita ou falada não deixa de criar realidades, devendo ser, independente da sua forma, utilizada com zelo. A palavra gera e movimentada energias que não estão restritas ao mundo visível (ayê), segundo Eduardo

¹⁶ Leda Maria Martins (2003) aborda os saberes registrados, transmitidos, movimentados, reavivados também em um corpo em movimento como uma forma de escrita. Trata-se de uma inscrição do saber no corpo em performance.

Oliveira (2021). Uma vez que, para muitas comunidades africanas, não há cisão entre o mundo dos “vivos”, mundo visível, e o mundo dos “mortos”, mundo invisível (Eduardo Oliveira, 2021), a força vital permeia e “interliga tudo que no cosmo existe” (Leda Martins, 2021, p. 203) ou “integra todas as coisas”, nas palavras de Nêgo Bispo (2015, p. 22).

Nesse sentido, nossa busca dialogou “no” e “com” o cosmos, sendo a morte considerada uma mudança de estado, e não ausência ou oposição à vida. Afinal,

a morte não corta a comunicação com os vivos, já que, pelo primado da força vital, todos os seres interagem, portanto, se comunicam. Tudo faz parte de uma mesma cadeia sintagmática, nada excluindo nada; a ordem dos vivos e dos mortos se interpenetra, constituindo um universo significativo (Laura Padilha *in* Leda Martins, 2021, p. 204).

Vinciane Despret (2021), em seu artigo “Pesquisar junto aos mortos”, apresenta vários exemplos de como essa comunicação pode acontecer e suas mais diversas motivações. Para nós, as cartas escritas em outro tempo estabeleceram esse diálogo com as(os) nossas(os) que estão imersas(os) na terra, e nos trouxeram respostas importantes e (re)direcionaram muitas vezes nossa caminhada. Os diálogos com as(os) mortas(os), contudo, não se propuseram a colocar um fim ou uma palavra final às histórias, mas deram continuidade às coisas, proporcionaram aprendizados, conferiram heranças e contribuíram para transformação e criação de outras realidades (Vinciane Despret, 2021), em um processo dinâmico e cíclico de curar-se.

Assim como nossas(os) mortas(os), nossa performance em um corpo encarnado também é expressão da força vital, movimenta e carrega os saberes (Leda Martins, 2021). Nela, a ação, portanto, o movimento, não está dissociado da palavra. “Assim, todo traço de memória, seja ele inscrito como letra, como voz, gesto, corpo, grafa-se na constituição dos sujeitos como repertórios de conhecimento, como inscrição, grafias alternas do conhecimento” (Leda Martins, 2021, p. 212).

Os saberes movimentados aqui são os saberes, predominantemente¹⁷, denominados por Nêgo Bispo como orgânicos. Saberes que se estabelecem a partir do “ser”. Nas palavras de Bispo, em entrevista à Dandara Dornelas (2021), o saber orgânico é “uma comunicação da vida para a vida” (p. 17). Um saber apontado também para a totalidade que se diferencia do saber sintético por não ser voltado para o “ter”, sendo o saber orgânico o próprio ser, ou seja, a própria vida (Nêgo Bispo *in* Tony Marlon, 2023).

¹⁷ Neste trabalho, os saberes sintéticos, de caráter científico, assim definidos por Nêgo Bispo (2015), também foram movimentados.

Esses saberes habitam um tempo africano não linear, apontado para o passado, no qual “residem as respostas para os mistérios do tempo presente” (Eduardo Oliveira, 2021, p. 61) e que “vai e volta em espirais” (Leda Martins, 2021, p. 203). Trata-se de “um tempo ontologicamente experimentado como movimentos contíguos e simultâneos de retroação, prospecção e reversibilidades, dilatação, expansão e contenção, contração e descontração, sincronia de instâncias compostas de passado, presente e futuro” (Leda Martins, 2021, p. 204).

Desse modo, nossa pesquisa habitou nos voltejos de um tempo espiralar (Leda Martins, 2021). As histórias que habitam o passado não se traduziram em pontos finais, e, por vezes, se repetem e reverberam no presente, constituindo novos futuros. São histórias vivas e encarnadas, trazendo “o corpo e a voz como portais de inscrição de saberes de várias ordens” (Leda Martins, 2003, p. 66).

A pessoa, encarnada ou não, por sua vez, é uma(um) indivíduo(o) e cada “indivíduo é uno, singular, porém, mesmo essa singularidade que o caracteriza é forjada no coletivo, no social” (Eduardo Oliveira, 2015, p. 65). Essa premissa é abordada também por Nêgo Bispo (2023), que afirma que:

Quando falam de indivíduo, falam de unicidade. Nós, quando falamos de indivíduo, estamos falando de unidade, estamos dizendo “um”, mas esse “um” é parte do todo, do universo. Se para os humanistas o “um” é o universo, para nós só há “um” porque há mais de um. Percebemos uma diferença entre ser “um” e ser único, enquanto para eles, o “um” e o único são a mesma coisa (p. 17-18).

Assim, a família situa-se como esse coletivo, uma família-aldeia, que movimenta seus saberes por afinidade e agenciamento, sendo ela uma família extensa¹⁸, que, sem a cisão entre o mundo dos “vivos” e o mundo dos “mortos”, é, como diz Babá Ricardo, a própria ancestralidade¹⁹. Leda Martins (2021) afirma que “o ancestral é o acúmulo de conhecimento que abrange toda a existência em seu entorno, inclusive a natureza, da qual faz parte e na qual se nutre” (2021, p. 205).

Canal da força vital, a concepção ancestral, como um novelo, inclui, no mesmo circuito fenomenológico, as divindades, a natureza cósmica, a fauna, a flora, os elementos físicos, os mortos, os vivos e os que ainda vão nascer, concebidos como anelos de uma complementaridade necessária, em contínuo processo de

¹⁸ A família extensa, segundo Fábio Leite, “é constituída por um grande número de pessoas pelo parentesco” (Fábio Leite, 1984). Inclui-se na família extensa genros, noras, ou seja, outras famílias ligadas ao grupo.

¹⁹ Aqui, entende-se família como família e seus descendentes de Orixá (divino), na qual morreremos com o desejo de nos tornarmos ancestrais.

transformação e de devir. No seu âmbito tudo se estabelece em relações interdependentes e mutuamente constitutivas (Leda Martins, 2021, p. 203)

No sentido da interdependência e da integralidade, a produção não visa à centralidade do indivíduo (pessoa), nem o acúmulo de qualquer coisa. Trata-se de um trabalho coletivo “na”, “da” e “para” a ancestralidade (terra), visando à totalidade. “A produção, no entanto, não é compreendida como uma tarefa meramente material. Ela está intimamente ligada com a concepção sagrada do mundo, principal característica da cosmovisão africana” (Eduardo Oliveira, 2021, p. 72). “As pessoas, ao invés de trabalhar, interagem com a natureza e o resultado dessa interação, por advir de relações com deusas e deuses materializados em elementos do universo, se concretizam em condições de vida” (Nêgo Bispo, 2015, p. 71).

Desta forma, nossa produção/trabalho trata-se de um caminhar “na”, “da” e “para” a totalidade, não havendo espaço, a partir da perspectiva da cosmologia africana apresentada, para fragmentações, dualidades e hierarquizações. Nele, quem registra a história não fala, escreve ou inscreve em relação a si, mas “em” e “na” relação com o todo. É sempre uma oralitura de nós.

Oralitura, termo cunhado por Leda Martins (2003), consiste na palavra que gera vida (expressão da força vital) por meio da oralidade, mas que também se escreve e inscreve em outros espaços, inclusive no corpo. A partir dessa lógica, não há, para Leda Martins (2021), civilizações ágrafas. A oralitura é a movimentação, inscrição, guarda e veiculação de repertórios de saberes ancestrais e orgânicos em um tempo espiralar que, na nossa busca, teve a conversa como principal instrumento.

A conversa, aqui, é um instrumento de pesquisa pelo qual criamos um espaço de *sentirfazerpensar* junto “a” e “com” outras(os), a fim de que “as vozes dos praticantes da pesquisa não sejam ilustrações para o texto de pesquisa” (Thiago Ribeiro *et al.*, 2018, p. 174).

Ao fazer pesquisa com e nas conversas, constituídas pelo ato de ser espontâneo, interessado e responsável (Bakhtin, 2010), e nos múltiplos mundos de experiências que elas passam a constituir, a construir e desconstruir, fazemô-lo modificamo-nos, inaugurando novos mundos, sendo-os provisoriamente para já não sê-los logo em seguida. Ao trabalhar com as conversas como modalidades narrativas, por assim dizer, vamos, então, também nos (trans)formando (Thiago Ribeiro *et al.*, 2018, p. 177-178).

E foram muitas conversas, muitas descobertas a partir do compartilhamento. “A partilha da palavra, a imersão em um contexto de palavra, descentraliza o olhar do indivíduo e de sua ação para a relação, o encontro, o processo por ele vivido com outros” (Thiago

Ribeiro *et al.*, 2018, p. 176). Contudo, cada conversa foi única, pois quando acessamos uma experiência, mesmo que a(o) outra(o) a repita fielmente, a escuta e a presença já não são as mesmas, porque já não somos as(os) mesmas(os). Fomos transformadas(os) pela partilha.

As conversas, porém, ganharam contornos semiestruturados²⁰ para a preparação do artefato educacional que vamos plantar. Essas conversas foram gravadas e, ainda hoje, a cada reencontro, o que foi registrado ganha novos sentidos.

Lançamos mão de alguns documentos também. Eles foram trazidos para auxiliar nas ilustrações de nossas oralituras, sendo enredados aos saberes movimentados na trajetória. Fotos, cartas (como a sua), e-mails, carteiras de trabalho, livros, postais deram contornos e registraram também a nossa história.

Chegamos em Terra Nova com pés calçados para tentar encontrar as respostas relacionadas à nossa formação “na”, “da” e “para” o mundo do trabalho. A trilha estava inicialmente definida, mas, ao dispensarmos os sapatos e sentirmos o chão, o chão de um lugar que um dia foi nossa casa, passamos a nos perceber parte de um todo, galhos de uma grande árvore, passando o caminho a ser guiado “na” e “por” essa árvore. Uma árvore Iroco, o orixá da árvore e a árvore orixá, vivente e cultuado, do lado de cá do oceano Atlântico, além da gameleira branca, nas mangueiras (Cléo Martins; Roberval Marinho, 2010).

Sendo Iroco o orixá tempo, onde tudo se inicia, mas nunca termina (Cléo Martins; Roberval Marinho, 2010), juntamos nossos pedaços. Costuramos o que estava cindido. E, a partir desse alinhavo, abandonamos os termos “passado”, “presente” e “futuro”; “vivos” e “mortos”; “prática” e “teoria”, em uma tentativa de superarmos as dualidades e fragmentações do ocidente. Conversar com a senhora, bisa, para além de uma busca por enraizamento, conexão com a terra afra, tornou-se nossa possibilidade de nos reintegrarmos. Não mais como galhos soltos no ar, mas como uma árvore ancestral inteira semeada em uma terra preta e fértil.

Com todo carinho, sua árvore.

²⁰ Roteiro da conversa/entrevista para o documentário está no Apêndice G deste trabalho.

Em uma árvore família, 03 de dezembro²¹

Doce Afra,

“Somos começo, meio e começo.”
Nêgo Bispo (2023)

Uma das histórias mais contadas por minha mãe está relacionada às árvores que cercavam a casa da usina onde ela nasceu e de onde partiu a sua carta. Ela conta que, na entrada da casa, havia um *bougainvillea* de flores rosa-choque e, do lado de dentro da mureta que cercava o terreno, havia várias plantas e árvores frutíferas, entre elas abacateiros, palmeiras, cajueiros, um pé de tangerina, que dava tangerinas em penca, um de jaca de pobre, um pé de amora, onde meu avô instalou um balanço de madeira com suporte de correntes que era utilizado por crianças e adultos, um pé de pinha e as mangueiras. Havia também um jasmineiro com flores brancas e o miolo amarelo que, por vezes, abrigava lagartas de fogo coloridas e perigosas. Mas, de todas elas, sem dúvida, as mangueiras têm um lugar especial na nossa história.

Cresci ouvindo minha mãe contar que, quando uma(um) filha(o) nascia, meu avô Aloysio dava uma mangueira à criança. Essas árvores já eram adultas e não sabemos ao certo há quanto tempo elas estavam lá na casa da usina. Também não sabemos dizer por que ele fazia isso. Como as árvores já estavam lá e as crianças eram recém-chegadas, o ritual do meu avô era como se, na verdade, ele entregasse a criança à árvore, e não o contrário.

Ele fez isso com suas(seus) quatro primeiras(os) filhas(os), Maria Auxiliadora (Marita), Aloysio Filho (Isinho), Ieda Maria e Ubirajara (Bira). Também não sabemos dizer por que ele parou, já que no terreno havia outras mangueiras. Desconfiamos que a perda precoce de duas filhas, Heloísa²² e Araguaci, o tenha feito parar. Outra hipótese é o empobrecimento do terreno, já que aquele chão em que ele havia crescido, semeado suas(seus) filhas(os), construído sonhos e pertencimento, não era mais tão fértil. O terreno perdia sua vitalidade na mesma medida em que a usina de açúcar entrava em colapso. Em 1953, nossa família deixou a casa da usina e as mangueiras para trás. Além dos meus avós e suas(seus) quatro filhas(os), foram para Salvador, Heloísa Helena e Carlos Ubiratã (Tanzinho), os últimos filhos do casal nascidos em Terra Nova. Em Salvador, no bairro da Liberdade, onde fizemos morada, na casa da rua Raimundo Mesquita, nº 79, também tinha

²¹ Nêgo Bispo tornou-se um ancestral.

²² Meus avós batizaram duas filhas como Heloísa. Minha mãe chama de Heloísa um, que faleceu ainda bebê, e Heloísa dois, que chegou à vida adulta. A partir desse ponto, quando citar Heloísa, estarei me referindo à Heloísa Helena, ou Heloísa dois, como minha mãe fala.

suas árvores. A pequena Belanice (Cici), que nasceu na capital baiana, cresceu nela.

Figura 04: Família Castro Sous(z)a. Registro das bodas de prata de Aloysio e Belanice em 1964. Na foto, de pé, da esquerda para a direita, estão: Aloysio Filho (Isinho), Maria Auxiliadora (Marita), Heloísa Helena, Ieda (minha mãe) e Ubirajara (Bira). Sentados: Carlos Ubiratã (Tanzinho), Belanice, Aloysio e Belanice (Cici).



Fonte: Acervo da família.

Apesar de distantes das mangueiras da casa da usina, as árvores e a nossa família semearam uma relação simbiótica. Tal relação era tão forte, que um pé de alumã nos comunicou que meu avô havia retornado a terra para alimentar nossas raízes. A planta, que tinha se tornado um arbusto vistoso, simplesmente tombou. Todos acharam estranho a árvore cair, pois era saudável e não tinha outra motivação aparente. Cerca de cinco minutos depois, o telefone tocou. Uma chamada do hospital sinalizava que ele havia falecido.

Meu avô, segundo meu tio Isinho, não era religioso. Mas, de alguma forma, ele entregou suas(seus) filhas(os) às mangueiras, e, talvez, sem ter a dimensão daquele ritual, nos consagrou às árvores. A partir disso, Elaine Santos (2020) auxilia-nos nos contornos que demos à nossa árvore. Elaine Santos (2020) afirma que “a identidade social africana é

interpretada simbolicamente por meio da árvore Baoba” (p. 19) e complementa:

As raízes representam os ancestrais e o tronco seriam as crianças e os jovens em crescimento. Estes, por sua vez, precisam estar enraizados de maneira profunda nessa ancestralidade para sobreviver às variações do tempo e seguir em direção ao ápice de suas vidas. Os galhos significam o amadurecimento e quando as folhas caem, retornando ao solo para alimentar as raízes, dão continuidade a um novo ciclo que recomeça (Elaine Santos, 2020, p. 19).

Contudo, para nós, não cabe falarmos em representações ou simbologias. No nosso caso, a imagem de nossa árvore família (Figura 05) é a fotografia mais fiel de nós, pois não apenas estamos na árvore, somos a própria árvore. Uma mangueira inteira que habita um tempo espiralar, mas que também é em si, como Iroco, o próprio tempo.

As raízes das árvores que, apesar de essenciais, na maioria das vezes estão esquecidas. Nelas estão nossa ancestralidade, as pessoas que um dia foram tronco e galhos de nossa árvore²³.

Uma vez que a maioria das raízes são subterrâneas e portanto não facilmente visíveis, nossa tendência é ignorá-las e desmerecê-las. A primeira raiz do vegetal vem do embrião, chamada de raiz primária, ou raiz principal. Ela pode ser pivotante (cresce principalmente para baixo) ou tabular (cresce principalmente lateralmente). A raiz possui órgãos especializados para sustentação, absorção, armazenamento e condução da seiva, e é responsável pela retirada de água e nutrientes do solo. A água e nutrientes absorvidos compõem a seiva bruta. Essa seiva bruta é transportada, da raiz para as folhas pelo xilema (conjunto de vasos encontrados no caule da planta) (Frutíferas, 2024).

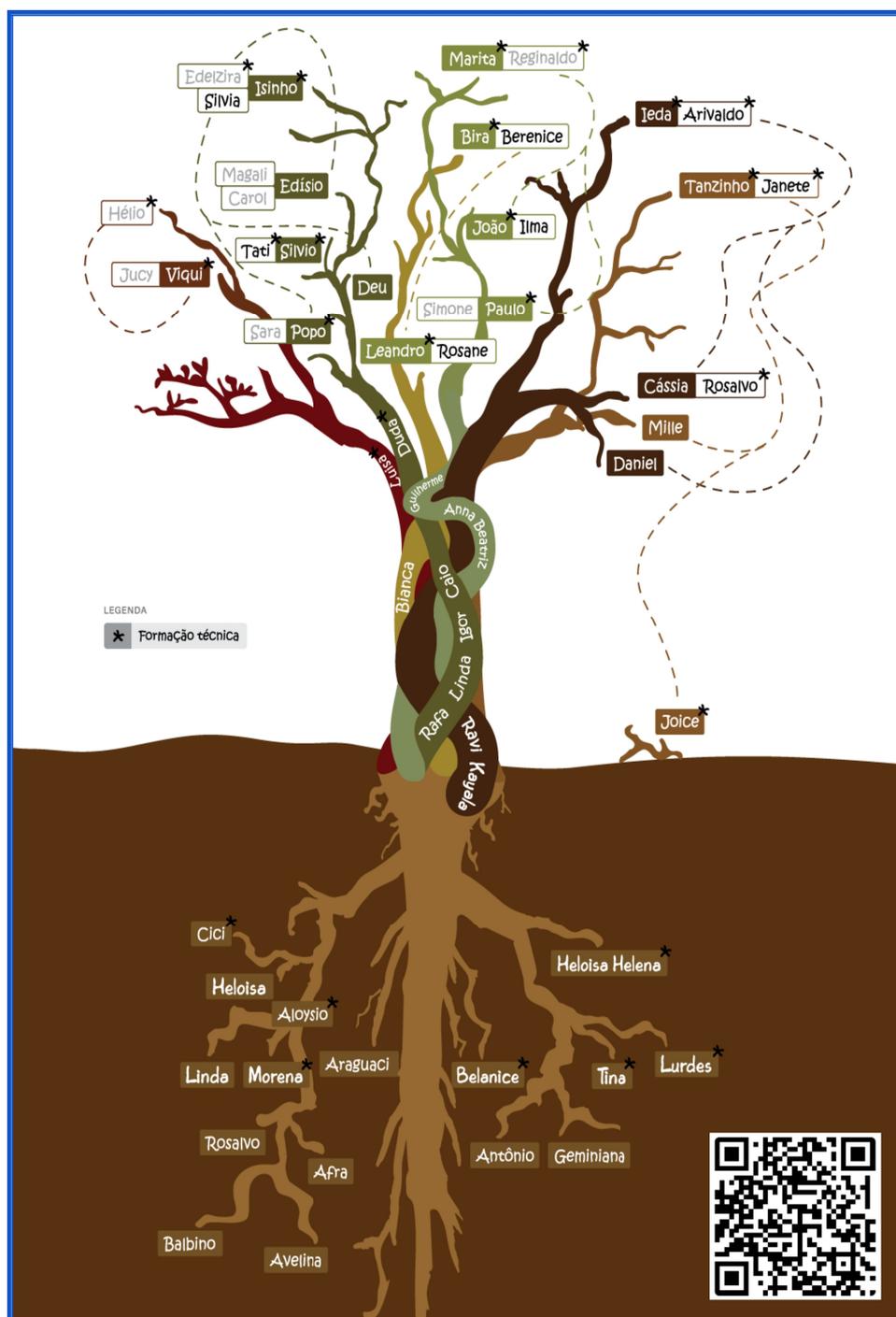
As raízes, além de nos darem sustentação e os subsídios necessários para nosso crescimento, floração e frutificação, são as que mais preservam suas características quando comparadas ao tronco e à copa. Abrigadas na terra, as raízes sofrem menos com as intempéries do clima e as interferências do ambiente externo. Não se perdem tanto do seu curso; por serem pivotantes, crescem para baixo, tornando-se cada vez mais profundas e eficientes no acúmulo de nutrientes. Essas características garantem às mangueiras a sobrevivência em longos períodos de escassez (Francisco Lima Neto, 2021).

Germina, de nossas raízes, o tronco. Nele estão nossas crianças, ou seja, suas(seus) tataranetas(os). As mais novas estão mais próximas às raízes e, quanto mais velhas, vão se aproximando da copa. Sendo a ponte entre as raízes (terra) e a copa de nossa mangueira (ar), as nossas crianças são guardadas por nossa ancestralidade e estão sob a sombra dos nossos galhos. O tronco, por meio do conjunto de vasos em sua estrutura, distribui para a copa a

²³ Na figura 05, considerando as limitações do estudo, estão apenas os ascendentes e descendentes do casal Aloysio Sousa e Belanice Castro Sousa, e irmãs(irmãos) do casal citadas(os) na trajetória da pesquisa.

seiva bruta captada pelas raízes, fundamental para a existência da árvore.

Figura 05: Nossa árvore família (ORA)²⁴



Fonte: Elaborada pela autora. Arte gráfica de Pedro Fernandes e Thiago Ferreira.

No topo da copa, estão nossas(os) adultas(os) mais velhas(os), ou seja, suas(seus) netas(os). No meio da copa, estão suas(seus) bisnetas(os), que correspondem à minha

24 Oralitura: Apresentação das(os) galhos e troncos da nossa mangueira que contam nossa história.

geração. Na copa brotam as folhas, flores, frutos e sementes; eles são os resultados do trabalho de uma árvore inteira (raízes, tronco e copa).

A copa, por meio das suas estruturas fotossintéticas, como as folhas, conduz a seiva elaborada, e distribui para os demais órgãos da árvore açúcares e demais compostos necessários ao seu metabolismo. Ao contrário da seiva bruta, que vem de baixo para cima, a seiva elaborada é transportada no sentido inverso, de cima para baixo (Sandra Correia, 2015).

Assim, a seiva bruta, também conhecida como seiva mineral, vinda de nossas raízes, diz respeito aos nossos saberes ancestrais. Já a seiva elaborada, também chamada de seiva orgânica, está voltada aos saberes orgânicos. Ambas são saberes movimentados em toda a nossa estrutura, nutrindo, mantendo viva e saudável nossa árvore inteira.

Partindo do conceito de família-aldeia, fazem parte também de nossa mangueira as(os) cônjuges com quem tivemos filhas(os). Utilizamos um retângulo vazado para indicar que a pessoa não possui laços sanguíneos. Os nomes em cinza são de pessoas que romperam com a(o) membra(o) da aldeia, assim, os nomes inscritos na cor preta correspondem às(aos) cônjuges.

Na nossa árvore, não há centralidade ou foco em nenhuma pessoa, nem em nenhuma parte dela (raiz, troco e copa), sendo assim, conseguimos perceber a continuidade, ou melhor, a permanência da vida. O galho caído no chão é um exemplo. Joice, sua bisneta e a última da nossa aldeia que faleceu, ao cair na terra, retornou ao solo para alimentar nossas raízes, dando continuidade a um novo ciclo que recomeça (Elaine Santos, 2020).

Para Nêgo Bispo (2023), “a geração avó é o começo, a geração mãe é o meio e a geração neta é o começo de novo”²⁵ (p. 71). Partindo da senhora como a nossa geração mãe, teremos então no nosso tronco e copa a maioria das(os) membras(os) das gerações netas. Na copa alta estão suas(seus) netas(os). Na copa baixa, estão suas(seus) bisnetas(os). No tronco, estão suas(seus) tataranetas(os). Desse modo, por meio de conversas com suas gerações netas, trouxemos à tona as trajetórias das nossas seivas (saberes orgânicos e ancestrais) “na”, “da” e “para” florescermos e frutificarmos. Cabe lembrarmos que este trabalho é de uma árvore inteira, coletivo e apontado para a totalidade, por isso todas(os), direta ou indiretamente, participaram. Porém, nas conversas gravadas em áudio e vídeo, 11 membras(os) das suas três gerações netas foram porta-vozes da família inteira²⁶.

25 Cabe lembrarmos que, por mais que pareça haver uma linearidade no conceito de começo, meio e fim apresentada por Nêgo Bispo (2023), para ele, assim como na Cosmovisão africana, o tempo não é linear, nem há centralidade em um indivíduo. Ele apresenta um conceito mais ampliado de eternidade, a partir de gerações que sempre recomeçam em circularidade.

26 As(os) participantes se apresentam no vídeo associado à Imagem 05.

A participação das gravações foi facultativa. Elas(es) puderam escolher participar ou não. Mas questões de saúde, como no caso de tia Marita, acometida pela doença de Alzheimer, as incompatibilidades de agenda, os custos de gravação e até mesmo restrições em relação às câmeras foram empecilhos para participação de alguns dos nossos galhos.

As árvores, contudo, não movimentam e compartilham sozinhas, nem somente dentro de si, os saberes. Seres extremamente sociais, as árvores se comunicam com outras da mesma espécie ou não, tanto por meio do emaranhado de suas raízes, como entre seus troncos e copas (Peter Wohlleben, 2017).

Os motivos são os mesmos que movem as sociedades humanas: trabalhando juntas elas são mais fortes. Uma única árvore não forma uma floresta, não produz um microclima equilibrado; fica exposta, desprotegida contra o vento e as intempéries. Por outro lado, muitas árvores juntas criam um ecossistema que atenua o excesso de calor e de frio, armazena um grande volume de água e aumenta a umidade atmosférica – ambiente no qual as árvores conseguem viver protegidas e durar bastante tempo (Peter Wohlleben, 2017, p. 08-09).

Os galhos de outras árvores nos ajudaram a movimentarmos nossos saberes e trajetórias na produção do que brota da nossa árvore inteira. Assim, na copa alta de árvores vizinhas, Rosália dos Reis Sant’Ana e Viraldo Ribeiro contam, através das suas trajetórias, um pouco da trajetória da senhora e das(os) nossas(os) mais velhas(os), nossas raízes, em Terra Nova.

Reijane Reis David é um dos galhos de uma palmeira imperial que está emaranhado nos nossos. Reijane é prima de tia Janete e prima em segundo grau de Rosalvo Neto, meu marido. Por meio da trajetória dela, descobrimos os sentidos de um trabalho feminino no Polo Petroquímico ainda nos anos 80.

Heide Damasceno, por sua vez, é um galho florido de uma frondosa jaqueira²⁷ amiga, que teve suas folhas compartilhadas com nosso galho que caiu no chão. Ela nos apresentou as perspectivas e vivências relacionadas à formação e aos sentidos “no”, “do” e “para” o trabalho de Joice. Assim, buscamos contar a história da nossa árvore, por meio da mobilização das trajetórias de nossas seivas brutas (saberes ancestrais) e elaboradas (saberes orgânicos), “no”, “do” e “para” o trabalho que, na nossa árvore inteira e nas árvores amigas, fazem brotar as folhas, flores, frutos, sementes, resina e sombra. Na permanência da vida em

²⁷ As pessoas das árvores amigas escolheram suas árvores. Reijane se identifica com uma palmeira imperial, inclusive plantou uma na entrada do Sítio do Pica-pau-preto, de sua propriedade. Heide disse que: “além da memória afetiva, senti semelhanças na imensidão de nossa família, na densidade do fruto, no sabor preferido, na robustez”.

um tempo espiralar, o trabalho “na”, “da” e “para” a árvore, assim como os saberes ancestrais e orgânicos, e os resultados desse trabalho, germinam, preservam, alimentam, cuidam, estão e são, em si, a árvore, ou seja, a própria vida.

Nesse sentido, *sentimosfazemospensamos* que a nossa formação “no”, “do” e “para” o trabalho, bem como o próprio trabalho e os frutos dele, é, em si, nossa trajetória “na”, “da” e “para” a vida. Assim, como dizem as palavras germinantes de Nêgo Bispo (2023): “somos povos de trajetórias, não somos povos de teoria. Somos da circularidade: começo, meio e começo” (p. 71).

Vamos chegando²⁸, na certeza de que, em breve, escreveremos novamente para a senhora, com muitas histórias para reavivarmos.

Com todo amor, sua mangueira.

²⁸ “Vamos chegando” é uma expressão popular, muito utilizada em nossa família que, para nós, significa “estamos indo embora”, ou simplesmente “até logo”.

Cartas “no”, “de” e “para” onde crescem nossa mangueira

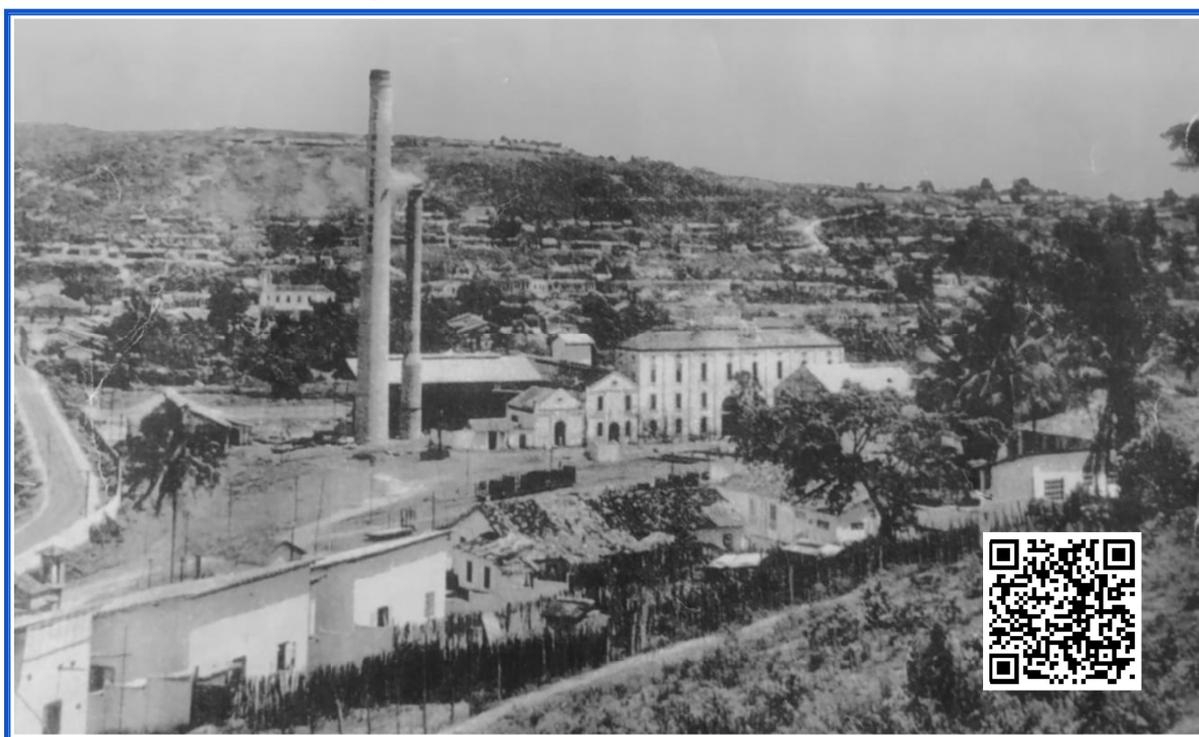
Em uma oficina, 16 de agosto²⁹

Querida Afra,

“A gente aprende a fazer oca, fazendo oca.”
Nêgo Bispo (2020)

Tudo começava com uma missa, me contou o menino preto que, em meados da década de 40, brincava nos trilhos do trem, próximos à UTN³⁰, e que aprendeu com o pai a saber de ouvido quando o motor de uma locomotiva precisava de água. Hoje, com mais de 80 anos, tio Viraldo falou da missa que dava início à Botada, momento em que a usina abria suas portas e recebia a comunidade para, juntos, comemorarem o início da moagem da cana.

Figura 06: Usina de Terra Nova (ORA)³¹



Fonte: Acervo Bangüê.

Foi durante uma Botada que minha mãe, com cinco ou seis anos de idade, levada por meu avô Aloysio, conheceu o laboratório da usina. Ela conta que conheceu e ficou encantada com os tubos de ensaio, pipetas, provetas e frascos, materiais de trabalho do pai dela. Apesar de ela morar em frente à usina, o acesso era restrito³². Nessa festa, ela visitou um dos locais

²⁹ Dia litúrgico de São Roque, padroeiro de Terra Nova, Bahia.

³⁰ A UTN começou a moer em 1902. Em 1914, a UTN e as usinas Aliança, São Carlos e São Bento do Inhatá passaram a fazer parte da Companhia Lavoura Indústria Reunidas S/A (Vivaldo Ribeiro, 2009).

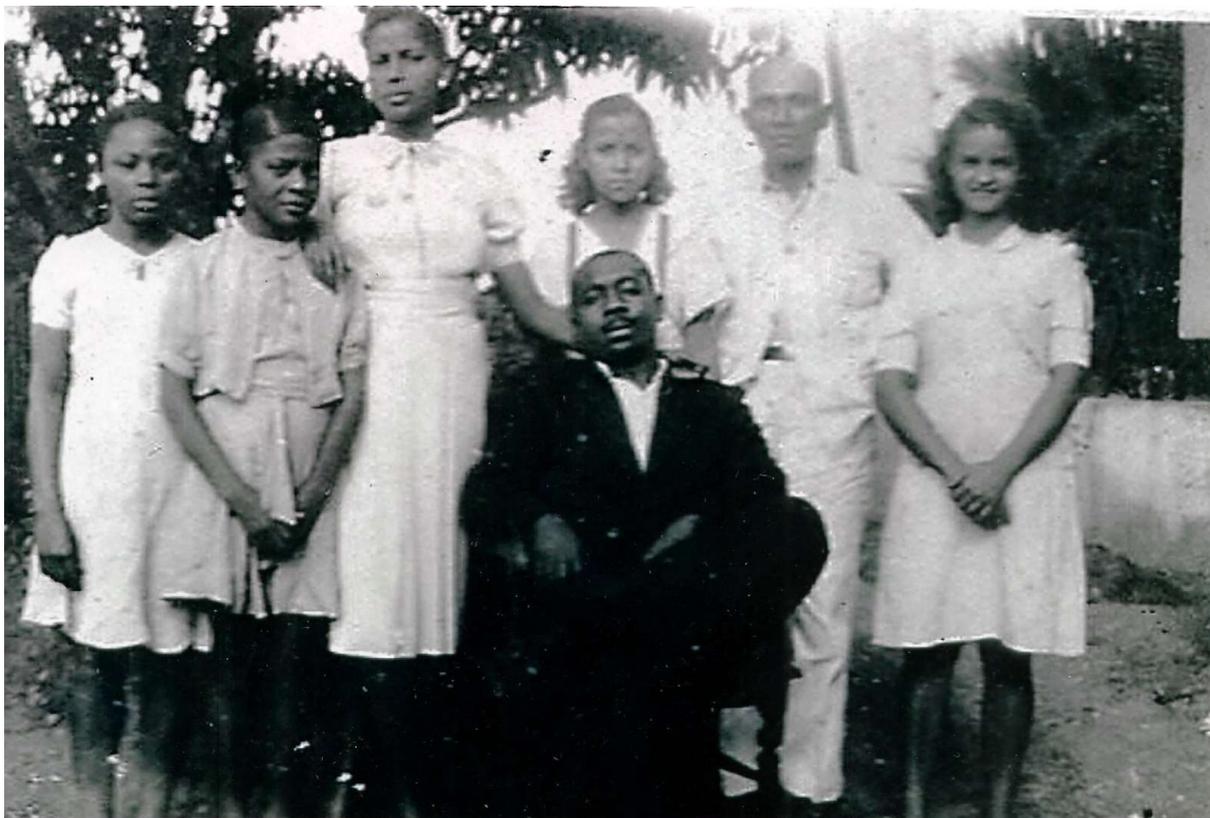
³¹ Oralituras da Botada por Vivaldo Ribeiro e Aloysio Filho (Isinho).

³² Tio Viraldo chama atenção para o fato de que qualquer um tinha acesso à usina, pois ela não tinha muros. A

de atuação de meu avô dentro da usina pela primeira vez.

Meu avô Aloysio atuou no laboratório, nos processos de transformação do açúcar demerara em açúcar cristal. Provavelmente, por conta dessa experiência, ele nunca indicava a utilização do açúcar refinado e dizia que, quanto mais branco, menos saudável. Apesar de ele ter cursado somente até o quarto ano primário, meu avô aprendeu, no laboratório da usina, a analisar até um sumário de urina. Ele também dizia não se trocar por nenhuma(nenhum) das(os) suas(seus) filhas(os), mais escolarizadas(os) que ele, quando o assunto era matemática. Minha mãe conta que ele, já com idade avançada, resolvia qualquer equação.

Figura 07: Meus avós no jardim da casa da usina no início da década de 1940. Na foto, meu avô está sentado e minha avó está com a mão no ombro dele. Seu Antídio, amigo da família, está de pé. Não conseguimos identificar as meninas presentes na cena.



Fonte: Acervo da família.

Seu Aloysio fez parte da primeira geração de operários forjados na usina. Antes dele, houve uma geração de funcionários especializados que vieram de vários lugares para trabalhar em cargos do alto escalão da usina, entre eles, biso Rosalvo Isauro Souza (Viraldo Ribeiro, 2009). Tio Viraldo, utilizando 1900 como marco, define essa geração como a “geração um” de Terra Nova, que corresponde à nossa geração mãe. As(os) filhas(os) desses restrição de acesso da minha mãe à usina deve ter sido uma orientação de meu avô a suas(seus) filhas(os).

funcionários, entre eles meu avô, bem como dos demais operários, constituíram a “geração dois” (geração filha), sendo ela forjada no chão da UTN.

Assim como meu avô, cresceram ali os quebra-ferrugem. Tio Viraldo conta que os quebra-ferrugem eram meninos que removiam manualmente, com o auxílio de pedras, as marcas da oxidação das estruturas metálicas do maquinário da usina e também da linha férrea. Ele afirma que:

A usina era a universidade. A usina tinha que formar seus operários. Ela precisava de grampos para pregar nos trilhos. Ela não ia comprar em Salvador. Aquilo era forjado ali dentro. Os grampos todos eram fabricados na usina. O motor da locomotiva era revisado ali na oficina e tinha lá o olhão dos meninos aprendendo porque, os pais, os operários mais graduados, é que os pegavam e iam para lá para aprender ser mecânico, pra ser ferreiro, pra ser soldador, pra ser cozinheiro, que era o que trabalhava no cozimento do mel, e provavelmente, quase que com certeza, tinha os que trabalhavam no laboratório, que eu acho, se não me falha a memória, que Aloysio Sousa trabalhava no laboratório da usina (Conversa com Viraldo Ribeiro).

Naquele tempo, a geração filha dos funcionários da usina, quando crianças, teve outro sentido para a formação “no”, “do” e “para” o trabalho. Tia Rosita, hoje com 99 anos, conta que trabalhou com meu avô e explica como foi que se deu essa formação “na”, “da” e “para” a Usina de São Bento do Inhatá, onde ela começou a atuar em 1936, com apenas 11 anos de idade.

Após concluir o ensino primário e sem condições financeiras para dar continuidade aos seus estudos, visto que, para isso, ela teria que ir para Salvador ou Feira de Santana, tia Rosita acompanhava o padrinho diariamente até a usina.

Ela não fez questão de disfarçar seu estranhamento quando perguntei por que ela preferia ir à usina em vez de ir brincar. Para ela, era muito óbvio que as duas coisas não se excluíam. O trabalho e o brincar coabitavam no mesmo espaço e tempo. Algo muito próximo do que Nêgo Bispo descreveu:

Fui criado brincando de fazer o que os mais velhos faziam. Eles passavam o dia no engenho produzindo rapadura, melaço, batida e beneficiando a cana-de-açúcar com

33 Oralituras do ingresso de Tia Rosita na Usina de São Bento do Inhatá.

Figura 08: Telefone de parede antigo (ORA)³³



Fonte: Site Retrô RS.

tração animal. Nós, crianças, fazíamos a mesma coisa, de brincadeira. Brincávamos de farinha e moagem, de fabricar engenho e produzir, só que os nossos bois não eram bois vivos, eram bois artesanais. Eram frutos que podíamos aproveitar, madeira do mandacaru que esculpíamos. Brincávamos de ser adultos, de fazer o que os adultos faziam. E assim aprendíamos a fazer tudo (Nêgo Bispo, 2023, p. 23-24).

A diferença é que as brincadeiras das crianças da época de meu avô e Rosita se davam no chão da usina ou na linha do trem, e, para além de aprenderem a fazer o que os adultos faziam, as ações delas(es) se concretizavam no mundo vivido do trabalho. Os papéis do escritório, água no motor da locomotiva e a ligação atendida não eram artesanais como os bois de Bispo. Mesmo inseridas(os) na lógica perversa do capitalismo, para as crianças daquela época, tudo estava relacionado ao fazer brincando o trabalho.

Essa percepção do trabalho se perdeu quando nossa família saiu de Terra Nova, em 1953. Na época que meu avô se desligou da usina, ele atuava como responsável pelos pagamentos dos operários e inspecionava várias usinas do Grupo Magalhães, adquiridas da Companhia Lavoura Indústria Reunidas S.A., localizadas no Recôncavo Baiano. Porém, ele tinha uma relação conflituosa com o gerente da usina e não sabemos o que motivou a saída dele. Tio Tanzinho conta que ele dizia que *“não era porque você gosta de toucinho, que deve chamar o porco de senhor”*. Meu tio traduz a fala dele como: *“não é porque você gosta de dinheiro, que deve se sujeitar a qualquer coisa”*.

Não sabemos a que ele não se sujeitou, mas, como pontuado por Cristóvão Brito (2008), havia, nas relações entre patrões e trabalhadores, uma *“mentalidade escravista ainda presente nas mentes e nas ações dos usineiros e fazendeiros do Recôncavo Baiano”* (p. 56). Ainda segundo Cristóvão Brito (2008), os direitos legalmente conquistados pela recente Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) eram negados pelos patrões do açúcar, o que levou, no início de 1949, a categoria de operários a retomar *“o processo de mobilização, através de reivindicações de seus direitos”* (Brito, 2008, p. 59), que anos antes havia sido criminalizada pelos usineiros³⁴.

Em dezembro de 1953, meus avós deixaram Terra Nova, e esse não era um assunto de que meu avô gostasse de falar. Tio Isinho conta que, quando retornavam à cidade, era para visitar apenas duas ou três pessoas, entre elas, Seu Antídio. Havia muitas tensões nas relações

34 Em 1946, os operários das usinas de Santo Amaro realizaram sua primeira greve. Cerca de 10.000 operários, organizados em um sindicato, fundado em 1935, paralisaram as atividades durante 15 dias e tinham como principal reivindicação a devolução dos valores descontados ilegalmente relativos à habitação e à higiene pelos usineiros (Cristóvão Brito, 2008). Como penalidade, os patrões alegaram, junto à Delegacia Regional do Trabalho (DRT), a ilegalidade do sindicato por conta do Decreto nº 9.070, de 15 de 1946, que proibia *“qualquer tipo de manifestação política pública em defesa das massas, assim como, as reivindicações públicas dos sindicatos”* (Cristóvão Brito, 2008, p. 58).

entre usineiros e operários, mas, devido à pouca idade, minha mãe e meus tios não conseguiram alcançar. Contudo, as consequências do desligamento do meu avô da usina e a ida para Salvador atravessaram e reconduziram a trajetória e a relação com o trabalho para as crianças do casal Castro Sous(z)a.

Diante dos desafios da vida na capital, a primeira consequência foi a separação da família. Tia Marita e Tio Isinho, as(os) filhas(os) mais velhas(os), foram morar com o avô materno, Antônio Teófilo de Castro, na casa da Rua da Mangueira. A ideia era diminuir as despesas do casal recém-chegado do interior. Na época, tia Marita estava com dez anos e tio Isinho com nove. Tia Marita não voltou a morar com a família, mesmo depois de reestabelecida. Já tio Isinho voltou um ou dois anos depois.

Figura 09: Netas(os) de Afra quando crianças. Na foto, da esquerda para direita, tio Bira, tia Marita, atrás de tia Marita, uma menina não identificada, ao lado, minha mãe, Ieda, em seguida, outra menina não identificada, tio Isinho e Gracinha, irmã de leite de tio Tanzinho.



Fonte: Acervo da família.

Aqui em Salvador, as crianças tiveram contato com o mundo do trabalho para contribuírem com as despesas da casa. A inserção precoce ao mundo do trabalho, para Inaiá Carvalho (2008), tem, entre outros fatores, suas raízes na desigualdade social, que impossibilita as mães e pais de sustentarem seus lares, tornando-se necessária a contribuição

das(os) demais membras(os) da família, entre elas(es) as(os) mais jovens, para manutenção e garantia de condições mínimas de sobrevivência.

Havia também, nas gerações anteriores, a ideia de que o ingresso precoce no mundo do trabalho era uma forma de garantir a essas crianças as ferramentas necessárias para um futuro próspero e diferente do que a sociedade prospectava para as(os) jovens negras(os). Manuel Querino (2018) acrescenta que “o trabalhador, econômico e previdente, como era o africano escravo, qualidade que o descendente nem sempre conservou, não admitia a prole sem ocupação lícita e, sempre que lhe foi permitido, não deixou jamais de dar a filhos e netos uma profissão qualquer” (p. 30).

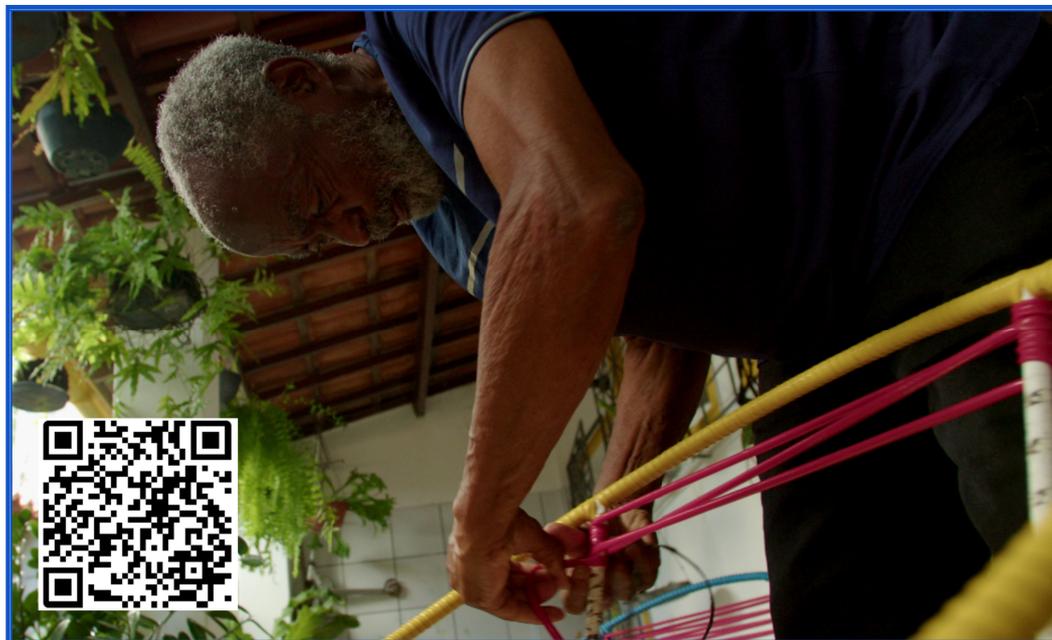
Assim, os meninos passaram a frequentar oficinas, marcenarias, atuando na rua, onde adquiriram alguns ofícios. Já as meninas auxiliavam nos serviços domésticos e de cuidado. Elas(es), independentemente se na rua ou em casa, aprendiam as atividades com um olhar atento ou sob tutela das(os) nossas(os) mais velhas(os). Ida Lewkowicz *et al.* (2004) afirmam que o trabalho era a escola para muitas crianças que, entre quatro a 11 anos, iam gradativamente ocupando seu tempo com o trabalho, chegando aos 14 já habilitadas e equiparadas às(aos) adultas(os) para o trabalho, desde o Brasil escravagista.

Essas crianças, “em sua iniciação compulsória no trabalho, podiam contar com ajuda familiar: aravam a terra na companhia dos irmãos, plantavam e colhiam com os pais, exercitavam-se no ofício de costureira sob o olhar atento da mãe” (Ida Lewkowicz *et al.*, 2004, p. 112). Inaiá Carvalho (2008) sinaliza que “como a luta pela sobrevivência pode começar bastante cedo, até certa idade as crianças trabalham principalmente com familiares, e sua ocupação deve ser conciliada com a escola” (p. 558). Por algum tempo, essa também foi a realidade de nossa família. Tio Tanzinho lembra que:

Todos começaram a trabalhar muito cedo, em função da família realmente ser bem humilde, e todo mundo queria ter sua independência, ajudar em casa, e eu também fui um deles. Tanto que meus irmãos iniciaram o trabalho cedo, com dez anos, nove anos. O meu irmão do meio, que é engenheiro civil, Ubirajara, começou a trabalhar com nove anos de idade. Aloysio, o mais velho dos rapazes, que começou a trabalhar com uns dez anos. E eu fui mais velho, comecei a trabalhar com 13. E aí comecei a trabalhar junto com um tio meu, que tinha um escritório de advocacia, e tinha uma função antigamente, que já não existe mais, eu era office boy. Hoje se tivesse aqui, era assaltado por minuto, porque eu ia fazer cobrança de dinheiro, fazer pagamento (Conversa com Tanzinho Souza).

Por meio da indicação desse mesmo tio, tio Isinho teve sua primeira experiência com um ofício. Ele conta que trabalhou no fabrico de cadeiras de um polonês, chamado Alfredo.

Figura 10: Tio Isinho e a cadeira de ferro e mangueira de PVC (ORA)³⁵



Fonte: Acervo da família.

Meu pai, Arivaldo, começou ainda mais cedo. Filho de um mecânico de bonde, Solano, e de uma lavadeira, Josefa, meu pai começou em uma oficina de capotaria aos oito anos de idade. Enquanto meu pai ia para a garagem dos ônibus fazer manutenção dos estofados dos coletivos, os três irmãos dele, Ademir, Solano e Manuel, vendiam amendoim ou picolé na feira para conseguirem, no final dia, levar algum trocado para casa.

As mulheres da nossa família conciliavam os estudos com as atividades domésticas. Minha mãe sempre conta que, desde muito cedo, ela assumiu a administração da casa dos pais, que, aqui em Salvador, cumpriam suas jornadas laborais longe de casa. Ela se tornou uma exímia cozinheira. Minha mãe aprendeu a cozinhar com minha avó, e, com Gilda³⁶, gerenciava a dispensa, fazia faxina, lavava e passava as roupas dos irmãos e cuidava das(os) irmãs(ãos) mais novos. Ela sempre conta que quando “estourou” a ditadura militar, em 1964, os pais estavam trabalhando, e ela ficou incumbida de buscar às pressas o irmão caçula, tio Tanzinho, que na época estava com nove anos, na escola.

³⁵ Oralituras do primeiro ofício de tio Isinho.

³⁶ Gilda foi entregue pela mãe aos cuidados de minha avó Belanice, com mais ou menos 12 anos, vinda de Vargem Grande, interior da Bahia, para estudar e, em troca, auxiliaria a família com os fazeres da casa.

Tia Janete, esposa de tio Tanzinho, por sua vez, teve a tapeçaria como primeira experiência profissional. Ela e a irmã, Janice, ainda no primário, tinham que confeccionar tapetes como contrapartida para concessão de bolsas de estudos, em uma escola particular, localizada no bairro de São Caetano, onde elas moravam.

Tia Silvia, esposa de tio Isinho, não estudou nessa escola, mas a mãe dela, dona Arlinda, era merendeira, o que possibilitou que ela aprendesse e também fornecesse muitos tapetes para a instituição. Os tapetes confeccionados pelos dedinhos habilidosos das meninas pretas do São Caetano cruzavam o oceano e eram comercializados como fina arte na Alemanha.

A arte que elas e eles produziam, seja nos tapetes emoldurados ou nos trançados feitos de mangueira de PVC nas cadeiras de ferro, ou nas argumentações para a venda de amendoim e picolé na feira, segundo Jarbas Barato (2015), “é uma dimensão de existência com normas e costumes construídos historicamente por um grupo comprometido com saberes constituídos em experiências vivenciais” (p. 91). Apesar de todas as violências e restrições que o trabalho infantil traduz³⁷, a sua geração neta, bisa, compreende a experiência precoce com o mundo do trabalho muito mais do que apenas um caminho para suprir as necessidades financeiras. Para elas(es), as oficinas, as ruas, os ateliês eram oportunidades de, a partir da vivência e da prática, inclusive social, aprenderem fazendo não apenas as técnicas relacionadas ao ofício, mas a tornarem-se profissionais (Jarbas Barato, 2015), seja o capoteiro, o exímio marceneiro, o *office boy* ou a secretária executiva forjada na Usina de São Bento do Inhatá.

Contudo, a formação “no”, “do” e “para” o mundo do trabalho, do ponto de vista delas(es), não está restrita à infância ou até conquista de um ofício, e, conseqüentemente, de um posto de trabalho. Elas(es) afirmam que a formação e a qualificação dizem respeito a um

Figura 11: Tapete confeccionado por tia Janice com técnica aprendida na infância



Fonte: Acervo da família.

³⁷ Nas conversas, a família não traz os aspectos negativos do trabalho que elas(es) realizaram na infância. Elas(es) compreendem como um passo fundamental para a sua formação. Contudo, abordaremos, em momento oportuno, as mazelas e prejuízos desse trabalho para garantia da sobrevivência.

processo constante e do cotidiano. Ricardo Ribeiro (2009) corrobora o entendimento da nossa família e afirma que, hoje em dia, “não é possível imaginar um profissional que não se preocupe com o estar sempre aprendendo sobre a sua área ou sobre temas que cada vez mais dialogam com áreas diversificadas” (p. 51).

Figura 12: Filhos de tio Isinho em uma capacitação “no”, “do” e “para” o trabalho. Na foto, da esquerda para direita, meus primos: Silvio, Carlos Napoleão (Popo) e Edísio na Feira de Petróleo e Gás, em 2024.



Fonte: Acervo da família.

Esse aprendizado continua acontecendo na experiência, no momento vivido “no”, “do” e “para” o trabalho. O trabalho continuou sendo a “universidade”. Tio Isinho conta que, durante os mais de 40 anos de serviço prestado, aprendeu muito e com muita gente. Ele diz que: *“tinha um chefe, Tadeu Pacheco Neves, aprendi muito com esse cara. Fui para São Paulo com um cara que era do ITA³⁸, Dr. Amauri, rapaz, aprendi com o cara. Júlio, da White Martins, aprendi um bocado de coisa. E também aprendi ensinando o que sabia”*.

Meu pai, tia Reijane e meu primo, João Marcos, contam, por exemplo, das experiências delas(es) na Petrobras³⁹. Segundo elas(es), ao ingressar na empresa, todas(os) operárias(os) passavam por um curso de formação para o cargo que ocupariam. Reijane lembra que a formação “na”, “da” e “para” a Petrobras não ficava restrita ao ingresso, pois os

³⁸ Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

³⁹ A Petrobras, que estava se firmando no Recôncavo, foi de fundamental importância para o aproveitamento da mão de obra da usina, que já vinha perdendo seu operariado antes mesmo de fechar. Essa empresa de petróleo disponibilizava diariamente um ônibus para seu pessoal deslocar-se de Terra Nova para Candeias e adjacências (Vivaldo Ribeiro, 2009).

funcionários contavam com um programa de qualificação e aperfeiçoamento, atualmente, fornecido pela Universidade Petrobras (UP).

Oriunda da Centro Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisas de Petróleo (Cenap), criada em 1955 pela Petrobras, a UP nasce, em 2005, com objetivo de “consolidar o alinhamento do processo de Desenvolvimento de Recursos da Petrobras com os objetivos estratégicos da companhia, através da oferta de soluções educacionais corporativas de caráter estratégico e da ação integrada com as diversas estruturas de DRH” (Rodrigo Granja, 2013, p. 56).

Silvia Manfredi (2016) indica que, além das empresas estatais brasileiras, grandes grupos privados nacionais e multinacionais desenvolveram sistemas próprios de treinamento e capacitação para o trabalho.

Neste campo, identificam-se, e ainda podem ser mencionadas, iniciativas dirigidas para os próprios funcionários com finalidades de treinamento, de reciclagem e de atualização. Quase todos os grandes grupos financeiros privados e estatais (Bradesco, Santander, Itaú, Banco do Brasil), bem como as grandes montadoras (Volkswagen, Fiat) e outras grandes empresas do setor químico ou petroquímico possuem centros e programas de formação profissional dos próprios trabalhadores, visando prepará-los técnica e ideologicamente para fazer frente às novas exigências advindas dos processos de reestruturação produtiva e organizacional em tempos de globalização (Silvia Manfredi, 2016, p. 157).

Algumas empresas também investem em parcerias com instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), para proporcionar escolaridade formal de jovens e adultos, sendo as iniciativas voltadas prioritariamente para formação de seus trabalhadores e familiares e, por vezes, abertas à sociedade em geral (Silvia Manfredi, 2016). O SENAI, criado em 1942 pelo Decreto-Lei nº 4.048, também foi solo fértil para a formação profissional de nossa árvore. Tanto de Isinho, na década de 60, quanto Jamille, nos anos 2000, tiveram suas trajetórias atravessadas pelas vivências no SENAI.

Tio Isinho, já como técnico em Eletromecânica, atuou no SENAI, fazendo treinamento de pessoas adultas na parte elétrica para indústria. Ele conta que trabalhou com o pessoal da Petrobras, da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), da ferroviária, por exemplo. Após cinco anos de atuação, ele foi transferido para trabalhar na Seção Franco-Brasileira de documentação Pedagógica, onde ele teve a oportunidade de participar, durante um ano, de uma formação na França. Após essa formação, ele foi contratado por uma multinacional e o salário mais que quadruplicou, como podemos perceber no registro da carteira de trabalho dele (Figura 13).

Figura 13: Carteira de trabalho de tio Isinho

8 CONTRATO DE TRABALHO	9 CONTRATO DE TRABALHO
Nome do estabelecimento, empresa ou instituição <i>Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai</i>	Nome do estabelecimento, empresa ou instituição..... <i>S. A. WHITE MARTINS NORDESTE</i>
Cidade <i>do Salvador</i>	Cidade <i>SALVADOR</i>
Estado <i>da Bahia</i>	Estado <i>Bahia</i>
Rua <i>Av. Alcides Buarque</i>	Rua <i>Av. E. D. de 112 andar - 5/110218</i>
Espécie de estabelecimento <i>Serviço Industrial</i>	Espécie do estabelecimento <i>Fábrica de Filtragem de Café</i>
Natureza do cargo <i>Leitor</i>	Natureza do cargo <i>Supervisor</i>
Data da admissão <i>3</i> de <i>Jan</i> de 19 <i>66</i>	Data da admissão <i>24</i> de <i>Setembro</i> de 19 <i>68</i>
Registro n.º <i>186</i> a fl.	Registro n.º <i>129</i>
Remuneração (especificada) <i>R\$ 205.000 (Dozentos e cinco mil reais)</i>	Remuneração (especificada) <i>900,00 (Novecentos Cruzados) mensais</i>
Assinatura do empregador <i>Francisco Dantas</i> Data da saída <i>17</i> de <i>Outubro</i> de 19 <i>68</i> Assinatura do empregador <i>Ch. Pessoa</i>	Assinatura do empregador <i>Ch. Pessoa</i> Data da saída <i>17</i> de <i>Outubro</i> de 19 <i>68</i> Assinatura do empregador <i>Ch. Pessoa</i>

Fonte: Acervo da família.

Aproximadamente 43 anos separam a experiência de tio Isinho da vivência de Jamille. Jamille, ou simplesmente Mille, iniciou a carreira no SENAI em 2010. Ela afirma que a atuação dela na instituição deu sentido à formação superior em Pedagogia. Ela conta que o SENAI apresentou um mundo totalmente diferente daquele com que ela teve contato na faculdade, pois pode vivenciar a formação de jovens e adultos, realidade bem distante da Educação Infantil comumente experienciado nos cursos de Pedagogia.

Mille lembra ainda que, apesar de não ser formada tecnicamente, aprendeu a cada minuto com a vivência junto aos professores e com os alunos. Para ela, a educação profissional era algo muito próximo, por ter forjado grande parte de nossa árvore, mas muito distante também, por conta da formação propedêutica dela. Ela achava que não era para ela. Porém, no SENAI, ela sentiu que a educação profissional era um legado dela, um legado de nossa família.

Figura 14: Mille no exercício da orientação pedagógica em 2025



Fonte: Acervo da família.

Assim, a formação “no”, “do” e “para” o trabalho no chão de onde o trabalho acontece configura-se como processo contínuo. Contudo, nesse momento da nossa história, podemos inferir que o local de trabalho pode viabilizar a formação para um determinado ofício, mas são as pessoas e como elas estabelecem suas relações com o que e como produzem, que são os verdadeiros “espaços” “de” e “para” formação de outras pessoas capazes, a partir do que produzem, transformarem a realidade em que estão inseridas.

Meus tios contam que, no exercício das suas funções, o que eles sabiam, eles compartilhavam, movimentavam os saberes e fazeres que detinham. Tio Tanzinho diz que tudo que tio Isinho sabia ele passava, “*não tinha isso de não vou passar não, para o cara não me passar a perna*”. Eles entendiam que “*se o cara for melhor do que eu, não adianta esconder o jogo que um dia ele vai descobrir, e se ele não for, eu posso até ensinar a ele mais de 1000 vezes e ele não vai aprender*”.

As histórias, que forjaram nossas(os) mais velhas(os), possibilitaram que minha geração tivesse uma infância brincante, onde o “*nosso único trabalho era estudar*”. A preparação acadêmica e institucionalizada para o mundo do trabalho era uma preocupação constante de meu avô Aloysio que, como lembra meu tio Tanzinho, dizia que “*só morreria feliz quando todas(os) as(os) filhas(os) estivessem formadas(os)*”. A profissionalização

conferida pela certificação/diplomação e pelo “estudo” não era para a inserção no mundo do trabalho, pois, mesmo que de forma precária, elas(es) já estavam inseridas(os), mas foi para nossas(os) mais velhas(os) um degrau importante para a aquisição de melhores condições e postos de trabalho. Esse lugar, bisa, chamamos de escola.

Com carinho, nós

Em um lugar chamado escola, 28 de janeiro⁴⁰

Querida Afra,

*“Vamos, amigo, lute! Vamos, amigo, ajude!
Se não a gente acaba perdendo o que já conquistou.”*
Edson Gomes (1990)

Como vai, querida bisã? E todas(os) por aí? Diga à Joice que estive no IFBA, o antigo CEFET, onde ela estudou. Fale para ela que andei pelos corredores, especialmente, pelo corredor dos laboratórios de Química em que ela costumava estudar e conversar nos intervalos. Se puder, e não for muito abuso, pergunte a vó Aloysio onde ele estudou também. Porque, por aqui, não há um consenso. Tio Isinho e tio Tanzinho dizem que foi no Liceu Salesiano, mas minha mãe teima que foi no Liceu de Artes e Ofícios. Apenas concordam que meu avô cursou música e foi colega de Dorival Caymmi, e que, assim como ele, interrompeu os estudos ainda no primário (Pedro Malta, 2012).

Se meu avô não concluiu os estudos e ingressou no mundo do trabalho no chão da usina de Terra Nova, para suas(seus) filhas(os), ele não desejou a mesma situação. Apesar de sua prole ter iniciado a vida laboral também muito cedo, todas(os) tiveram que conciliar trabalho e estudo. Para ele, a educação era o caminho que proporcionaria melhores condições de vida a suas(seus) rebentas(os).

Figura 15: Meus avós na casa da Liberdade (meu avô em uma das cadeiras que tio Isinho herdou)



Fonte: Acervo da família.

40 Data da certificação do curso técnico de tio Isinho.

Como meu avô, minha avó Belanice, que concluiu os estudos, forjando-se professora de primeiras letras, compreendia que, apenas por meio da educação, elas(es) poderiam emanciparem-se e serem independentes. Minha avó paterna, Josefa, apesar de não ter estudado, também direcionou meu pai e meus tios paternos no mesmo sentido.

A partir da sua geração filha, bisa, a formação para o mundo do trabalho ganhou ares institucionais, muros e quadro-negro. A escola para formação de trabalhadoras(es) foi a via principal. Minha mãe e minhas(meus) tias(os) contam que elas(es) precisavam se formar em alguma coisa. Elas(es) precisavam ter um diploma que as(os) habilitassem para um exercício profissional com melhores salários e condições de trabalho.

Tabela 01: Nossa árvore e a escola

Geração	Família	Escola	Curso	EPT
Filha 1914 - 1919 ⁴¹	Aloysio Sousa	Salesiano ou Artes e Ofícios	Música	Sim
	Belanice de Castro Souza	Convento dos Perdões	Magistério	Sim
Neta 1943 - 1957	Maria Auxiliadora de Castro Souza	Colégio Nossa Senhora do Carmo	Magistério	Sim
	Aloysio Sousa Filho	EEEMBA	Eletromecânica	Sim
	Ieda Maria Souza Costa	ICEIA	Magistério	Sim
	Ubirajara de Castro Souza	ETFBA	Pontes e Estradas	Sim
	Heloisa Helena Souza Barreto	ICEIA e Escola Técnica	Magistério e Edificações	Sim
	Carlos Ubiratan de Castro Souza	ETFBA	Edificações	Sim
	Belanice de Castro Souza	Colégio Nossa Senhora de Lurdes	Magistério	Sim
	Maria Silvia Cruz Sousa ^{*42}	Colégio Luiz Pinto de Carvalho	-	Não
	Arivaldo Gomes Costa [*]	Escola Técnica de Salvador e ETFBA	Ginasial Industrial e Edificações	Sim
	Janete Maria Santana de Castro Souza [*]	Colégio Teixeira de Freitas	Administração	Sim
	Edísio Brandão Sousa	Escola Tomaz de Aquino	-	Não
	João Marcos Sousa Santana	ETFBA	Instrumentação	Sim
	Silvio da Cruz Sousa	ETFBA	Instrumentação	Sim
	Marcus Vinicius Souza Barreto	EPDBA	Processamento de Dados	Sim
	Ana Andreza da Cruz Souza	Integral	-	Não
	Paulo Sousa Santana	EPDBA	Informática	Sim

41 Anos de nascimento da(o) primeira(o) e última(o) da geração.

42 Os * correspondem às(aos) cônjuges das(os) netas(os) de Afra que participaram da pesquisa.

Bisneta 1971 - 1985	Carlos Napoleão da Cruz Souza	EEEMBA	Eletrônica	Sim
	Joice Santana de Castro Souza	CEFET	Eletrônica	Sim
	Leandro dos Passos Souza	CEFET	Eletrônica	Sim
	Cássia Maria Souza Costa Santana	Instituto Social da Bahia (ISBA) IFBA (Atua no IF Baiano)	ProfEPT	Sim
	Jamile Santana de Castro Souza	Águia (Atua no Senai)	-	Sim
	Daniel Souza Costa	Instituto Social da Bahia (ISBA)	-	Não
Tataraneta 2001 - 2018	João Eduardo do Rosário Magalhães Brandão Sousa	IFBA	Eletrônica	Sim
	Luísa Helena Muricy Barreto	SESI	Biotecnologia	Sim
	Anna Beatriz Marinho Santana	Sartre Coc	-	Não
	Guilherme Santana	Colégio Flamboyants	-	Não
	Caio Morais Sousa	Sartre Coc	-	Não
	Bianca Souza	Colégio Militar	Não se aplica	
	Igor Morais Sousa	Gênesis	Não se aplica	
	Lindaia Nascimento dos Reis Souza	Medalha Milagrosa	Não se aplica	
	Rafael Mamona Brandão Sousa	Marista	Não se aplica	
	Ravi Kayodê Costa Santana	Escola Experimental	Não se aplica	

Fonte: Elaborado pela autora.

Organizamos, na tabela acima, a nossa trajetória no espaço da escola. A partir dela, evidenciamos a relevância da EPT para a formação profissional do nosso grupo. Essa modalidade educacional, que visa preparar a(o) estudante para o exercício de profissões técnicas (Brasil, 1996), forjou a maioria de nós. Contudo, as vivências e percepções das(os) nossas(os) em relação a esses espaços ultrapassam a formação técnica, mesmo quando essas instituições objetivavam meramente a formação de trabalhadoras(es) para atenderem apenas às necessidades do mercado.

Ao olharmos para a EPT da perspectiva da nossa família, temos essa modalidade de ensino como um forte adubo para o crescimento de nossa árvore inteira. Porém, as histórias, saberes ancestrais e orgânicos dessas vivências se descolam da história da EPT, saber sintético, (des)envolvida com olhar de sobrevoou.

Das(os) 29 membras(os) da família acima dos 14 anos de idade e aptas(os) para o ingresso no ensino técnico de nível médio, incluindo três as(os) cônjuges da sua geração neta (Maria Silvia, Janete e Arivaldo), 65,5% da nossa árvore cursaram o Ensino Técnico.

Contudo, se considerarmos essa inserção por geração, constataremos que 100% das(os) filhas(os) do casal Aloysio e Belanice Sous(z)a forjaram-se profissionais também pela EPT. Nas gerações seguintes, temos a participação de 58,3% das(os) bisnetas(os) e 40% das(os) tataranetas(os) nessa modalidade educacional.

Além da queda na participação da nossa árvore como estudantes da EPT, outros aspectos podem ser percebidos. O primeiro deles é a divisão dos cursos por gênero. Notamos que a maioria das mulheres da sua geração neta cursou o magistério⁴³, enquanto os homens, tanto na geração neta como na geração bisneta, acessaram cursos técnicos voltados para ofícios ligados à indústria. O cenário, em relação às mulheres, começa a mudar com o ingresso de tia Heloisa no curso de edificações.

Outro aspecto está relacionado ao ingresso na educação profissional. De acordo com a historiografia, a EPT tem como gênese um caráter assistencialista, para evitar que as(os) desprovidas(os) da fortuna ingressassem no mundo da criminalidade. Porém, ao *olharouvirsentir* nossas raízes e galhos da copa mais alta da nossa árvore, percebemos que, tendo a família como principal referência, elas(es) já estavam sendo forjadas(os), seja na cozinha de casa ou nas oficinas, para aquisição de ofícios antes mesmo de ingressarem na escola técnica. Em nossa árvore, e muito distantes da criminalidade, 100% das(os) membras(os) das suas gerações filha e neta tiveram a experiência “no” e “com” o trabalho como um local de formação ainda na infância.

Essa realidade é muito próxima ao cenário atual da formação profissional “no”, “do” e “para” o mundo do trabalho no Brasil. Segundo Nota Técnica nº 278, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), das 62 milhões de pessoas aptas⁴⁴ a cursarem um curso técnico de nível médio (CTNM), apenas 17,5% (10,9 milhões) estavam cursando ou haviam concluído um curso técnico, “associado à informação de que a juventude brasileira inicia precocemente sua vida laboral, inclusive em concomitância com os estudos, [o que] indica que o ingresso da maioria dos jovens no trabalho ocorre sem qualquer tipo de preparação profissionalizante” (DIEESE, 2023, p. 06).

Apesar de ser a realidade brasileira, o ingresso no mundo do trabalho passou a ser precedido da formação técnica a partir das(os) suas(seus) tataranetas(os). Meu primo João Marcos afirma que, diferente do pai dele e das(os) tias(os), ele ingressou no mundo do

43 Em momento oportuno, vamos aprofundar a conversa em relação às mulheres e o Magistério.

44 Estudantes do Ensino Médio (regular ou da Educação de Jovens e Adultos – EJA) ou pessoas que haviam concluído o Ensino Médio ou ingressado no Ensino Superior sem o concluir e que não estavam frequentando uma graduação.

trabalho com 18 anos, por meio de um estágio do curso. Marcus Vinicius, que cursou Processamento de Dados, também iniciou a carreira em um estágio. Porém, do ponto de vista deles, as filhas, Ana Beatriz e Luísa, só deverão ter a primeira experiência com o trabalho durante ou após concluírem a faculdade, com uns 23 a 24 anos.

Todas(os) nós concordamos que a preparação e o ensino de qualidade ofertados nas escolas técnicas proporcionaram uma ascensão financeira e social da nossa árvore, possibilitando às novas gerações o ingresso mais tardio no mundo do trabalho. Essa ascensão não teria ocorrido se a geração de minha mãe não tivesse acessado instituições com um currículo voltado para as demandas e necessidades do mercado, especialmente a formação de trabalhadores para o Centro Industrial de Aratu e o Polo Petroquímico, onde muitos galhos de nossa árvore atuaram.

A partir da década de 70, a ETFBA passa por muitas mudanças, sendo criados vários cursos para atender às transformações econômicas que ocorriam no estado da Bahia, em específico na região metropolitana de Salvador. Lessa (2002) salienta que esse acréscimo de cursos deve-se, principalmente, à criação do Centro Industrial de Aratu (CIA) e à implantação do Pólo petroquímico de Camaçari, que representaram um acréscimo significativo no número de vagas destinadas a profissionais oriundos dos cursos profissionalizantes (Romilson Sampaio; Ana Almeida, 2009, p. 19).

Vera Fartes (2009) afirma que a escola teve que se recompor e adaptar-se para atender às exigências que o cenário da época exigia. Tio Tanzinho vivenciou essas alterações e conta que a formação que ele obteve na ETFBA o preparou para o trabalho que ele desenvolveria no CIA.

Figura 16: Tio Tanzinho e sua turma em uma aula prática na ETFBA na década de 60.



Fonte: Acervo da família

Vera Fartes (2009) recorre a um documento ETFBA (1975) para descrever o pensamento da época:

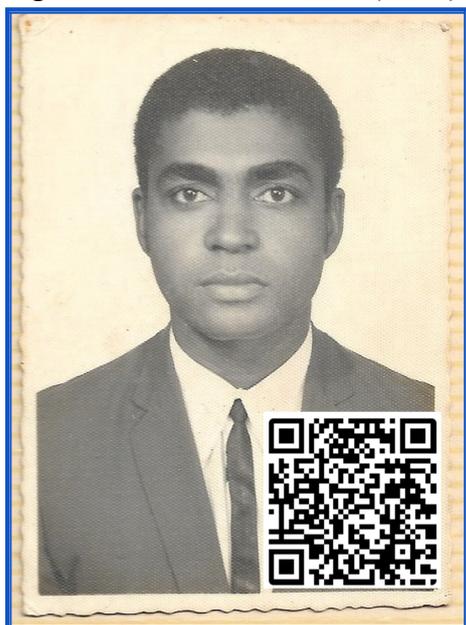
Mister se faz salientar, aliás, que, por uma feliz coincidência, quando assumimos a direção da Escola Técnica Federal da Bahia, operava-se, coincidentemente, um profundo processo de mudança na estrutura econômica e social do Estado e, mais especificamente, na Região Metropolitana de Salvador, graças ao início de funcionamento do Pólo Petroquímico de Camaçari [...], cujos reflexos, em termos das mais amplas perspectivas de mercado de trabalho, seriam os mais promissores para este estabelecimento de ensino que se veria na contingência de ampliar o seu esforço no sentido da formação urgente de maior número possível de mão-de-obra qualificada [...]. Para tanto, tivemos que fazer constantes readaptações das grades curriculares de nossos cursos, suprimir cursos, criar novos cursos, abrir salas de aulas, implantar novos laboratórios e oficinas [...], celebrar centenas de convênios com as empresas industriais nascentes, enfim, dar um novo sentido de vida à velha “Escola do Mingau” a fim de que ela pudesse atender na sua plenitude, às exigências de uma nova era (ETFBA *in* Vera Fartes, 2009).

A ETFBA, bem como outras instituições de ensino, como a Escola de Engenharia Eletro-Mecânica da Bahia (EEEMBA), prepararam seus discentes para o papel de grande relevância na produção das empresas (Vera Fartes, 2009). O técnico de nível médio tinha, na perspectiva de Vera Fartes (2009), um papel relevante no cenário político das indústrias, que se refletia na estrutura curricular da instituição.

Sua posição mediadora entre engenheiros e administradores, em geral, e os trabalhadores mais diretamente ligados à produção, faz com que seu papel técnico seja inseparável de seu papel político e determinado por sua posição na estrutura da empresa, onde, no cotidiano das relações sociais na produção, ao nível do chão de fábrica, exerce a função de porta-voz daqueles que controlam o poder político e econômico. Dessa forma, não só é grande o controle sobre os técnicos no trabalho, devido à sua posição estratégica, como também é grande o controle exercido na escola, pois ela tem a tarefa de moldar, seja pela disciplina, seja pelo conteúdo do ensino, aquele profissional que melhor se ajuste às necessidades empresariais (Vera Fartes, 2009, p. 64).

O objetivo pode até ter sido moldar as pessoas às necessidades empresariais, porém, nossas oralituras dão conta de outro tipo de egressas(os). Conscientes da relevância de suas atividades, nossos galhos não envergaram diante das investidas desrespeitosas de quem se colocava acima deles.

Figura 17: 3x4 de tio Isinho (ORA)⁴⁵



Fonte: Acervo da família.

João Marcos, que atua como técnico em instrumentação embarcado em uma plataforma da Petrobras, diz que

o trabalho técnico é a base de tudo. O técnico é um especialista (...). O técnico em instrumentação conhece todos os instrumentos, conheço como os instrumentos funcionam, e através desse conhecimento, eu consigo atuar no processo produtivo, antigamente na produção de plástico, e, hoje na Petrobras, na extração de Petróleo.

Tio Isinho complementa, dizendo que “*é o técnico quem domina todo o processo da indústria (...), é quem consegue colocar a máquina para rodar*”.

Apesar de a história atribuir a formação integral à história mais recente da EPT, nossa árvore, para além da formação técnica, vivenciou muitos outros letramentos. A formação política, que possibilitou uma visão mais ampliada e crítica das(os) minhas(meus) mais velhas(os), se fez presente na experiência delas(es) no chão da escola.

João Eduardo afirma que aprendeu política no IFBA. João Marcos narra ter tido a mesma experiência ainda na ETFBA. Ambos apontam o convívio e o debate com um público diverso como principal método para promoção da sua concepção política e acerca da democracia. João Marcos, por sua vez, afirma que a escola técnica é uma escola de vida e não apenas um ensino técnico. “*Para mim, o período que passei aqui foi um período de crescimento como pessoa (...). Eu me tornei mais crítico como pessoa pelos quatro anos que vivi na Escola Técnica justamente pela interação com a diversidade que existia*” (Conversa com João Marcos). João reforça ainda o papel dos professores que, segundo ele, estimulavam o debate e o pensamento crítico.

Meu pai fala que na Escola Técnica ele conheceu professores e mestres que o orientaram para a vida.

Professor Josias, Mestre Josias, que muitas vezes, quando não estava funcionando o restaurante, ele me levou para almoçar com ele e com a família dele, devido a ele saber minha situação fora o ambiente de Escola Técnica. Esse homem marcou muito a minha vida. E ele, depois de muito tempo, eu já a caminho da minha

⁴⁵ Oralitura de uma experiência de tio Isinho no trabalho por tio Tanzinho.

aposentadoria, foi na secretária de cursos aqui da Escola Técnica, confirmar, certificar que eu trabalhei na fundição, sendo auxiliar, sendo ajudante dele nos momentos em que ele sempre precisou de mim. Fruto disso, a Escola Técnica emitiu um documento para que eu pudesse com esse documento, levar ao INSS para contar tempo para minha aposentadoria. E mais uma vez eu sou grato ao corpo docente dessa instituição, que não só ajudou Arivaldo, mas ajudou a milhares de colegas que por aqui passaram (Conversa com Arivaldo Costa).

Meu pai destaca ainda a relevância da instituição e seus mestres em 1965 que, com a Ditadura Militar em pleno curso, mostravam ao seu corpo discente um caminho de esperança.

João Eduardo conta que teve duas(dois) professoras(es) no IFBA que o ajudaram bastante a se desenvolver como pessoa. Ele cita que tinha uma professora de Literatura que, para ele, é como uma segunda mãe, a quem recorria para compartilhar desde desafios amorosos à aplicação adequada de vírgulas.

As escolas, ao longo do tempo, proporcionaram também experiências em diversas áreas de expressão, como esporte e arte. Tia Janete, egressa do Colégio Teixeira de Freitas, lembra-se do contato que teve com o basquete durante sua formação no curso técnico em Administração, no final dos anos 60:

Meu professor viu, um professor de esporte lá que tinha, que eu tinha tendência ao basquetebol. Ele me descobriu no basquete. Então eu fiquei, foquei mais no basquete do que no vôlei. Lá no São Caetano era voleibol, não tinha basquete, assim né. Mas no centro da cidade, o basquete foi assim e, tanto é que esse professor me indicou para a seleção baiana de basquetebol. E aí foi minha vida, eu realmente consegui ir para um campeonato em Belo Horizonte. Realmente, com muita preocupação dos nossos pais. Meu pai era muito preocupado. Então, chegou ao ponto do técnico ir lá em casa, fazer a solicitação, que era uma coisa assim certinha e tudo. Foi muito legal, foi uma experiência muito rica. Encontrei várias pessoas do Brasil inteiro, né. Coisa maravilhosa (Conversa com Janete Souza).

Na mesma escola, tia Janete também pôde vivenciar a arte. Seu corpo negro, esbelto e suas madeixas longas e cheias, que bailavam com a bola de basquete, também se fizeram presentes em passarelas de moda e no teatro da escola. Ela conta que, em uma oportunidade, viajou com o grupo de teatro com um espetáculo, no qual ela interpretava uma estudante. Anos depois, essa experiência proporcionou-lhe uma participação na primeira versão do filme *Dona Flor e seus dois maridos*, gravado em 1976⁴⁶.

Naiaranize Silva (2009) sinaliza que, para a geração de estudantes da ETFBA, no início dos anos 80, “a arte era o principal espaço de contestação” (p. 120). Ela afirma que

46 Tio Tanzinho fala que reuniu as(os) amigas(os) da faculdade de Arquitetura e foram prestigiar a estreia de tia Janete no cinema. Ela havia passado muito tempo decorando o texto, que era longo. Porém, no filme, ficou apenas “terceiro quarto”, e ainda dublado por outra pessoa.

muitas(os) estudantes dessa época tiveram destaque com poesia e ingressaram no mundo das artes ou seguiram carreiras nas áreas de humanidades na vida adulta, entre elas: Jornalismo, Direito, Ciências Sociais, História (Naiaranize Silva, 2009).

Heide, que foi para o Serviço Social, conta que, no CEFET, entre os anos de 1997 a 2000, apesar do número expressivo de matérias de que tinham que “dar conta”, tanto na formação propedêutica, quanto na formação técnica, elas(es) também tiveram oportunidade de experimentar muitas outras áreas de expressão na escola. Segundo Heide, Joice foi do grupo de expressão corporal e depois do grupo de teatro. Paixões vivenciadas na escola que Joice levou para vida.

Figura 18: Joice atuando no espetáculo do grupo de teatro Carrancas, criado por ela em 2010



Fonte: Acervo da família.

Heide conta ainda que Joice, ao cursar a universidade de Direito, dizia: *“eu percebo que a gente precisa vir mais para o corpo, a gente está muito racional. O que a universidade está fazendo com a gente?”*. A cisão entre corpo e mente aconteceu, para Joice, apenas no espaço da academia. O corpo inteiro dela estava presente na sua vivência no CEFET, inclusive a sua negritude.

Outro fator que contou para a formação de uma auto identidade bem resolvida quanto à minha cor foi ter estudado no segundo grau em uma escola técnica federal, onde as pessoas tinham mente aberta e receptividade. Lá aprendi a me sentir bonita, valorizada, a ter amigos. As pessoas me diziam que eu era bonita, e admiravam

minha beleza como admirariam a qualquer outra beleza, fosse de qualquer cor ou tamanho. Fui acolhida e parecia que a minha cor não contava em nada para o meu julgamento, nem contra nem a favor. Como deve ser. Uma prima, no entanto, estudou a vida toda em um grande colégio de classe média onde as pessoas tinham outra mentalidade, e onde ela foi, por vários anos, a única aluna negra de sua turma. Sabe aquela revolta, aquele repúdio, aquela raiva sem rosto? Ela tem. Mesmo sendo orgulhosa de sua cor e de sua família, tem raiva “daquelas patricinhas brancas”. E por muitos anos não compreendia todo aquele ódio, que hoje eu posso entender (E-mail de Joice, 2010⁴⁷).

A prima que Joice cita era eu. João Eduardo compreendia meu sentimento. Estudante de uma escola particular até ingressar no IFBA, ele pontua quanto era estranha e dolorosa a experiência de não conseguir constituir laços de amizade e de ter na cor de sua pele a tradução para incompetência e pobreza. Ele conta que um padre da escola, ao encontrá-lo com a blusa do IFBA, questionou se ele havia perdido a bolsa. A questão é: ele nunca foi bolsista.

As experiências de Joice e João Eduardo dão conta de que, mesmo que diante de uma instituição que não prioriza no currículo formal os saberes africanos e afrodescendentes, havia um currículo oculto que, por meio da vivência com o diverso e a acolhida da negritude delas(es), fizeram elas(es) se sentirem parte de algo, tenha sido da escola, da comunidade acadêmica, do próprio corpo e da própria história.

Essa vivência de corpo inteiro, em paralelo aos valores da nossa família, munuiu nosso grupo de repertório para ampliar suas formações “no”, “do” e “para” o mundo do trabalho na universidade. Na nossa árvore, aproximadamente 79% das(os) membras(os) egressas(os) do CTNM deram andamento aos estudos, obtendo o nível superior.

Tabela 02: Nossas raízes e galhos técnicos e o ensino superior

Geração	Família	Curso Técnico	Curso Superior
Filha	Belanice de Castro Souza	Magistério	-
Neta	Maria Auxiliadora de Castro Souza	Magistério	Licenciatura em Geografia
	Aloysio Sousa Filho	Eletromecânica	-
	Ieda Maria Souza Costa	Magistério	Licenciatura em História Natural
	Ubirajara de Castro Souza	Pontes e Estradas	Engenharia Civil
	Heloisa Helena Souza Barreto	Magistério e Edificações	-
	Carlos Ubiratan de Castro Souza	Edificações	Arquitetura

47 Conteúdo do e-mail na íntegra no Anexo C.

	Belanice de Castro Souza	Magistério	-
	Arivaldo Gomes Costa	Ginasial Industrial e Edificações	Licenciatura em Ciências Naturais e Estatística
	Janete Maria Santana de Castro Souza	Administração	Ciências Econômicas
Bisneta	João Marcos Sousa Santana	Instrumentação	Análise de Sistemas
	Silvio da Cruz Sousa	Instrumentação	Engenharia Mecânica
	Marcus Vinicius Souza Barreto	Processamento de Dados	Direito
	Paulo Sousa Santana	Informática	Publicidade
	Carlos Napoleão da Cruz Souza	Eletrônica	Sistema de Informações
	Joice Santana de Castro Souza	Eletrônica	Direito
	Leandro dos Passos Souza	Eletrônica	Engenharia Civil
Tataraneta	João Eduardo do Rosário Magalhães Brandão Sousa	Eletrônica	Relações Internacionais
	Luísa Helena Muricy Barreto	Biociência	Biomedicina

Fonte: Elaborado pela autora

Quando apreciamos nossa trajetória, percebemos que, a partir da sua geração bisneta, 100% das(os) membras(os) ingressaram na universidade. As mulheres, que haviam em grande maioria cursado o Magistério, seguiram carreira nas Licenciaturas. Já as(os) outras(os) que fizeram o curso técnico como Eletrônica, seguiram as mais diversas áreas, entre elas, Engenharias e Direito.

Figura 19: Reijane no Encontro de ex-alunas(os) do ETFBA em 2023



Fonte: Acervo da família

Atualmente, a EPT, que corresponde a 3% das matrículas no Ensino Médio no país

(Inep, 2024), não tem sido a principal opção formativa de nossas novas gerações. Na contramão da realidade social do país, nossa árvore ainda é uma exceção, não apenas por mérito, mas, principalmente, pelas oportunidades que tivemos ao longo de nossas trajetórias, o que tornou possível a ascensão financeira e social que garantiu não apenas o ingresso tardio das novas gerações no mundo trabalho, como também ampliou o leque de possibilidades e oportunidades.

Contudo, as(os) egressas(os) reconhecem nesses espaços de formação um grande valor. Para elas(es), muito do que conquistaram foi graças às suas vivências dentro dos muros de uma escola voltada para a formação profissional. Nessas escolas, para além das técnicas, encontraram mestras e mestres que as(os) ajudaram a descobrir e/ou refinar seus talentos, as(os) alimentaram o corpo e a alma, suprimindo carências e cultivando sonhos. Essas(es) lugares-pessoas apontaram caminhos, as(os) inseriram em uma comunidade plural, rompendo os limites da família.

Com amor, suas(seus) técnicas(os)

Em uma (com)unidade, 24 de janeiro⁴⁸

Doce Afra,

“Uma pessoa só é uma pessoa por meio de outras pessoas.”
 Provérbio africano

“Sousaaaaaaaaaaaaaa, Sousaaaaaaaaaaa!”, gritava o carteiro do alto da ladeira da Rua Doutor Raimundo Mesquita, também conhecida como Rua da Favela, no bairro da Liberdade, em Salvador, em meados de 1967. Baixo, com um corpo franzino, de meia idade e cabelos curtos, o carteiro chamava por meu avô a pelo menos dez casas antes da nossa. A voz do carteiro sobressaía aos ruídos da rua e, com um sorriso rasgado no rosto, anunciava que uma carta de envelope branco, azul e vermelho, destinada ao senhor Aloysio Sousa, da casa de número 79, havia chegado.

Meu avô Aloysio, que aguardava ansioso por notícias do seu filho Aloisinho, ou apenas Isinho, não conseguiu conter sua alegria ao ouvir, ainda que distante, a voz amiga do carteiro. Ele havia esperado, debruçado na janela da casa, por semanas, para ter qualquer notícia do seu filho que havia viajado para participar, durante um ano, de uma qualificação profissional na França.

A carta destinada no envelope ao senhor Aloysio Sousa era, na verdade, para a família inteira. Meu avô era quem abria a carta e sempre era o primeiro a lê-la. Depois, era a vez de minha avó Belanice e, em seguida, cada uma das suas quatro irmãs, Marita, Ieda (minha mãe), Heloísa e Cici, e seus dois irmãos, Bira e Tanzinho, não necessariamente nessa ordem, liam.

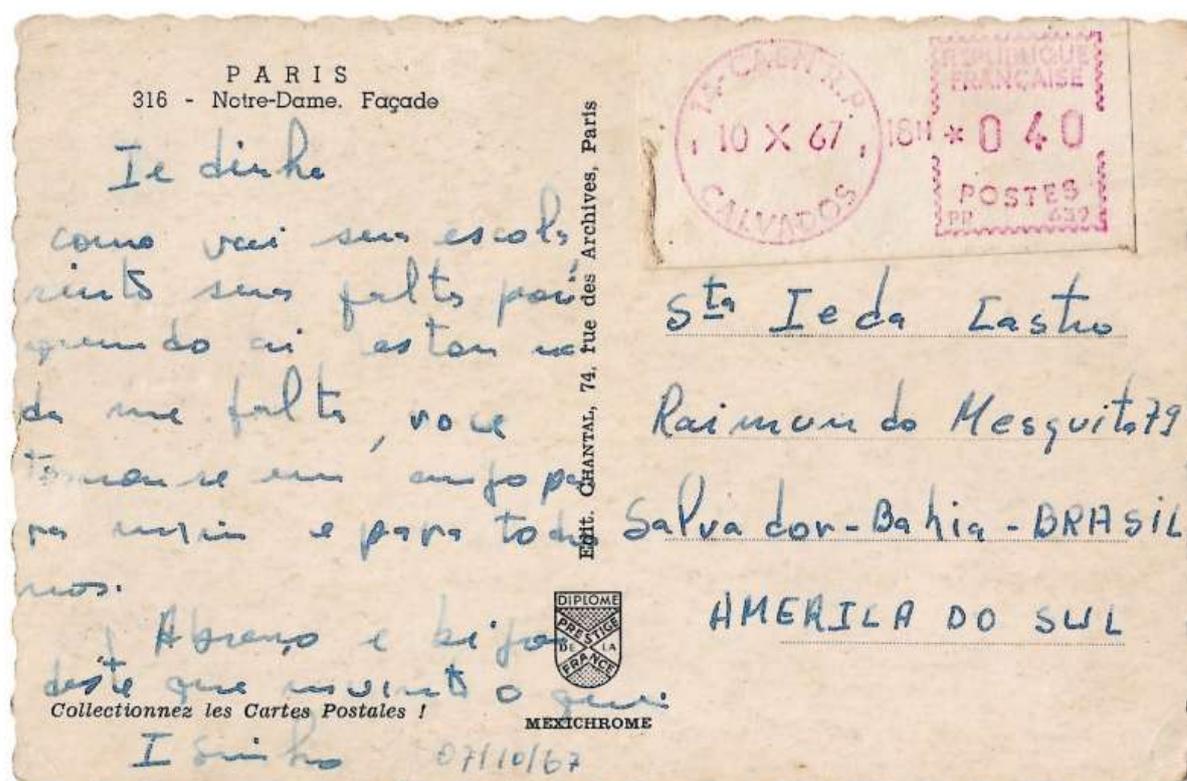
Em 1967, as cartas enviadas pelo meu tio eram a única forma de a família ter notícias dele. Assim, as cartas eram preciosidades e carregavam um tanto dele e da vida que ele estava levando em terras francesas. Era como se aquelas folhas de papel, com um conjunto de letras, na maioria das vezes escritas com uma tinta azul, fossem capazes de materializá-lo, trazê-lo para perto do seu ninho. Era como se aplacasse uma ausência e enchesse de sentido e cor o vazio que ele havia deixado.

Meu avô lia e relia as cartas todas as vezes que a saudade apertava. Revisitava as fotos e, quietinho no seu canto ou debruçado na janela da sala de estar, deixava que as lágrimas corresse pelo seu rosto, conta minha mãe. Nenhuma(nenhum) membra(o) da nossa aldeia havia ficado tanto tempo tão longe de casa até então. Porém, tendo cursado até a quarta série

⁴⁸ Na noite do dia 24 para 25 de janeiro de 1835, aconteceu a Revolta dos Malês, uma rebelião liderada pelos malês, africanos muçulmanos, na qual um grupo de africanos escravizados e libertos uniram-se contra as opressões e violências da escravidão (João Ribeiro, 2012).

do primário, meu avô Aloysio sabia que a oportunidade de estudar em outro país, que tio Isinho havia conquistado no Senai, traria para ele e toda a família bons frutos, mudando o curso da nossa história.

Figura 20: Verso do postal de tio Isinho para minha mãe Ieda em 07/10/1967⁴⁹



Fonte: Acervo pessoal.

Tio Isinho retornou em 1968. Tio Tanzinho lembra que ele recebeu várias ofertas de emprego ainda no aeroporto e que uma matéria foi publicada no jornal sobre o feito dele. Apenas três brasileiros tinham sido selecionados para a qualificação na Europa e tio Isinho fora o único negro.

O mais importante, no entanto, foi o que ele fez depois dessa experiência. Meu tio, técnico industrial em eletromecânica, financiou o estudo das(os) suas(seus) irmãs(ãos). Ele pagou cursinho pré-vestibular e faculdade para aquelas(es) que cursaram o Ensino Superior na Universidade Católica de Salvador (UCSal). Ele também fazia a feira do mês e os desejos dos meus avós eram ordens. Meu tio se desfez da poupança que tinha, financiando o tratamento do meu avô na unidade de tratamento intensivo (UTI) no Hospital Português, após ter sofrido um acidente vascular cerebral (AVC), que o levou para a ancestralidade.

⁴⁹ O conteúdo transcrito do postal está disponível no Apêndice B.

Quando lhe perguntamos por que ele fez isso, ele respondeu: “*naquele tempo, quem ganhava dinheiro era eu. Quer dizer, ganhava mais que o normal. Podia fazer*”. Mas, além de poder, ele quis. Assim, a formação técnica sempre foi vista como caminho para mobilidade social e emancipação. Porém, antes e acima de qualquer coisa, havia “na”, “da” e “para” a formação para o mundo do trabalho um “compromisso com” e “um senso de” (com)unidade.

A comunidade é o espírito, a luz-guia da tribo; é onde as pessoas se reúnem para realizar um objetivo específico, para ajudar os outros a realizarem seu propósito e para cuidar uma das outras. O objetivo da comunidade é assegurar que cada membro seja ouvido e consiga contribuir com os dons ao mundo, da forma apropriada. Sem essa doação, a comunidade morre. E sem a comunidade, o indivíduo fica sem um espaço para contribuir. A comunidade é uma base na qual as pessoas vão compartilhar seus dons e recebem as dádivas dos outros (Sobonfu Somé, 2002, p. 35).

Nossa família foi nossa primeira comunidade. Minha prima Joice (2009) afirma que “*esse sentimento de pertença me dá força, orgulho para enfrentar quem quer que ouse questionar a minha identidade. Dá uma segurança e firmeza que, talvez, faça com que as pessoas pensem duas vezes antes de expressar alguma fala racista*”, por exemplo. Potencializadas(os) umas(uns) pelas(os) trajetórias das(os) outras(os), encontramos um espaço onde pudemos superar nossas diferenças e problemas, bem como os alicerces necessários para nossa emancipação. A comunidade-família, para nós, é um lugar fecundo para o *Ubuntu*, que só “*existe quando as pessoas se unem em prol de um bem comum*” (Mungi Ngomane, 2022, p. 12).

Mungi Ngomane (2022) afirma que, no mundo caótico e confuso em que vivemos, a lógica capitalista vai de encontro aos ideais do *Ubuntu* e do trabalho enredado e direcionado “na”, “da” e “para” uma comunidade.

No entanto, no Ocidente também nos ensinam que é algo digno de mérito afirmar ser alguém autossuficiente. Aplaudimos aqueles que julgamos ter alcançado fama e fortuna por meio dos próprios esforços, felizes ao ignorar o fato de que nada pode ser alcançado no vácuo. Também aprendemos que a competição leva à autorrealização e ao progresso, mesmo que o confronto com os outros leve a comparações inúteis e provoque uma sensação esmagadora de insuficiência (Mungi Ngomane, 2022, p. 20).

A meritocracia do mundo brancocêntrico aponta para um existir no mundo sem raízes. A ideia de que basta esforça-se muito que, mesmo sozinho, você conquistará o que deseja, elimina o nosso sentido de pertença. Essa ausência, segundo Sobonfu Somé (2002),

“enfraquece a psique, tornando a pessoa vulnerável ao consumismo e a todas as coisas que o acompanham” (2002, p. 35).

Ainda para Sobonfu Somé (2002), e na contramão do pensamento centralizador e individualizador do ocidente, a comunidade é essencial ao nosso existir no mundo e “podemos ao menos ter uma noção dela, permitindo que os amigos participem de nossa vida. Quinze minutos de comunicação com os outros podem ajudar de forma profunda a compensar a falta de comunidade” (Sobonfu Somé, 2002, p. 38).

Mungi Ngomane (2022) complementa ao indicar que “*Ubuntu* nos ensina também procurar fora de nós mesmos para encontrar respostas. Trata-se de uma visão mais ampla; de ver o outro lado da história” (2022, p. 12). Permitir-se um caminhar junto e aquilombar-se conduziu muito da nossa trajetória, principalmente, quando estivemos longe do nosso território e família.

Para além das comunidades de prática, nas quais, segundo Jarbas Barato (2015, p. 92), “os alunos de educação profissional e tecnológica sentem-se desde o início como integrantes de uma arte – uma comunidade de prática e uma área de saber”, criamos dentro das escolas quilombos. Fundamentais em nossa formação para a vida e para o mundo do trabalho, mais que um grupo de amigas(os), desenvolvemos irmandades que nos devolveram o sentido de pertencimento e enraizamento no chão da escola.

Figura 21: Aliança fantástica do G8. Na foto, da esquerda para direita, Daiane, Lorena, Heide, Flávia, Esther, Clarissa (amiga de Gabriela), Georgia, Gabriela e Joice (ORA)⁵⁰



Fonte: Acervo de Heide Damasceno.

As irmandades, quilombos, Movimento Negro e demais movimentos sociais constituíram, ao longo da nossa história, comunidades potencialmente emancipadoras. Esses coletivos proporcionam uma experiência de trabalho e formação para conquista de direitos, viabilizando, em cenários frequentemente de violência e anulação de subjetividades, o acesso à qualificação e a oportunidades efetivamente integradoras até mesmo em ambientes de trabalho.

Dentre os tantos exemplos que emergiram de nossas oralituras, a experiência de tio Tanzinho na Casa da Lenha demonstra como a união no ambiente de trabalho pode suplantar situações adversas, configurando-se como espaços efetivos de ensino-aprendizagem direcionados ao coletivo.

A Casa da Lenha, prédio histórico localizado em Porto Seguro, entre as Ruas São Pedro e Dois de julho, era o local onde os produtos que seriam embarcados para a Europa no período escravagista ficavam armazenados (Josemir Fonseca, 2018). A obra de restauração do casarão edificado no século XVII foi a primeira experiência de meu tio como arquiteto contratado pelo Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPAC), em 1981. Recém-casado, meu tio conta que deixou tia Janete grávida de Joice, aqui em Salvador, e embarcou nesse desafio, renegado por muitos outros arquitetos antes dele.

As dificuldades eram as mais diversas possíveis. A comunicação com a capital baiana não era acessível, os insumos, por vezes, eram escassos e até mesmo a alimentação era um problema. Foi na constituição de uma comunidade com mestre Hermano, operários da obra, com quem tio Tanzinho morou durante um ano, e a comunidade local, que o êxito do grupo foi possível.

Figura 22: Casa da Lenha antes da restauração (ORA)⁵¹



Fonte: Acervo da família.

⁵¹ Oralitura: Experiência na Casa da Lenha por Tanzinho.

Desse modo, ao caminharmos com árvores amigas, experimentamos, na contramão da lógica capitalista, uma formação que se dá “na”, “da” e “para” a relação com o coletivo, totalidade. Há na experiência com uma (com)unidade um sentido de (re)existência atravessada pelo relacionar-se com a(o) outra(o), a fim de transpor quaisquer dificuldades que o mundo e o mundo do trabalho apresentar.

Com carinho, sua árvore (com)unidade

Cartas “no”, “do” e “para” nossos galhos floridos

Entre tecidos, cocos, costuras, bolos, tapetes e sequilhos, 25 de julho⁵²

Doce Afra,

“Seu primeiro marido é seu emprego”
Belanice Sousa

Duas peças de madraсто, algodãozinho, malquizete lilás e branco e um pedaço de filó. Encontrei esses recortes de tecido, que a senhora citou em sua carta, na caixinha de costura de tia Silvia, esposa de seu neto Isinho. Perguntei a ele, à minha mãe, a tio Tanzinho e a tio Viraldo se, assim como tia Silvia, a senhora costurava e responderam, a princípio, que não.

A primeira resposta de minha mãe foi que a senhora era dona de casa. Mas, Tio Isinho, que passava mais tempo em sua casa⁵³, lembra que a senhora vendia comida. Ele conta: “*Minha avó fornecia comida ao pessoal que dirigia marinete⁵⁴, que o final de linha era lá na rua. O pessoal almoçava lá na casa de minha avó. Alguns motoristas, alguns cobradores almoçavam lá em casa. Ela vendia cuscuz também. Minha avó cozinhava*”. Tio Tanzinho lembra-se que a senhora vendia também cartucho de tapioca e de milho.

Dona Astéria, sua irmã, igualmente, fornecia comida. Ela tinha, na frente da casa dela, na Lapinha, uma quitanda, e vendia, além de comida, frutas, verduras da horta que ela cultivava no fundo da casa dela. “*Quem chegava, comia*”, lembra tia Sofia das falas de tio Ildefonso. Assim, de quentinha em quentinha, fruta a fruta, as mulheres forneciam, ou, como no caso de Dona Astéria, contribuía para o sustento da família.

Não conseguimos chegar na origem das atividades comerciais como fonte de renda em nossa família. Ao considerar, todavia, conforme as palavras de Manuel Querino (2018), que a população negra trouxe de África os saberes, chegando aqui já “aparelhada” para os desafios que a aguardava, conseguimos afirmar que nossas ações no comércio nasceu do outro lado do oceano Atlântico em nossa terra-mãe, África.

Segundo Juliana Bonomo (2014), “antes de aportarem no Brasil, os espaços de troca, as feiras e os mercados ficaram conhecidos na região centro-ocidental da África, especialmente entre os povos quimbundu, como Kitanda” (2014, p. 02). Flávio Gomes e

52 25 de julho é comemorado o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra (Brasil, 2014) e o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha.

53 Meus avós casaram em junho de 1939. Não fizeram festa, pois biso Rosalvo havia falecido meses antes, repentinamente. O casal foi morar na casa da usina com biso Afra e as irmãs de meu avô Aloysio, Morena e Linda. Em 1943, Afra adquiriu uma casa no bairro do Curuzu, em Salvador. Linda e Morena foram morar com ela. Meus avós permaneceram em Terra Nova até 1953. Tio Isinho e minha mãe nasceram em 1944 e 1946, respectivamente. Portanto, as memórias de minha mãe e de meu tio de Afra são na capital baiana ou das curtas temporadas que ela passava em Terra Nova a passeio.

54 Marinete era um veículo utilizado para o transporte coletivo. Antigo modelo de ônibus.

Carlos Soares (2002, p. 08), por sua vez, afirmam que “a quitanda é uma invenção social dos povos bantos da África Central”, que, em África, era exclusivamente feminino.

Outras regiões do continente africano também tinham a presença forte de mulheres no comércio local. Maria Manuela Borges (2005) amplia, para outros países e nações da África Ocidental, a participação feminina nas atividades comerciais. Ela afirma que:

Por exemplo, na Nigéria as mulheres participam tradicionalmente nas tarefas econômicas como agricultoras, criadoras de animais, processadoras de alimentos e comerciantes, e as mulheres Yoruba são reconhecidas como dinâmicas comerciantes, trabalhando por conta própria. Em países como a Nigéria, Ghana, Senegal, e Guiné-Bissau existe uma tradição de mulheres participando no comércio de longa distância ou de retalho e a expectativa social predispõe as mulheres para certos tipos de atividades entre as quais está o comércio, onde são predominantes, e muitas mulheres obtiveram um relevante sucesso financeiro através das suas atividades econômicas como comerciantes (Maria Manuela Borges, 2005, p. 08).

Essa atividade, em África, apesar de, à primeira vista, parecer confusa, era extremamente organizada, na qual “as quitandeiras se dividiam por especialidades: umas só vendiam peixes, outras comidas prontas e havia aquelas que se dedicavam aos produtos da terra, como amuletos, tabaco e cânhamo” (Juliana Bonomo, 2014, p. 03). Não raro, essas mulheres se organizavam em associações, que foram “importantes espaços sociais, econômicos e afetivos, proporcionando às mulheres os meios de enfrentarem de forma autônoma os desafios e constrangimentos das suas vidas” (Maria Manuela Borges, 2005, p. 27).

As africanas, consideradas exímias comerciantes (Cecília Soares, 1996), do lado de cá do Atlântico, se fizeram notar de norte a sul do país, desenvolvendo um importante papel no abastecimento e comercialização de produtos indispensáveis nos centros urbanos (Cecília Soares, 1996; Ida Lewkowicz *et al.*, 2008; Juliana Bonomo, 2014). As “negras de tabuleiro” (Ida Lewkowicz *et al.*, 2008) ou “negras vendeiras” (Juliana Bonomo, 2014) ou “ganhadeiras” (Cecília Soares, 1996) eram algumas das denominações dadas às “mulheres negras, escravas, livres ou forras que armavam seus tabuleiros nas ruas de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, São Luís do Maranhão e Santa Catarina” (Juliana Bonomo, 2014, p. 03).

Seus tabuleiros ofertavam frutos, legumes e doces. Muitas vezes foram perseguidas por diversas razões: uma delas era a concorrência que faziam às viúvas honestas com filhas donzelas. Em 1785, o rei de Portugal, don José I, expediu um alvará que deu exclusividade às mulheres⁵⁵ no comércio das praças e ruas. Os produtos

55 Apesar desse tipo de comércio ser tipicamente feminino, diferente do continente africano, aqui no Brasil, havia a presença também masculina (Flávio Gomes; Carlos Soares, 2002).

vendidos eram: doces, bolos, alféola, frutos, melaço, hortaliças, queijos, leite, marisco, alho, pomada, polvilhos, hóstias, obreias, mexas, agulhas, alfinetes, fatos, velhos e usados (Ida Lewkowicz *et al.*, 2008, p. 78-79).

Apesar da presença de mulheres negras no comércio, na época colonial em nosso país, o trabalho negro feminino, além dos serviços domésticos prestados na casa grande, aconteceu preferencialmente nas roças e plantações, nas quais as mulheres executavam “serviços tão pesados quanto os dos homens” (Ida Lewkowicz *et al.*, 2008, p. 77).

Nos engenhos do Nordeste aravam, plantavam e limpavam os canaviais com aquele. Contudo, havia uma divisão sexual do trabalho: na colheita os homens cortavam a cana-de-açúcar e as mulheres amarravam os feixes, encarregavam-se de tarefas nas moendas, na casa de purgar e no balcão de mascavar e pesar. Limpavam a cana, arrumavam-na perto das moedeiras e colocavam as canas entre os rolos da moenda; esta última tida como a tarefa mais perigosa do engenho, pois exigia muita atenção e os movimentos repetitivos e as extensas horas de trabalho provocavam sono que acabava por ocasionar acidentes: as escravas, por vezes tinham as mãos tragadas pelos rolos. Talvez por valerem menos, eram alocadas em tarefas mais arriscadas (Ida Lewkowicz *et al.*, 2008, p. 77).

Mesmo diante de diversas violências, muitas dessas mulheres, seja por meio dos seus tabuleiros, trabalhos na casa grande e nas plantações, para além de fornecer mantimentos para as vilas e centros urbanos, leite materno para as(os) filhas(os) dos senhores e lucro com o trabalho habilidoso no plantio e na colheita, muitas vezes, transgrediam a ordem posta. Os tabuleiros, por exemplo, eram espaços perigosos no ponto de vista das autoridades, pois, por meio deles, elas teriam fornecido produtos também para negras(os) aquilombadas(os), conspirado, difundido e organizado ideias e informações de rebeliões e ataques ao sistema escravagista da época (Cecília Soares, 1996; Ida Lewkowicz *et al.*, 2008; Juliana Bonomo, 2014).

O trabalho que, em terras brasileiras, as mulheres negras desenvolviam, a muito custo, também garantiu a liberdade para si e para as(os) suas(seus) filhas(os). Após conseguirem quitar seus “débitos” com os senhores, as mulheres, sobretudo por meio do comércio de seus produtos, conseguiram acumular riquezas e garantir suas cartas de alforria e da sua família (Maria Manuela Borges, 2005; Ida Lewkowicz *et al.*, 2008).

O que elas produziam trazia à tona as raízes do nosso Iroco e a memória de África. O comércio, “uma atividade típica de seu local de origem, de sua cultura, que elas adaptaram aos produtos da terra” (Juliana Bonomo, 2014, p. 07), era também um espaço onde movimentavam seus saberes.

De um continente ao outro, as mulheres negras movimentaram e deslocaram um mundo. Vinham e voltavam pelos seus sentimentos e saberes, transformavam memórias em rimas e maneiras de ser. Certamente pode-se supor que das lembranças que trouxeram da vida da África, estas atividades eram uma das saudades que mais gostavam de ter (Schuma Schumacher; Érico Brazil, *in* Juliana Bonomo, 2014, p. 07).

No pós-abolição, a mulher negra continuou movimentando seus saberes para garantir a existência da sua, recém-legalizada, família. Lélia Gonzalez (2021, p. 121) sinaliza que “no período que imediatamente se sucedeu à abolição, nos primeiros tempos de cidadãos iguais perante a lei, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade”. As mulheres negras acumularam diversas funções a fim de garantir a sobrevivência do que, em África, chamamos de unidade fogão⁵⁶.

bell hooks (2023, p. 54) nos lembra que “não era o que você fazia, mas como você fazia que importava”. Os tabuleiros, quitandas, a lida com a terra eram espaços de movimentação de conhecimento, que, para além de saberes técnicos, circulavam, de geração a geração, uma forma de se viver o mundo, muito mais ligada a terra, à ancestralidade e ao coletivo. A comida e a maneira de fazê-la, respeitando tudo que a terra pode nos dá, estabelecia um *sentirfazerpensar* uma ontologia que integra toda nossa árvore com nossas raízes para além-mar.

Figura 23: Bolos de Linda. Na primeira foto, tia Sofia e seu bolo de aniversário⁵⁷



Fonte: Acervo de tio Ildefonso.

⁵⁶ Nas sociedades patriarcais e poligâmicas, unidade fogão significa a unidade familiar de mãe e filhas(os).

⁵⁷ Tia Sofia conta que ela tinha aulas de piano, por isso o bolo em formato do instrumento. Ela chamou atenção para que, “na época, não se usava bonecas pretas”. Tia Janete chamou atenção para que a parte superior do piano, bem como as asas das borboletas, eram feitas artesanalmente com açúcar.

Minha mãe lembra da senhora, já com uma idade avançada, sentada em um tamborete de madeira, na cozinha de sua casa, onde a senhora descascava e ralava coco seco para extrair dele o leite, que era utilizado no preparo dos bolos que sua filha Linda fazia por encomenda. Minha mãe diz que, do coco, a senhora não desperdiçava nada, e com o bagaço fazia a cocada, que era distribuída entre suas(seus) netas(os). Segundo minha mãe, tio Tanzinho adorava essas cocadas.

“*Minha tia Linda era que vendia doce, a mãe de Carlinhos e Edinho. Essa daí fazia bolo e era considerado um bolo muito bom*”, conta tio Isinho em relação aos bolos e doces para os quais a senhora ralava o coco. Linda havia se casado, porém se separou quando seus filhos ainda eram crianças. O marido dela, senhor Emiliano, foi “tentar a vida” em São Paulo. Mãe solo, tia Linda fez do seu trabalho, que eram verdadeiras obras de arte, um ato de resistência e a maneira para garantir seu sustento e a criação de seus filhos.

Apesar da historiografia da EPT apontar que as mulheres eram educadas para serem donas de casa e esposas (Fernanda Fernandes, 2019; Keity Carneiro, 2023; Aleksandra Fernandes *et al.*, 2024), cabe ressaltar que o casamento nunca foi um caminho prioritário para as mulheres negras (Ida Lewkowicz *et al.*, 2008) no Brasil.

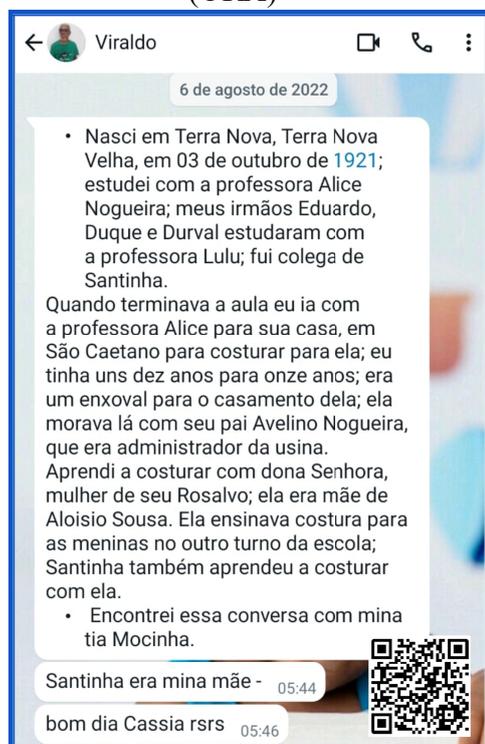
A dificuldade em casar levou a um alto índice de mulheres que comandavam os destinos do lar. Em São Paulo, assim como em Minas Gerais, no século XIX, cerca de dois terços dos domicílios eram chefiados por mulheres sozinhas com seus filhos. Muitas estavam sós porque seus maridos migravam para conseguir trabalho em outras localidades, mas a maioria, por certo, não havia encontrado um parceiro que assumisse um casamento legalizado seguindo as leis da Igreja. Quando se tornavam viúvas, havia sérias consequências econômicas e sociais. Entretanto, como muitas mulheres solteiras e casadas eram chefes de sua casa, não era de estranhar o fato de elas assumirem as rédeas do lar e dos negócios, embora a legislação não lhes desse muita liberdade (Ida Lewkowicz *et al.*, 2008, p. 90).

Desse modo, diante das dificuldades de ascensão social, a falta de oportunidade e o ranço colonial presentes na sociedade, que marginalizam o povo negro, o afroempreendedorismo se tornou uma das poucas chances de sobreviver e propiciar melhoria de vida (Larissa Baia; Ramon Costa, 2022).

Apesar da relevância do trabalho autônomo para a população negra, Larissa Baia e Ramon Costa (2022) alertam para a necessidade de não romantizarmos o empreendedorismo. Cabe ressaltar que a população negra, em especial as mulheres negras, tiveram que usar suas habilidades “no”, “do” e “para” o trabalho, nas prestações de serviço e nas vendas, como solução para o cenário de desamparo em que se encontravam (Larissa Baia; Ramon Costa,

2022).

Figura 24: Print da mensagem de tio Viraldo (ORA)⁵⁸



Fonte: Acervo pessoal.

Mesmo diante de tantas violências, as mulheres negras movimentavam, e ainda movimentam, seus saberes para seu sustento, mas também para emancipação de si e de outras mulheres. O trabalho, mesmo que no campo da informalidade, segue no sentido da promoção da dignidade humana e mobilização de saberes ancestrais.

Katie Cannon, em bell hooks (2023, p. 54), afirma que

sempre se presumiu que nós trabalharíamos. O trabalho era um dado da vida, quase como respirar e dormir. Sempre me surpreendo quando ouço as pessoas falando de alguém que as sustenta, pois nós sempre soubemos que iríamos trabalhar.

Tia Silvia, até o momento, é o único galho florido em nossa árvore que utiliza sua arte como fonte principal de renda. Ela conta que, por meio do seu artesanato, costura e culinária, conseguiu ter autonomia financeira, e, conseqüentemente, maior liberdade de escolhas. Uma vez que a dependência de um marido ou o cônjuge como seu principal provedor, apesar de possível para ela, não era um caminho viável. Tia Silvia, mesmo casada e gozando de boa condição financeira, assim como a senhora na época em que escreveu a carta, 1926, sempre trabalhou e, por meio do seu trabalho-arte, pavimentou sonhos e realizações.

Talvez por isso, bisa, eu tenha encontrado com ela os retalhos de tecido que a senhora citou na carta. A senhora, como tia Silvia, também costurava. E como minha tia, compartilhou seus saberes com outras mulheres, munindo-as de um ofício, potencializando a caminhada delas. Como já dizia bell hooks (2022), ao se referenciar à confecção de colchas de retalhos por suas mais velhas, as mulheres pretas, que precisam se virar, tirar leite de pedra, ponto a ponto, retalho a retalho, teciam e “encontraram o prazer pelo prazer, pelo

⁵⁸ Oralitura: Afra e o ensino de corte e costura em Terra Nova por Viraldo Ribeiro.

êxtase, um lugar onde podem transcender” (2022, p. 194).

A maioria de nós, porém, diante dos desafios e da escolarização, buscou os empregos formais para ganhar dinheiro e suprir nossas necessidades (bell hooks, 2023). “Essa atitude atrelada à realidade de um mercado de trabalho que permanece profundamente moldado pelo racismo e pelo sexismo resulta no fato de que, enquanto mulheres negras, nós geralmente acabamos desempenhando trabalhos de que não gostamos” (bell hooks, 2023, p. 56). Como dizia minha avó Belanice, “*seu primeiro marido é seu emprego*”, e esse casamento, mesmo que complicado, precisava ser mais rentável do que o matrimônio entre duas pessoas.

Figura 25: Feira de artesanato de tia Silvia em 2016. Na foto, tia Silvia em pé, Tânia sentada na frente dela, ao lado uma mulher desconhecida e Norma, segurando um copo



Fonte: Acervo da família.

Ainda que não seja a realidade da maioria de nossos galhos floridos, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2023) afirma que, em 2021, 47% das mulheres que empreendiam no Brasil eram negras. O afroempreendedorismo e a arte manual ainda são vias para superação da dura realidade social em que as mulheres negras estão inseridas. Por meio da sororidade, aquilombamento, resiliência e o aprendizado contínuo (Hillary Feitosa; Keysa Mascena, 2024), essas mulheres continuam tecendo outros futuros para si e para as(os) suas(seus).

Por isso, o empreendedorismo entre as mulheres negras nasce da necessidade de sobrevivência, liberdade e ascensão social. Entretanto, apesar de essas mulheres manterem seus negócios na lógica capitalista, o que elas fazem parece ultrapassar a

esfera econômica, atingindo o social, por ser o seu empreendedorismo mais que uma simples atividade econômica, ao agregar valores de suas ancestralidades africana e afro-brasileira, mesmo sem perceber, já que estas estão intrínsecas em sua história (Larissa Baia; Ramon Costa, 2022, p. 87).

Minha mãe conta que a senhora separava sequilhos em formato de chinelo, um para cada neta(o), e ia andando, levá-los sempre que Linda fazia. Tia Silvia, que me ensinou a prepará-los, também separa para as(os) netas(os) dela. Os sequilhos dela têm formato de cobrinha, e imagino que são tão saborosos quanto os de Linda. Esses saberes ancestrais e orgânicos nos movem e costuram novas possibilidades de (re)existirmos. Os sequilhos de tia Silvia ficaram mais doces depois que eles se tornaram caminho para, em cada mordida, sentir também um pouquinho de você.

Um beijo saudoso de todas(os) de cá.

Em um quadro-negro, 15 de outubro⁵⁹

Querida Afra,

“Vou aprender a ler pra ensinar meus camaradas.”

Roberto Mendes e Capinan (2003)

Quando recebi sua carta, tomada pela emoção, falei dela para várias pessoas. Muitas delas duvidaram de que aquela letra fosse sua, porque acreditavam que, em 1926, no interior da Bahia, uma mulher negra provavelmente não saberia ler e escrever. Disseram que talvez a senhora tivesse ditado o texto e outra pessoa escrito. No primeiro momento, essa possibilidade me balançou, afinal, desde muito cedo, somos apresentadas(os) à narrativa de que somos um povo à margem da sociedade, sem acesso à educação e fadado à ignorância.

Mas, com um olhar mais atento e navegando por outras palavras escrituradas, chegamos a uma carta escrita há, pelo menos, um século antes da sua, por uma mulher negra chamada Esperança Garcia. A carta, datada de 06 de setembro de 1770, grafada por uma jovem negra escravizada, trazia denúncias sobre as condições de vida dela e de sua família. Mesmo sem formação jurídica, mas dotada da escrita, “numa época em que as estratégias de resistência se traduziam em fugas, suicídios e assassinatos, Esperança desafiou o sistema vigente reivindicando aquilo que lhe era de direito segundo as leis do seu tempo” (Vitória Pilar, 2023).

Figura 26: Dossiê e carta de Esperança Garcia



Fonte: Vitória Pilar (2023). Fotografia da carta de Paulo Gutemberg.

⁵⁹ Dia 15 de outubro comemora-se o Dia do Professor no Brasil. No dia 15 de outubro de 1827 (dia consagrado à educadora Santa Teresa de Ávila), Pedro I, Imperador do Brasil, baixou um Decreto Imperial que criou o Ensino Elementar no Brasil (Educação SP, 2011).

Assim como a Carta de Esperança Garcia, o Tratado do Engenho de Santana, por meio das palavras escrituradas por mãos pretas, aponta outras direções para a trajetória da população negra escravizada no Brasil. O documento, atribuído às mulheres e aos homens escravizados(os) do engenho de açúcar em Ilhéus, apresenta reivindicações por melhores condições de trabalho, mas também indica que, para além de dominar a escrita ou a leitura em língua portuguesa, as pessoas escravizadas tentavam dominar os símbolos das culturas e partes dos mundos em que estavam “inseridas” (Iamara Viana *et al.*, 2019) desde o século XVIII.

Vários outros documentos surgiram, demonstrando a existência de uma população negra que acessou, para além de outros letramentos, a compreensão e a escrita da língua portuguesa, a fim de garantir para si e para as(os) suas(seus) o acesso a direitos e emancipação.

Naquele contexto, dominar os códigos de leitura e escrita para além dos mundos do trabalho, era muito mais que uma moeda de troca. Tentava-se num sentido dialógico avaliar, interceder, negociar e refletir sobre as dimensões de liberdade formal, das expectativas de cidadania e do controle sobre seus corpos, famílias e futuros (Iamara Viana *et al.*, 2019, p. 169).

Perigosa para o sistema escravocrata, a população negra foi apartada do sistema educacional⁶⁰, mediante dispositivos legais que teriam impedido a matrícula e a frequência do povo preto à escola (Surya Barros, 2016), incluindo as escolas Normais, inauguradas no Brasil em 1835, cujo objetivo era formar professores (Letícia Silva, 2022). Vale ressaltar que, naquele tempo, “via-se a formação do professor como um meio importante para promover os objetivos das classes dominantes, que pretendiam controlar, ordenar e disciplinar o povo, criando no país uma nação civilizada e desenvolvida, nos moldes dos países europeus da época” (Douglas Prado, 2020, p. 09).

Mesmo diante desse contexto, diversas iniciativas e pessoas agiram em prol de munir nosso povo da escrita e da leitura em português. As irmandades, associações, coletivos e pessoas como os professores Pretextato dos Passos e Silva, Cosme Bento das Chagas e Manoel Querino, por exemplo, que se forjaram em espaços legalmente negados a eles, criaram escolas e/ou atuaram fortemente a fim de garantir a escolaridade da população negra

⁶⁰ A exclusão da população negra da escola não deve ser percebida como causa natural da ignorância, uma vez que a ignorância, aqui, está relacionada apenas e tão somente ao domínio ou não da língua do colonizador. Ainda assim, vários mecanismos foram utilizados para munir a população preta da compreensão da língua Portuguesa, pois se entendia que o domínio da língua seria uma importante ferramenta para resguardar e conquistar direitos. Vale lembrar, também, que a população negra, que atravessou o Atlântico, possuía seus letramentos e modos próprios de existir no mundo (Surya Barros, 2016).

não apenas “no”, “do” e “para” o trabalho, mas para o exercício pleno da liberdade, inclusive cultural (Projeto Querino, 2022).

Inicialmente criada para a formação de homens brancos como professores, a docência nas primeiras letras, no final do século XIX, já era uma profissão majoritariamente feminina (Leticia Silva, 2022; Tiane Anjos, 2016; Ida Lewkowicz *et al.*, 2008). Ainda nos anos oitocentos, houve o registro do acesso de mulheres negras a essa formação, entre elas, Maria Firmina dos Reis (Dilercy Adler, 2018).

Considerada a primeira romancista negra, Maria Firmina dos Reis, para além de suas obras, se destacou pelo seu compromisso com a educação (Dilercy Adler, 2018). Maria Firmina foi professora de primeiras letras e criou em sua casa, no Maranhão, uma escola mista para alfabetizar as crianças de sua comunidade, inovando na oferta de um currículo único para meninas e meninos (Dilercy Adler, 2018) no final século XIX. Ela também teria inaugurando o conceito de transporte escolar ao contratar carros de boi para garantir o traslado das crianças à escola (Projeto Querino, 2022).

Na contramão do sistema hegemônico da época, Maria Firmina dos Reis, assim como o Professor Pretextato, possibilitou a muitas(os) das(os) nossas(os) um “uso político das letras, cuja intencionalidade seria potencialmente transformadora de uma dada situação ou uma dada realidade, por parte de escravizados, ex-escravizados e seus descendentes” (Adriana Silva, 2002, p. 160). As Marias de nossa mangueira também abriram as portas de suas casas e/ou atuaram no ensino das primeiras letras para a formação de uma classe trabalhadora negra capaz de acessar outros espaços do mundo do trabalho. Mas também se muniram do curso normal, a fim de promoverem a própria emancipação.

Na nossa árvore, a geração de mulheres, nascida entre 1910 e 1920, percebeu, na formação para docência primária, uma oportunidade de progressão social e financeira. Minha avó Belanice, suas irmãs, Lurdes e Argentina, que nasceram em uma família mais abonada, e Morena, sua filha e minha tia-avó, adotaram o magistério primário como principal caminho para conquistarem suas independências financeiras.

Segundo Tiane Anjos (2016), “a inserção das mulheres do passado na carreira do magistério garantiu-lhes autonomia quanto à possibilidade de gerar seu próprio sustento e permitiu que conquistassem, mesmo ainda de forma restrita, um espaço no lugar público” (2016, p. 09-10)⁶¹. Contudo, a formação feminina para o magistério ocorria sem detrimento

61 A literatura relacionada às Escolas Normais faz, obrigatoriamente, o recorte de gênero, mas não de raça. Cabe ressaltar que muitas mulheres negras, que optaram pelo magistério, já geravam o próprio sustento, sendo essa uma diferença crucial entre a trajetória feminina negra da trajetória feminina branca. As mulheres não

da formação de senhoras e donas de casa. Sendo a docência primária relacionada à infância e ao cuidado de crianças, uma atividade lida, pela sociedade da época, como tipicamente feminina (Douglas Prado, 2020).

Órfã de mãe muito cedo, com apenas dois anos de idade, minha avó era casa cheia⁶². Enérgica, vó Belanice apostou nos estudos e na carreira profissional como trilha para torna-se independente dos cuidados do pai e de sua madrasta, dona Ina.

Formada no Educandário do Sagrado Coração de Jesus (Educandário dos Perdões), ela e sua irmã Argentina⁶³ constituíram uma elite feminina baiana, que “progressivamente rompeu com as antigas normas e fronteiras da casa e começaram a ocupar mais os espaços públicos, recriando novos limites entre a rua e o lar” (Simone Ramalho, 2014, p. 130).

A primeira experiência profissional como professora de primeiras letras de minha avó foi em uma escola em Portão, bairro da Freguesia de Santo Amaro de Ipitanga, hoje, município de Lauro de Freitas. Ela possuía roupa de montaria e ia de jegue da casa dela, localizada na rua da Mangueira (Mouraria), em Salvador, até Portão. Lá, ela residia em uma casa alugada pelo pai dela, biso Antônio Teófilo de Castro, durante a semana, retornando apenas aos finais de semana para casa.

Nessa época, o governo tinha interesse em aumentar o número de pessoas alfabetizadas no interior do estado (Tiane Anjos, 2016). Contudo, a falta de estrutura, distância, dificuldade de comunicação e transporte, bem como a falta de serviços básicos em algumas localidades, dificultava a ida das professoras para essas cidades. Assim, aquelas que encararam o desafio deram uma importante contribuição “à alfabetização do interior baiano, que contando com professoras formadas pode oferecer aos baianos uma educação de melhor qualidade” (Letícia Silva, 2022, p. 08).

Dona Belanice, ou simplesmente Nice, casou-se em 1939 e se mudou para a casa da UTN. Na época, com 19 anos, ela atuou em uma escola do governo em Terra Nova, sendo a

lutavam pela inserção no mundo do trabalho, pois já estavam inseridas nele. Porém, lutavam por melhores condições de vida para si e para as(os) suas(seus).

62 Expressão popular que significa pessoa alegre e que gosta de receber amigos.

63 A terceira irmã de minha avó, Lurdes, faleceu meses antes de se formar. A pedido das colegas, foi velada e sepultada com a farda da escola.

Figura 27: Belanice em 3x4



Fonte: Acervo da família.

primeira professora negra⁶⁴ na cidade. Tia Rosita lembra que ela foi bem recebida e sua chegada comemorada, afinal, ela, além de esposa de um funcionário do alto escalão da usina, era professora, vinda da Bahia⁶⁵.

Figura 28: Egressas do Educandário dos Perdões em um carnaval na década de 30. Da esquerda para direita, de pé, Argentina (Tina), Aurelina Pequena (madrinha de Isinho), Maria Pacheco, Maria José Brito (madrinha de Tanzinho) e Belanice, sentadas Maria José Pequena e Eurídice.



Fonte: Acervo da família.

Em Terra Nova, a escola regular teve início nos anos iniciais da década de 1900, após a instalação da Usina e da Ferrovia Santo Amaro a Bom Jardim Ramal de Catuiçara (Vivaldo Ribeiro, 2005). A primeira escola teria sido a da professora Maria de Paiva Luna, mais conhecida como professora Lulu (leiga). A segunda escola foi a da professora Maria da Conceição Costa, que funcionava em uma casa da usina, localizada ao lado da usina de açúcar, onde tia Marita, tio Isinho, minha mãe, tio Bira e tio Vivaldo estudaram.

Estivemos na casa em que funcionou a escola da usina, que, na época de suas(seus) netas(os), estava sob a regência da professora Alice Nogueira. Naquela casinha que ficava

64 Antonieta Souza (Morena), uma das filhas de Afra, era professora também, porém não há registro da atuação dela em Terra Nova.

65 Na época de minha avó, as pessoas referiam-se à capital baiana, Salvador, como Bahia.

abaixo da linha do trem, repleta de memórias, boa parte das(os) filhas(os) dos empregados da usina e da ferrovia foi alfabetizada(o). As(os) estudantes maiores, como tia Marita, tio Isinho e tio Viraldo, estudavam pela manhã. Já as(os) menores frequentavam a escola à tarde.

Em Terra Nova, o ensino era restrito ao quinto ano primário, sendo necessário se submeterem ao Teste de Admissão ao ginásial em Salvador ou em Santo Amaro, caso desejassem dar continuidade aos estudos (Viraldo Ribeiro, 2005). Mesmo que a família não tivesse deixado o distrito em 1953, suas(seus) netas(os) viriam para Salvador continuar os estudos.

O exercício profissional de minha avó foi decisivo quando meu avô Aloysio deixou a UTN e vieram para Salvador. Enquanto ele buscava uma nova ocupação, minha avó passou a atuar como professora e a arcar com a maioria dos gastos da família. O exercício do magistério possibilitou às mulheres “ajudarem a seus maridos no sustento da família quando casadas” (Letícia Silva, 2022, p. 08) e, no nosso caso, durante algum tempo, foi a principal fonte de renda da família.

Figura 29: Filhas de Belanice e Aloysio. Da esquerda para direita: Heloísa Helena, Ieda (em pé), Marita e Cici sentadas em uma das cadeiras de ferro e mangueira de PVC



Fonte: Acervo pessoal.

As quatro filhas da professora Belanice seguiram o mesmo caminho e cursaram o magistério. Tia Marita teve os estudos financiados pelo irmão de minha avó, o então vereador Hebert de Castro. Ela estudou na escola particular Nossa Senhora do Carmo. Tia Bebinha (Belanice de Castro⁶⁶) e Tia Creuza, filhas de Hebert e primas mais velhas de suas netas, também se formaram no magistério na mesma instituição, anos antes. Minha mãe e tia Heloisa fizeram o magistério no ICEIA. Já tia Cici cursou o magistério na escola particular Nossa Senhora de Lurdes.

Quando pergunto à minha mãe por que ela se tornou professora primária, ela sempre diz que, para além de um desejo, o magistério dava a oportunidade de ingressar formalmente no mundo do trabalho com estabilidade por meio do concurso público. Assim, todas fizeram concurso e atuaram tanto na rede municipal como na rede estadual de ensino.

Como minha avó, minha mãe começou a atuar no interior, na escola primária Rui Bacelar, em Camaçari. Ela pensou em desistir. Era muito difícil para ela conciliar a vida profissional e o acúmulo das atividades domésticas ainda na casa de seus pais. Além disso, havia condições precárias para o exercício do magistério. Minha avó, no entanto, não a deixou desistir. Antes da conclusão do ano, ela conseguiu sua transferência para Salvador.

Figura 30: Registro do álbum de formatura de Ieda no ICEIA em 1965



Fonte: Acervo da família.

⁶⁶ Na família há três Belanices: Belanice de Castro Sousa (minha avó), Belanice de Castro (prima de minha mãe e minha madrinha, também conhecida como Bebinha ou Beba) e Belanice de Castro Sousa (minha tia, filha caçula de minha avó, também conhecida como Cici).

A geração da minha mãe e das primas dela, tia Bebinha e tia Creuza, se difere da anterior pois a maioria delas buscou, após o curso normal, a licenciatura, dando continuidade aos estudos, mas sem detrimento do exercício profissional. Minha mãe, influenciada pela experiência do laboratório da UTN, cursou História Natural, assim como tia Bebinha. Tia Marita cursou Geografia, como tia Creuza. Apenas tia Heloisa preferiu fazer um curso técnico e tia Cici optou por não dar continuidade aos estudos.

Cleonice Nascimento (2012) afirma que uma das motivações para mulheres negras optarem ainda hoje pela docência é a herança familiar. Segunda ela, as mulheres desejam seguir os passos de suas mais velhas (Cleonice Nascimento, 2012). Contudo, a partir da minha geração, ninguém mais cursou o magistério. Ana Andrezza (Deu) cursou Letras vernáculas com Inglês e Mille fez Pedagogia. Porém, apenas Mille atua na área dela de formação. Na geração seguinte, suas(seus) tataranetas(os), até o momento, ninguém seguiu a docência como opção profissional.

A falta de condições financeiras para seguir as carreiras que realmente desejam é outro fator que, de acordo com Cleonice Nascimento (2012), ainda tem levado muitas mulheres negras à docência primária como via de emancipação. Apesar disso, o magistério primário já não confere à professora o mesmo prestígio que existia no período em que minha avó começou a lecionar. Segundo Douglas Prado (2020):

O trabalho de professor primário público, exercido por homens e mulheres sofreu um processo de desqualificação e desvalorização salarial pela lógica do capitalismo, segundo a qual as profissões que são ligadas diretamente às classes sociais mais baixas, como é o caso do magistério primário público, perdem seu poder aquisitivo, seu prestígio e seu poder político (p. 71).

Paralelo ao cenário descrito por Douglas Prado (2020), há o racismo e o sexismo, que tornam o espaço da docência negra também um espaço para superar a discriminação. Mesmo sendo a docência primária lugar de desprestígio na lógica capitalista, “essas profissionais necessitam provar o tempo todo que são merecedoras de ocupar aquela posição, dificilmente ascendendo a cargos de chefia e, quando isso acontece, são constantemente discriminadas e desacreditadas” (Tais Alves *et al.*, 2023, p. 825).

Atualmente, de acordo com o censo escolar (Inep, 2024) dos 685 mil docentes que atuam na educação infantil, 96,2% são do sexo feminino e 11% do total das(os) docentes têm curso de Ensino Médio normal/magistério. Para Carla Pinheiro (2023), ao analisar o Censo escolar de 2020 no Nordeste, ficou evidente que o Ensino Primário está relacionado a uma

docência negra. De acordo com Carla Pinheiro (2023), 46,3% das(os) professoras(es) se declararam negra(o). Mas, se considerarmos que 34,4% constam como cor/raça não declarada, conseguimos inferir que este número pode ser ainda mais expressivo.

Mesmo não estando evidente, para nós, qual o lugar dos cursos normais na historiografia da EPT no Brasil, a formação de professoras(es) primárias(os) de 2º grau ou no Ensino Médio foi, para nossa família e para muitas mulheres negras, uma importante via para a melhoria de vida e emancipação para si e para as(os) suas(seus). Contudo, as práticas docentes dessas professoras, em sala de aula, para além do ensino das primeiras letras, potencializaram a negritude de muitas crianças pretas e de suas famílias.

Abraços saudosos, suas camélias

Por outros caminhos, 20 de dezembro⁶⁷

Querida bisa,

“Eu desejo que meninas negras e indígenas possam sonhar com outros futuros e não só aqueles que estão socialmente dados para nós.”
Silvana Bahia, 2020

Venho trazer boas notícias do lado de cá. Luísa, sua tataraneta, concluiu o Ensino Médio integrado ao curso técnico de biotecnologia. A festa de formatura dela aconteceu hoje. Ela estava belíssima e se divertiu muito. Vick, pai dela, era puro orgulho da filhota. Não fez falsa modéstia pela conclusão de mais uma etapa da vida dela. Rimos com a certeza de que, se nosso avô Aloysio estivesse por aqui, teria engordado uma leitoa para assar hoje, como ele fez nas formaturas de nossas tias e tios.

Lu, até o momento, é o último ramo de nossa árvore a fazer um curso técnico. Ela faz parte da estatística que tornou o curso técnico um curso majoritariamente feminino. Nos dias de hoje, as mulheres correspondem a 57,9% das matrículas na EPT, de acordo com o censo escolar, o que equivalem a 1,3 milhão de matrículas (Inep, 2024).

Mas nem sempre trilhar outros caminhos, distantes da formação para o lar ou para o magistério, foi viável para nós, mulheres. Muitas barreiras foram e são superadas para nos fazermos presentes em cursos técnicos e, até mesmo, no ensino superior, nos quais, atualmente, também somos maioria (Inep, 2024).

Figura 31: Luísa na cerimônia de conclusão de curso



Fonte: Acervo da família

Desde a época do ensino ministrado pelos padres jesuítas, o acesso das mulheres ao sistema educacional institucionalizado era restrito. Nas vilas e cidades, o ensino, no período colonial, “era voltado para o público masculino, visando à formação de uma elite colonial culta e religiosa. Tanto as mulheres brancas, ricas ou não, como as negras escravas e as indígenas não tinham acesso à leitura e à escrita” (Fernanda Fernandes, 2019).

⁶⁷ Data da solenidade de conclusão de curso de Luísa.

No século XVIII, a partir da reforma educacional pombalina, o acesso das mulheres à instrução ganhou novos contornos (Fernanda Fernandes, 2019). As alterações propostas nessa época possibilitavam que mulheres frequentassem as salas de aulas, que eram separadas por sexo.

No início do século XIX, a Constituição de 1824 propunha o ensino primário gratuito extensivo a “todos” os cidadãos, embora sem considerar como tal as populações negra e indígena (Fernanda Fernandes, 2019). Anos depois, a Lei de 15 de outubro de 1827 instituiu a criação de escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas (Brasil, 1827). Tais escolas possuíam um currículo diferenciado, conforme o artigo 12 da referida lei:

As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7º (Brasil, 1827).

Cabe ressaltar, contudo, que essa instituição possibilitava o acesso de meninas ao ensino, mas isso não significa que esse acesso contemplava meninas e mulheres negras. Surya Barros (2016) sinaliza que “os legisladores determinavam quem podia (ou não) se matricular e/ou frequentar a escola pública, a partir de critérios de gênero, idade, condição de saúde (ser portador de ou sofrer de moléstia contagiosa) e condição jurídica ou racial (livre, liberto, escravo, ingênuo, preto, filho de africano livre)”, sendo ainda no século XIX estabelecidas muitas interdições ao acesso à educação pela população negra⁶⁸.

Quando consideramos o acesso a instituições voltadas para formação profissional, na década de 1870, as mulheres frequentavam essas instituições, “mas ainda vinculada[s] a ofícios que reforçavam estereótipos femininos e sua restrição a espaços privados” (Keity Carneiro, 2023). A restrição do acesso das mulheres às escolas não reflete a atuação delas no campo profissional, uma vez que as mulheres negras e indígenas já dominavam as técnicas de cultivo, de enriquecimento do solo, do manejo da terra, bem como diversas técnicas na manipulação de ervas para remédios, o uso do maquinário dos engenhos de açúcar e, no início da “revolução” industrial no Brasil, os processos fabris, especialmente na produção de tecidos.

Ida Lewkowicz *et al.* (2008, p. 94) afirmam que “nos primeiros anos da

⁶⁸ Apesar das leis, Surya Barros (2016) aponta outros registros que demonstram o ingresso dessa população no sistema educacional.

industrialização recorria-se, em alguns setores, primordialmente à mão de obra feminina, como na indústria têxtil em que chegou a mais de dois terços da força de trabalho no início do século XX”. Ainda segundo Ida Lewkowicz *et al.* (2008), entre 1910 e 1920, foram criadas em São Paulo escolas profissionais destinadas exclusivamente para meninas e mulheres.

Em nossa árvore, Linda e Morena já figuravam na UTN no início do século XX. Apesar da atuação feminina, em espaços como a usina e as recém-instaladas indústrias, o acesso à formação institucionalizada ainda era restrito. Ida Lewkowicz *et al.* (2008) sinalizam que até mesmo as escolas criadas para essa formação feminina não conseguiram atender à crescente demanda de formativa para esse público.

Marcelo Lima *et al.* (2021), por sua vez, recorrem ao artigo 5º do Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, para demonstrar que o acesso das mulheres às escolas de ensino industrial ainda apresentava restrições: “o direito de ingressar nos cursos industriais é igual para homens e mulheres. A estas, porém, não se permitirá, nos estabelecimentos de ensino industrial, trabalho que sob o ponto de vista da saúde, não lhes seja adequado” (Brasil *in* Marcelo Lima *et al.*, 2021, p. 05-06).

Figura 32: Formatura de tia Heloísa



Fonte: Acervo pessoal.

Percebemos a inserção da mulher negra em um curso de formação industrial no final da década de 60, com o ingresso de tia Heloísa, avó de Luísa, no curso de Edificações da ETFBA. Apesar de concluir a formação, tia Heloísa não atuou na área, permanecendo como professora.

Na mesma época, tia Janete ingressou no curso técnico em Administração, no Colégio Estadual Teixeira de Freitas. Tia Janete conta que havia pouca oferta de cursos técnicos, sendo o curso normal a única opção para as jovens residentes do bairro do São Caetano. Ela afirma que ter que se deslocar até o centro da cidade para cursar Administração

ampliou os horizontes dela, modificando, até mesmo, a sua percepção em relação à cidade.

Apesar de o curso de Administração não estar diretamente ligado aos cursos industriais, na época dela, a presença masculina também era marcante, como podemos constatar na sua foto de formatura (Figura 34). A principal diferença, no entanto, está na inserção de tia Janete no mercado de trabalho. Para ela, os cursos que qualificavam as mulheres para as rotinas administrativas, contábeis e de recursos humanos, facilitavam e forneciam oportunidades de uma colocação profissional.

Figura 33: Formatura de Tia Janete no curso técnico em Administração na escola Teixeira de Freitas



Fonte: Acervo da família.

A mesma situação, em relação a formação e o mundo do trabalho, não foi percebida por Reijane. Reijane concluiu o curso técnico em Química, na ETFBA, no início dos anos 80, em uma turma majoritariamente feminina, e teve o início da carreira no Polo Petroquímico. Apesar da oferta de mão de obra feminina qualificada, essas não eram frequentemente percebidas na indústria.

Keity Carneiro (2023), ao analisar o número de matrículas distribuídas por gênero, acrescenta que os dados revelam “que as mulheres continuam distantes dos cursos ligados à

indústria e, conseqüentemente, da área profissional”. A pesquisadora sinaliza ainda a predominância masculina nos cursos do Eixo de Controle e Processos, como no curso técnico em Eletrônica, que Joice e Heide cursaram.

Naquele tempo, as meninas entravam muito pouco ainda nos cursos técnicos. Eu lembro que na minha primeira turma só éramos cinco meninas. Quando eu repito o ano, vou para a turma de Joice, a turma de 97, a gente aí já tem um número um pouco maior; mas ali talvez, umas 10 no máximo. Menos de 15 com certeza. Ou seja, em uma turma de 40 alunos, a gente tinha um número bem diminuto ainda de mulheres nos cursos técnicos, quanto mais o curso de eletrônica. Era o curso que ainda expressava bem menos a igualdade de gênero. Era um curso muito masculinizado [...]. Era um ambiente muito hostil, de muito assédio sim, entre colegas homens e professores homens. Então a gente tinha essas relações desiguais, desde o ambiente de sala de aula, se a gente ia acerta fazer os trabalhos ali mais duros do laboratório, dos espaços ali de construção. E depois também no ambiente de estágio, para conseguir estágio, nós éramos as últimas a conseguir vagas de estágio. Então, a gente sofria muito essas desigualdades ainda, e fomos fazendo essas experiências. Talvez a gente não desse os nomes, eu acho que não dávamos esses nomes ainda, que isso era desigualdade de gênero, que era assédio, mas a gente já experimentava muito isso. Sofria (Conversa com Heide Damasceno).

Apesar de o cenário descrito por Heide ainda ser uma realidade para muitas meninas e mulheres, Luísa, que concluiu hoje a formação dela em uma escola técnica, não vivenciou as mesmas violências. Inserida no curso de biotecnologia, no SESI, Lú percebe a trajetória dela na instituição como um campo florido, onde emergiram diversas possibilidades de futuro, que, segundo ela, antes eram imagináveis.

A EPT que, em algum momento, cerceou o acesso das mulheres, hoje é um campo majoritariamente feminino. Contudo, a divisão sexual do trabalho não é uma questão superada e as mulheres ainda são alocadas em funções historicamente dirigidas às mulheres.

Com todo amor, suas técnicas

Cartas "na", "da" e "para" a Colina

Colina Sagrada, segunda quinta-feira de janeiro⁶⁹

Querida Afra,

“Valei-me, meu Senhor do Bonfim!”

Rosalvo Isauro Souza

Hoje acordei com essa frase gritando no meu ouvido. Hoje também, mais uma vez, um imenso tapete branco se formou no trajeto de oito quilômetros que separam a Igreja da Conceição da Praia da Basílica do Senhor do Bonfim, aqui nas terras de São Salvador. Só que, dessa vez, para mim, o cortejo que acompanhava a imagem do padroeiro e a lavagem das escadarias da basílica tiveram um significado diferente.

Figura 34: Biso Rosalvo caindo da torre da Igreja do Bonfim (ORA)⁷⁰



Fonte: Imagem elaborada com Inteligência Artificial (IA) por Pedro Fernandes

Apenas em 2021, eu, meu irmão e nossas(os) primas(os) conhecemos o senhor Rosalvo Isauro de Souza, seu marido e nosso bisavô. Até aquele momento, os únicos Rosalvos que conhecíamos eram senhor Rosalvo Santana e o neto dele, meu marido, Rosalvo

⁶⁹ Na segunda quinta-feira de janeiro é comemorada a Lavagem da Igreja do Nosso Senhor do Bonfim em Salvador.

⁷⁰ Conteúdo RA: Oralituras da história de Rosalvo e a Igreja do Bonfim por Ieda, Isinho e Tanzinho.

Santana Neto.

Para além da surpresa com a coincidência dos nomes dos nossos companheiros, o reencontro com biso Rosalvo nos trouxe inquietações. Por que não sabíamos sequer o nome e nada sobre a história dele? A resposta era óbvia. Desde muito cedo, somos apresentadas(os) a uma ideia de que não há nada de bom em se olhar para as raízes de pessoas negras. Afinal, tudo que encontraríamos, se encontrássemos algo, seria apenas histórias de dor, sofrimento, pobreza e violência.

Porém, Beatriz Nascimento (2021) provoca-nos, ao questionar: “como seríamos nós, o indivíduo, o homem negro, se não tivesse havido no século XV a Revolução Comercial do Ocidente?” (p. 39). Ela nos convida a refletir como seríamos sem o processo de colonização que provocou uma cisão entre nós e nossa árvore (natureza), e tentou relegar nossos modos de *sentirfazerpensar* nosso existir no mundo ao esquecimento, valendo-se de uma história contada, prioritariamente, do ponto de vista do colonizador.

Desde então, “a eliminação do patrimônio material e imaterial que simbolizam as resistências e as formas de viver anteriores à invasão colonial” (Amanda Marcatti, 2021, p. 03) tem sido utilizada para imputar e promover a manutenção deste domínio. O objetivo de arrancar nossas raízes “do seu lugar de moradia, de sua língua, suas crenças, seus laços familiares e seus ancestrais, sua comunidade e seus costumes, uma espécie de desenraizamento, ou excomunhão da família e da sociedade originais” (Laurentino Gomes, 2019, p. 68 - 69), seria a completa destruição de nossas ontologias. Afinal, como já preconizado pelo jamaicano Marcus Garvey, “um povo sem o conhecimento da sua história, origem e cultura é como uma árvore sem raízes” (*in* Isadora Santos, 2021), ou seja, não existe.

O esquecimento dos saberes e memórias do povo negro não resulta de processos naturais da história humana em que partes se perdem no tempo que a tudo corrói, pelo contrário, é fruto de ações intencionais executadas pelas elites coloniais que, desde o princípio da formação desse país, agem de inúmeros modos para coibir o direito de Ser e estar das pessoas afrodescendentes na geografia dos saberes e dos territórios (Leandro Missiatto, 2021, p. 253).

A colonização impôs uma narrativa de inferioridade, alienação, ausência de saberes e cultura, silenciando e condicionando ao ideal branco nosso existir no mundo. Pode-se afirmar que, na formação da identidade negra, no Brasil, foi “atribuído ao corpo negro o repertório do execrável, ou seja, do inaceitável, ao mesmo tempo que se investiu a representação do corpo branco relacionando-o a atributos morais e intelectuais tidos como puros, belos e sagrados”

(Viviane Fernandes; Maria Souza, 2016, p. 107).

Em terras brasileiras, o processo de colonização, por meio da escravização de nossas(os) ancestrais, buscou coisificar nossa existência. Laurentino Gomes (2019) afirma que mulheres e homens negras(os) escravizadas(os) cumpriam uma jornada exaustiva e estavam “em condição equivalente à das máquinas agrícolas industriais de hoje, como os tratores, os arados, as colhedeadas e as plantadeiras nas modernas fazendas do interior do Brasil” (2019, p. 73).

Tal realidade e condicionamento da população negra ao trabalho manual teriam tirado dela o acesso à educação e a condenado à ignorância. Esta “realidade” foi descrita por José Antônio Tobias (1986) no seu livro intitulado: *História da educação brasileira*.

O negro era escravo e, para tal fim, chegou ele no Brasil. O jesuíta foi contra a escravidão, mas não pôde vencer a sociedade da Colônia e da Metrópole que, na escravidão, baseavam sua lavoura e economia. Por isso, o negro jamais pôde ir à escola. Com dificuldade, conseguiam os missionários que, aos domingos, pudessem os escravos assistir à missa, rezada na capela dos engenhos ou em outro lugar (José Antônio Tobias, 1972, p. 97).

Chinua Achebe (2009), contudo, nos alerta que o colonizador branco lançou mão da religião e da educação para efetivar sua suposta supremacia e domínio diante de outros povos. Assim, os bancos das igrejas de um Deus único configuram-se como um caminho para a salvação dos seres primitivos, que tinham na natureza e na ancestralidade suas divindades. Já a educação, por meio de suas carteiras e escolas, busca difundir os ideais, a cultura e as histórias de um povo com a tez branca, imagem e semelhança de Deus, criador do mundo, e, portanto, único herdeiro legítimo de tudo que nesse mundo há ou deveria existir.

Resguardadas as contradições do sistema colonizador, que nos negava a frequência à escola, nosso povo acessou a educação eurocentrada. Essa formação, que ainda hoje privilegia o saber único e “impede o pluralismo das linguagens característico de alunos provenientes de diferentes estratos sociais e de outras regiões emigratórias do mundo” (Muniz Sodré, 2022, p. 23), propõe uma hierarquização de saberes e acentua a cisão entre nós e nossas ontologias.

Carter G. Woodson (2021), historiador negro e considerado pai da história negra nos Estados Unidos, desde 1933⁷¹, aponta como as(os) “negras(os) educadas(os)” poderiam ter uma postura de desprezo diante do seu próprio povo, já que a escola configurava-se como um sistema que conferia aos povos negros a insignificância. Carter Woodson (2021) afirma que:

71 Obra escrita em 1933, mas traduzida e publicada em Língua Portuguesa em 2021.

Os primórdios da ciência em várias partes do Oriente foram mencionados, mas o avanço precoce dos africanos neste campo foi omitido. Não foi dito aos alunos que os antigos africanos do interior conheciam ciência suficiente para preparar venenos para pontas de flechas, misturar cores duráveis para pinturas, extrair metais da natureza e refiná-los para o desenvolvimento nas artes industriais. Muito pouco foi dito sobre a química no método de embalsamamento egípcio, produto das raças mistas do norte da África, agora conhecidas no mundo moderno como “pessoas não brancas” (p. 22).

Sobonfu Somé (2002), por sua vez, relatou que os primeiros membros de sua aldeia, ao irem para a escola, “voltaram sentindo vergonha de seus pais e do estilo vida tradicional” (p. 31). Para ela, isso ocorreu porque, ao acessarem a escola, as crianças de sua aldeia não aprendiam sobre suas tradições, ao contrário, eram ensinadas a esquecê-las. O processo de (des)educação dos povos negros não apartou apenas o corpo da mente e os pés das mãos, mas o corpo inteiro da sua força vital, definido por ela como espírito.

Nêgo Bispo (2024) também afirma que muitas(os) das(os) cotistas (quilombolas, indígenas, por exemplo), ao acessarem a universidade, passam a negar ou inferiorizar os saberes ancestrais e orgânicos de suas comunidades. No contato com os saberes sintéticos, a comunidade e suas trajetórias perdem força. As raízes dessa árvore são esquecidas, e um “novo” modelo mais moderno de civilidade é adotado.

Ailton Krenak (2024) afirma que:

Memória é a nossa consciência crítica. A ausência dessa memória, ela deixa a gente refém de qualquer discurso manipulador. Ao invés de você ouvir uma mensagem e analisar ela criticamente, você adere a mensagem automaticamente no sentido afetivo, emocional e tal. Você põe uma música de fundo bem boba e umas imagens bem assim carente, aí você já leva uma enxurrada de otário atrás. É assim que fazem manipulação de memória também, né. É terrível. Enxergar isso dói, te faz ficar muito crítico e encurta a paciência.

A perda de referência e memória, conseqüentemente, senso crítico, segundo Waldir Rampinelli (2013), é uma estratégia antiga e efetiva de dominação, que se mantém viva nos dias atuais. Por meio do etnocídio e do memoricídio, as resistências e críticas ao sistema hegemônico são também anuladas.

Na contramão dessa educação fragmentária, Nêgo Bispo (2020) designa a palavra criação para diferenciar a formação de sujeitas(os) a partir dos saberes sintéticos e eurocentrados, que negam nossas ontologias, da formação semeada a partir dos saberes ancestrais e orgânicos. A criação é, portanto, a ação intencional de nossas(os) mais velhas(os), nas raízes ou nos galhos mais altos da copa de nossa árvore, de semear pessoas

por meio de nossas oralituras e memórias, conduzindo-as para uma existência efetivamente integrada, livre e crítica.

O ensinamento tradicional deve estar unido à experiência e integrado à vida, até porque há coisas que não podem ser explicadas, apenas experimentadas e vividas. As atividades humanas contêm sempre um caráter sagrado ou oculto, principalmente as que consistem em atuar sobre a matéria e transformá-la, já que cada coisa é um ser vivo. [...] O que se aprende nas escolas, por mais útil e importante que seja, nem sempre é vivido, porém o conhecimento herdado encarna-se em todo o ser (Nei Lopes; Luiz Simas, 2021, p. 46).

É a partir da criação, que memórias e oralituras como a de biso Rosalvo emergem e nos possibilitam questionar as ausências e silenciamentos, reposicionando-nos no curso da nossa própria história. Na consideração de que a energia elétrica surgiu no Brasil no final do século XIX e a utilização desse recurso era “limitado a alguns serviços públicos e à atividade fabril” (João Gomes; Marcelo Vieira, 2009), e que na Igreja do Bonfim, a instalação elétrica chegou apenas em 1902, saber que meu bisavô já era eletricitista nessa época e que, por conta disso, nossa família residiu em uma casa destinada ao alto escalão da UTN, cria outros sentidos para nossa caminhada e também para a historiografia da EPT no Brasil.

Indo de encontro ao pensamento que define o trabalho manual como menor e de menos prestígio, graças à sua vinculação com corpos negros escravizados, nossas oralituras em relação a Bisó Rosalvo apontam para outros caminhos. Aquela gambiarra que ele instalou na igreja do Bonfim e as lâmpadas que iluminavam a Usina de Terra Nova, assim como o inventor negro Latimer, que em 1888 patenteou a lâmpada de filamento de carbono, tiveram suas histórias e seus nomes entregues ao esquecimento pela branquitude, mas, como uma lâmpada que se acende, têm emergido, não deixando espaços para uma educação sedimentada em um terreno de ausências.

O perfume de alfazema da água de cheiro que lava as escadarias da Igreja do Bonfim, que um dia foi iluminada por Rosalvo Isauro, anuncia que, entre a igreja, a história, a escadaria e as baianas, há muito ainda o que se contar. Sem fragmentações ou hierarquizações, o Senhor do Bonfim e Oxalá, por alguns instantes, habitam o mesmo lugar.

Bisa, dá um abraço afetuoso em biso Rosalvo por nós.

Com carinho, suas criaturas

Em um terreno de ausências, 28 de janeiro

Querida bisa Afra,

“Uma história contada só por um lado não é história, é ficção.”
Nêgo Bispo, 2020

Como vai, bisa? E como vão todas(os) aí? Espero que estejam todas(os) bem. Hoje não pretendia escrever para a senhora. Mas uma matéria que passou na TV me trouxe até aqui para *sentirmosfazermospensarmos* algumas palavras já escrituradas da historiografia da educação profissional no Brasil.

A data de hoje, 28 de janeiro, foi declarada como Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo em respeito aos servidores do Ministério do Trabalho que foram mortos durante uma operação de enfrentamento a este ilícito⁷². Nada contra esses servidores que perderam suas vidas no exercício de suas profissões. Contudo, me vem um amargor na boca e me pergunto qual dia dedicamos à vida das milhares de pessoas que morreram vítimas da escravização? Qual dia dedicamos àquelas(es) que estão morrendo física e subjetivamente vítimas das precárias condições de trabalho, dos silenciamentos e ausências? Qual lugar da história reservamos a elas(es)? Será que há, bisa, caminhos para mudanças?

Frantz Fanon (2021) já dizia que “o racismo não pôde se esclerosar. Ele precisou renovar-se, nuançar-se, mudar de fisionomia. E teve de cumprir o destino do conjunto cultural que lhe dava forma” (p. 70). Assim, em linhas tênues, histórias e discursos vão produzindo e reproduzindo apagamentos, invisibilizando etnias inteiras, mesmo quando se proponham a serem contra-hegemônicos, denunciando que, além de trabalhos análogos à escravidão, ainda há, nos dias atuais, muito de colonizador na maneira como produzimos e reproduzimos a história. Podemos constatar isso ao colocarmos sob uma lupa a historiografia da EPT no Brasil.

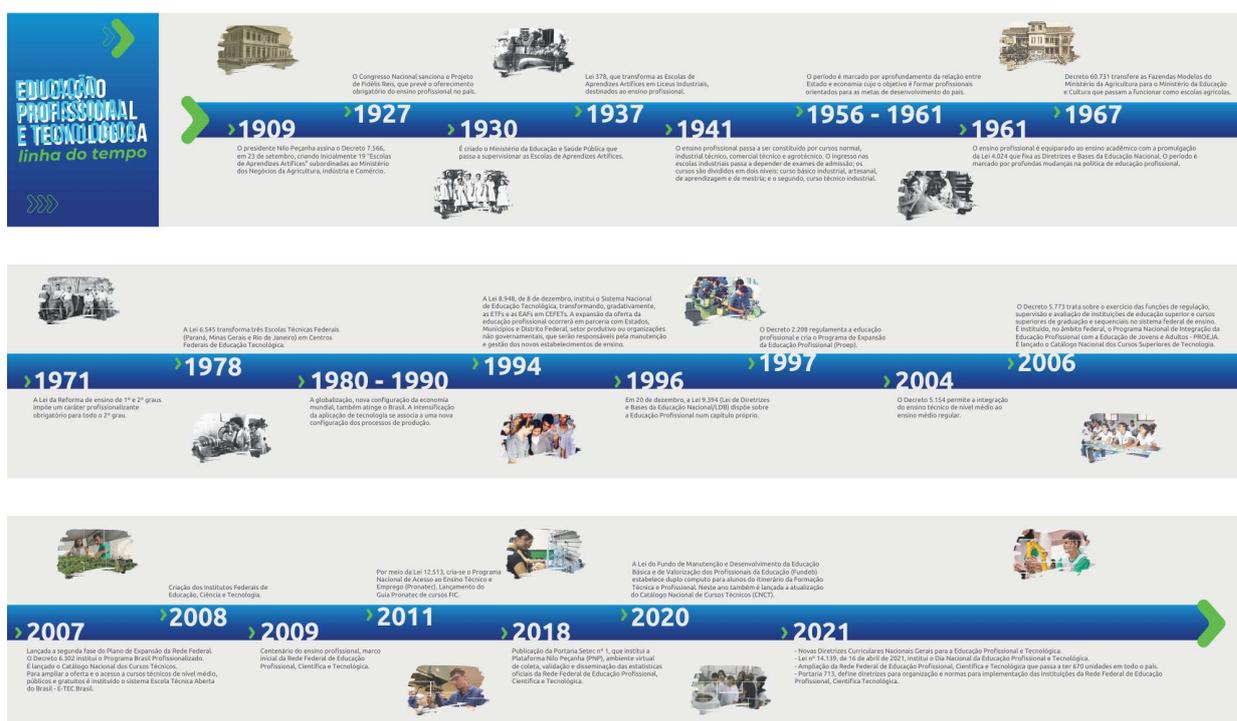
O primeiro ponto não diz respeito apenas à historiografia da EPT, mas, de um modo geral, às historiografias, que, via de regra, contam a “história” em uma cronologia linear e, na lógica ocidental, evolutiva. O tempo das coisas e dos acontecimentos segue linhas retas “no” e “do” tempo, sendo organizado cronologicamente do passado para um presente, sempre apontando para um futuro, para a modernização e (des)envolvimento das coisas. Isso significa dizer que a historiografia é contada com base na lógica brancocêntrica do tempo e, conseqüentemente, traz perspectivas diferentes dos fatos quando comparada a outras formas

⁷² “A data faz referência a um episódio que aconteceu em 2004, quando três auditores fiscais do trabalho e um motorista foram assassinados durante averiguação sobre denúncias de trabalho escravo em fazendas de Unai, em Minas Gerais” (Júlia Lopes, 2024).

de *sentir/fazer/pensar* o passado, o presente e o futuro.

A historiografia, no contexto da EPT, ao adotar um tempo linear, apresenta uma história em que um acontecimento ou marco para existir precisa suplantarmos o momento anterior. Na Linha do tempo da EPT (Figura 35), por exemplo, podemos perceber que a medida que vai aumentando a institucionalização, a formação das(os) trabalhadoras(es) no chão das oficinas e fábricas (locais de trabalho) deixa de ser contemplada.

Figura 35: Linha do tempo da EPT no Brasil. Uma seta que só vai e nunca volta.



Fonte: Ministério da Educação (2024).

Ainda em relação ao tempo, o início da educação profissional no Brasil também é uma questão a ser discutida. Na obra *História das ideias pedagógicas no Brasil*, Dermeval Saviani (2019), com o objetivo de “auxiliar os professores na relevante tarefa de propiciar aos seus alunos uma visão de conjunto da história da educação brasileira” (p. 23), afirmou precisar compreender o passado, ou seja, a gênese da educação no Brasil. Contudo, o autor definiu como marco inicial de periodização das ideias pedagógicas no país o período de 1549 a 1759, que compreende “que é com a chegada dos jesuítas que tem início, no Brasil, a educação formal, sendo, portanto, a partir desse momento que podemos falar, em sentido próprio, de circulação de ideias pedagógicas” (Saviani, 2019, p. 53).

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) afirma que a “formação para o trabalho no Brasil ocorre desde o tempo da colonização, ao se considerar, dentre

outros, o desenvolvimento de aprendizagens laborais realizadas nas Casas de Fundação e de Moeda e nos Centros de Aprendizagem de Ofícios Artesanais da Marinha do Brasil” (Brasil, 2018). Luiz Cunha (2000) também indica a formação para o trabalho, descrevendo como se deu o ensino de ofícios durante todo o regime escravagista no Brasil.

Antonio da Costa *et al.* (2022), ao avaliarem teses e dissertações sobre o ensino profissional no século XIX, evidenciaram também a presença da formação de trabalhadoras(es), sendo, naquele contexto, a relação educação e trabalho voltada para o desenvolvimento das fábricas. Os pesquisadores afirmam que, no século XIX, a educação profissional começou tímida, “dentro do próprio núcleo fabril ou no entorno das fábricas. A educação visava uma formação de mão de obra qualificada para a atuação na própria indústria. Por isso, ela acontecia no mesmo espaço de trabalho ou em espaços próximos” (Antonio da Costa *et al.*, 2022, p. 13).

Apesar da gênese da EPT estar no período colonial, há um consenso que define o seu início, a partir da sistematização do currículo e práticas de ensino, com o Decreto nº. 7.566, de 23 de setembro de 1909, que criou 19 Escolas de Aprendizes e Artífices no país. A criação dessas escolas, segundo o MEC (2018), é o marco do início da EPT como política pública. Maria Andrade (2024) pontua que, nesse período, os objetivos das escolas recém-criadas eram assistencialistas no atendimento aos pobres, “os desvalidos da sorte”.

Há muita literatura produzida em relação à formação para o trabalho no Brasil. Contudo, com poucas exceções, as populações indígenas e, posteriormente, as africanas, são apresentadas como meras figurantes na construção da própria história. Silvia Manfredi (2016), por exemplo, possui uma percepção mais ampliada em relação ao início da formação para o trabalho no país. Para ela, os indígenas “foram os primeiros educadores de artes e ofícios para as áreas de tecelagem, de cerâmica, para adornos e artefatos de guerra, para a construção de casas e, obviamente, para as várias técnicas de cultivo” (Silvia Manfredi, 2016, p. 46).

Manuel Querino (2018) destaca que a população negra, antes mesmo de chegar em terras brasileiras, possuía e movimentava diversos saberes.

Chegar-se-á à conclusão de que o colono preto, ao ser transportado para a América, estava já aparelhado para o trabalho que o esperava aqui, como bom caçador, marinheiro, criador, extrator do sal, abundante em algumas regiões, minerador de ferro, pastor, agricultor, mercador de marfim etc. Ao tempo do tráfico, já o africano conhecia o trabalho da mineração, pois lá abundavam o ouro, a prata, o chumbo, o diamante e o ferro (Manuel Querino, 2018, p. 12).

Assim, ao desconsiderarmos que havia modos de movimentação do conhecimento e saberes nas práticas cotidianas das populações indígenas e africanas, e contarmos a história da educação no Brasil a partir dos jesuítas, reproduziremos uma narrativa hegemônica que anula outras identidades e retroalimenta o racismo que estrutura nossa sociedade.

Outro aspecto que contribui com esse cenário é como o conhecimento relacionado a esse campo foi(é) produzido e reproduzido em nosso país. Rafaela Amorim *et al.* (2024), ao analisarem os artigos relacionados à historiografia da EPT publicados na Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica (RBEPT), constataram que “a análise documental é um método bastante utilizado nas pesquisas sobre História da Educação, ao passo que as pesquisas de campo são bem menos frequentes” (2024, p. 12).

O estudo aponta que, dos 27 artigos publicados sobre o tema na RBEPT, 12 publicações utilizaram apenas fonte bibliográfica, 11 realizaram pesquisas bibliográficas e documentais, três estudos utilizaram a bibliográfica e a pesquisa de campo, e apenas um artigo utilizou pesquisa bibliográfica, campo e documental como fonte (Rafaela Amorim *et al.*, 2024).

Ao retomarmos o debate inaugurado pelo professor Henrique Cunha (2015), e considerando a avaliação de Rafaela Amorim *et al.* (2024), constatamos que o campo científico sedimentado em lógicas ocidentais para movimentar, produzir e reproduzir conhecimento não reconhece “o africano e descendente, como pensador, vindo de comunidades pensantes e realizadores do ato criador e civilizador também, como todos os outros povos” (2015).

A normalidade apresenta e representa a aceitação de um determinado estado de coisas. Normalidade foi atingida pelas teorias marxistas embora estejam em contraposição com a organização do estado liberal, com a organização da sociedade capitalista, com o poder econômico, e fale em nome das classes trabalhadoras, estas teorias estão em perfeita conformidade com um campo do conhecimento estabelecido e cristalizado de normalidade quanto a aceitação científica dos seus dogmas, princípios e bases teóricas. O marxismo é um modelo consolidado no campo científico, faz parte da normalidade e não mais da transformação inovadora em termo de aceitação científica. Perdeu seu potencial de introduzir novas ideias de base teóricas e criou um léxico de repetições e recriação das mesmas ideias e não de proposição de novas interpretações da sociedade e da cultura humana. Também representa o predomínio da pesquisa teórica sobre a empírica. Desta em perfeita harmonia estável com as teorias do racionalismo científico ocidental. Entrou para parte operante do conhecimento ocidental como forma de dominação sobre os conhecimentos africanos e asiáticos (Henrique Cunha, 2015).

O Professor Petrônio Domingues (2019) nos auxilia a ilustrar o pensamento de Henrique Cunha (2015), ao afirmar que “a discriminação racial foi uma prática comum no

Brasil desde a Colônia, perpassando pelo Império e atingindo a República. Ela não ficou exclusivamente no plano do discurso ou das intenções, mas se traduziu em políticas públicas, isto é, ela se inscreveu em forma de lei” (Petrônio Domingues, 2019, p. 21). Uma vez que as leis são principais fontes documentais da historiografia da EPT, e quem as criou foi, majoritariamente, o homem branco, a literatura acaba por reproduzir a história do mesmo ponto de vista.

Os estudos realizados a partir dos marcos legais devem considerar “que nem sempre o que é previsto legalmente é vivido nas relações sociais” (Christianni Moraes, 2016, p. 96). A própria historiografia do Brasil nos traz exemplos disso. A lei Feijó, promulgada em 07 de novembro de 1831, que proibia o tráfico de pessoas escravizadas (Brasil, 1831), ficou conhecida como a lei para inglês ver, uma vez que seu regramento não foi cumprido, existindo apenas para atender às exigências impostas pela Inglaterra (Projeto Querino, 2018).

Mesmo considerando a aplicação na lei, a percepção da realidade vivida distingue-se de pessoa para pessoa. Os contextos e enredos ganham contornos muito individuais e específicos a partir do que se experimenta no corpo, demarcando a distinção entre a história contada por meio dos saberes sintéticos e a história que atravessa a experiência do existir no mundo.

Christianni Moraes (2016) afirma que, por exemplo, “os africanos possuíam identidade e cultura próprias, eram capazes de reelaborar essas identidades (individual e/ou coletivamente), de ter sua própria visão da escravidão, mesmo que limitada pelas imposições de seus proprietários” (p. 96). Desse modo, se contássemos a história da EPT do ponto de vista de quem a experimentou ao longo do tempo, fatalmente teríamos histórias com outros desdobramentos.

Neste sentido, Fabrícia Nascimento (2021) sinaliza a necessidade de recontarmos a história deste modelo de educação, favorecendo outras perspectivas e narrativas.

Enfim, infere-se que a história da EPT no Brasil, sob o enfoque da teoria decolonial, deve permitir o conhecimento das diferentes narrativas na qual as vozes da opressão possam ser ouvidas e sirvam para despertar a consciência de pertencimento, a condição ontológica do Ser e, principalmente, a consciência de classe revolucionária (Fabrícia Nascimento, 2021, p. 39).

Dado que a população negra corresponde a aproximadamente 56% do povo brasileiro (IBGE, 2022), 54,2% das pessoas ocupadas (IBGE, 2023) e que, de acordo com a Plataforma Nilo Peçanha (2023), 47,47% dos estudantes matriculados na Rede Federal de Educação

Profissional, Científica e Tecnológica, se autodeclararam como pretas(os) e pardas(os), contar a história da EPT também a partir de outros pontos de vista, superando a hegemonia europeia sobre nossas trajetórias, torna-se imprescindível para a formação de sujeitos integrais e críticos. Kabengele Munanga (2005) acrescenta:

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional (p. 16).

Enquanto não vivenciamos uma formação que privilegia as mais diversas experiências e perspectivas relacionadas ao trabalho, ao saber e, historicamente, rever as demais formas de *sentirfazerpensar* o mundo e a vida, amargamos na pele uma existência que nos aprisiona em uma história contada por quem está comprometido com a manutenção da lógica fragmentária e hierarquizante do capitalismo. Introjetado e estruturante da nossa sociedade, o racismo cega até mesmo a quem se coloca como contra-hegemônica(o). Diante desses conhecimentos, permanecemos sendo alvos relegadas(os) ao silêncio e às ações assistencialistas dos governos... ali⁷³.

Abraços, nós.

73 A expressão “ali”, segundo tia Janete, era a forma que minha avó Belanice utilizava para finalizar um assunto que não fosse do agrado dela. Não precisava ter contexto, o “ali” era o ponto final. Todas(os) entendiam e davam o assunto por encerrado. Talvez um sinônimo fosse a expressão “sem mais” ou “e tenho dito”, a depender da ocasião.

Na pele, 13 de maio⁷⁴

Querida Afra,

*“Um silêncio pinga no céu da boca e anuncia:
todas as palavras não ditas, que entalaram entre a pele e o peito,
servirão de adubo pra que você floresça.”*
Igor Pires (2017)

Hoje lembrei de um antigo costume que tínhamos. Quando coisas boas aconteciam, subíamos a Colina Sagrada para agradecer pela conquista alcançada. Subimos quando Daniel e eu concluímos o Ensino Médio e passamos no vestibular, quando os procedimentos cirúrgicos de minha mãe foram bem-sucedidos, quando conseguimos nossos primeiros empregos, quando passei no concurso. Fomos também todas as vezes em que meu pai trocou de carro. Lembro dele se esforçando para colocar as chaves bem alta para receber a água benta. Anos depois, fiz mesmo com Neto, quando compramos nosso apartamento e nosso carro.

Subíamos a colina em todos os nossos aniversários desde que me entendo por gente. Essa era uma regra rígida, como um ritual sagrado. Confesso que achava as missas chatas e prestava mais atenção em qualquer outra coisa do que no que o padre estava falando. A melhor parte era a água benta fria batendo no nosso rosto no final da missa. Essa lembrança sempre me rouba um sorriso. Também gostava das fitinhas coloridas, que eram renovadas todos anos. Cada uma(um) escolhia uma cor e amarrava no braço ou no tornozelo, fazendo seus pedidos enquanto dava três nós.

Fomos também quando meu pai se aposentou. Ele tinha dado entrada no pedido de aposentadoria no dia 13 de maio de 1991. Dias depois, estávamos novamente no alto da colina para agradecer. Naquele dia, ele tinha 41 anos, um sorriso no rosto (algo raro) e muitas cicatrizes no corpo.

Anos depois, tive que explicar exaustivamente para algumas(alguns) amigas(os) que meu pai não era vagabundo por estar aposentado. O presidente da época, Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 12 de maio de 1998, disse: “fiz a reforma da Previdência para que aqueles que se locupletam da Previdência não se locupletem mais, não se aposentem com menos de 50 anos, não sejam vagabundos em um país de pobres e miseráveis” (Folha de São Paulo, 1998).

Dias depois, FHC tentou se explicar e afirmou: “Não quero que uma palavra mal

⁷⁴ “A Lei Áurea extingue oficialmente a escravidão no Brasil. Mas a data é considerada pelo Movimento Negro como uma mentira cívica, sendo caracterizada como Dia de Reflexão e Luta contra a Discriminação” (Fundação Palmares, 2023). Dia de nascimento de tia Cici e de meu filho, Ravi Kayodê.

compreendida traduza de forma equivocada o imenso respeito que tenho por todos aqueles que trabalham e pelos aposentados que trabalharam uma vida inteira. Pessoas que começam muito cedo, aos 14, 15 anos, para ajudar suas famílias” (Folha de São Paulo, 1998). Apesar da tentativa de retratação, coube a mim explicar que meu pai alcançou “o topo da colina” porque havia começado a caminhada desde os oito anos de idade⁷⁵.

Figura 36: Nós na Colina Sagrada (Ieda, Arivaldo, Cássia e Daniel)



Fonte: Acervo da família.

Hoje, sentimos que subir a Colina Sagrada tem muito mais relação com a caminhada até chegar ao topo dela, do que com o que fazíamos quando chegávamos lá. Graças à “ilusão do romance” (Sobonfu Somé, 2002), durante muito tempo valorizamos e focamos o alto da montanha e não a trajetória percorrida para alcançá-la. Porém, os anciões da aldeia de Sobonfu Somé (2002) afirmam que o valor está no trabalho, no caminho percorrido de baixo para cima da colina. Por outro lado, habitar um corpo negro em um terreno de ausências e silenciamentos é remontar também a um caminho de violências, dor e cicatrizes que não se abrigam apenas na pele, mas também na alma.

Naquele 30 de maio, subiu com a gente a colina, o menino Arivaldo com oito anos de

⁷⁵ Para efeitos de aposentadoria, foi considerado no cálculo do tempo de serviço apenas o serviço prestado por meu pai a partir dos 12 anos de idade, sendo computado o período dele no Ginásio Industrial da Escola Técnica. Como ele era funcionário de uma área de alta periculosidade no Polo Petroquímico, ele gozou de uma aposentadoria especial, permitida a partir de 25 anos de tempo de serviço/contribuição.

idade, que acreditava em Papai Noel e não sabia em que estava errando, pois ele conseguia conciliar o trabalho na oficina de capotaria, tirar excelentes notas na escola e ser obediente, mas não ganhava presentes do bom velhinho. O jovem Arivaldo, que se acidentou no trabalho aos 26 anos e teve 70% do corpo queimado, também foi com a gente agradecer a conquista do Arivaldo de 41 anos que não permitiu que eu e meu irmão acreditássemos em Papai Noel. Meu pai dizia que se em algum momento não pudesse nos presentear no Natal, provavelmente era por alguma dificuldade financeira dele e de minha mãe, e não porque não éramos suficientemente bons para merecermos a atenção e o carinho daquele moço branco vestido de vermelho. Nunca acreditamos em Papai Noel, nunca nos faltou presentes no Natal e sabíamos o porquê.

Com a trajetória de meu pai, bem como de nossa copa mais alta e raízes, conquistamos uma condição privilegiada. Como dizia Joice:

Meus pais e todos os meus tios, apesar da infância relativamente pobre, conseguiram estudar até o nível superior, e isso sempre foi motivo de muito orgulho. Ou seja: somos exceção. Desde a geração de meus pais, minha família teve oportunidades de estudos que a maioria das famílias negras não teve (E-mail de Joice, 2010).

A população negra brasileira corresponde à maior parcela da sociedade e a maior força de trabalho no país. Porém, nós negras(os), que representamos aproximadamente 56% da população brasileira (IBGE, 2022), ainda somos a “minoridade entre os grupos de maior renda e nas posições de prestígio das empresas privadas e na esfera pública” (César Oliveira; Judith Morrison, 2021, p. 12). Também amargamos os piores índices econômicos, sociais e educacionais no Brasil.

Dos 98,2 milhões de brasileiros ocupados, 53,3 milhões são pessoas negras (DIEESE, 2022). Somos a maioria também na ocupação desprotegida, informal e nos índices de desempregados. Além disso, possuímos as menores remunerações e ocupamos menos cargos gerenciais.

Segundo Vitor Nuzzi (2022), os homens negros são os mais afetados por acidentes de trabalho. Élica Hennington (2023, p. 08), afirma que “as pessoas negras são as que mais desempenham atividades insalubres e perigosas e as que mais adoecem e morrem em decorrência do trabalho no Brasil”. Ainda segundo Élica Hennington (2023, p. 08), a população negra é a que mais sofre violências no ambiente laboral e a que está mais exposta à violência urbano e acidentes de trabalho. As crianças negras são também as que

precocemente necessitam ingressar no mercado de trabalho.

O trabalho infantil, que é definido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), como “aquele que é perigoso e prejudicial à saúde e ao desenvolvimento mental, físico, social ou moral das crianças e que interfere na sua escolarização” (Luiz Bello, 2024), em 2023, atingiu 1,607 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade (IBGE, 2024). Dessas, 65,2% são crianças negras.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua, as desigualdades percebidas no mercado de trabalho também estão presentes no trabalho infantil. As remunerações de crianças pretas e pardas são inferiores ante as remunerações percebidas por crianças brancas na mesma situação. Essas desigualdades também são percebidas em relação ao gênero. Meninas recebem menos que meninos (IBGE, 2024).

Longe do trabalho como princípio educativo, o trabalho infantil no país coloca em risco a vida de pelo menos 586 mil crianças e adolescentes, que exercem atividades com altos riscos de acidente e integridade física (IBGE, 2024). As crianças ainda conciliam o trabalho com os afazeres domésticos e a frequência escolar.

A frequência escolar na população negra também possui menores índices. Inversamente, o abandono escolar é mais alto nesse grupo. Um dos motivos, segundo Muniz Sodré, reside na oferta de um saber único, no conhecimento eurocentrado das coisas. “A monocultura do saber está por trás da crescente violência nas escolas frequentadas por jovens provenientes de classes economicamente subalternas ou de famílias de imigrantes, assim com pode responder também pelo fracasso do ensino e pelas altas taxas de evasão escolar” (Muniz Sodré, 2012, p. 23-24).

Desse modo, a oferta de um ensino integral e emancipador passa pelo debate relacionado ao contexto em que a população negra está inserida. Uma formação plural, onde outras ontologias se façam presentes, mas que também reconheça que estamos diante de condições desiguais de acesso à educação, ao trabalho e à garantia do direito a vida. E mesmo quando a formação é garantida, ainda enfrentamos muitos obstáculos para atingirmos o êxito profissional. Apenas se partirmos de uma educação efetivamente emancipadora, crítica e integral, que subir a colina será um caminho prazeroso.

Estamos rumo à colina, sua árvore

Cartas “no”, “do” e “para” nosso tronco

Na árvore da juventude, 20 de novembro⁷⁶

Querida Afra,

“Não podemos simplesmente sentar e deixar que outras pessoas definam nossa existência.”
Spike Lee (2019)

Espero encontrá-la bem. Ainda ontem, senti o perfume, que invade a cidade e a nossa casa, das mangas maduras no pé ou das mangas colhidas e colocadas no arranjo com abacaxi, umbu, acerola e galhos de pitangueiras que minha mãe deixava em cima da mesa da sala nessa época do ano. Esse perfume, trazido pela brisa da primavera, sempre anunciou que as férias escolares, meu aniversário e o Natal estavam chegando.

Diferente das nossas(os) mais velhas(os) e, infelizmente, de muitas crianças ainda hoje, tivemos uma infância brincante e férias escolares bem aproveitadas. Uma das melhores partes do recesso era a presença de Joice e Mille lá em casa. Brincávamos de tudo, mas uma brincadeira guardamos com carinho em nossas memórias.

Figura 37: Jamille Souza, Cássia Souza, Joice Souza e Daniel Souza (ORA)⁷⁷



Fonte: Acervo pessoal.

A nossa brincadeira acontecia em torno de uma árvore e das pitangueiras que ficavam no fundo da quadra do prédio onde morei com meus pais. Passávamos horas lá. Minha mãe, que nos monitorava pela janela, assistia curiosa à gente golpear o ar, correr, rir, conversar, por

⁷⁶ Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra (Brasil, 2023).

⁷⁷ Oralitura da nossa Árvore da Juventude por Jamille Souza (Mille)

vezes brigar, catar sementes no chão e nos esconder, sem entender nada.

Certa vez, quando voltamos para casa, ela questionou o que estávamos fazendo. Empolgadas(o), entre gargalhadas, respondemos: “Estamos fazendo um filme! O nome? A árvore da juventude”.

Imagino que a senhora deve estar se perguntando por que nosso filme se chamava “A árvore da juventude”. Nessa época, éramos inspiradas(o) pelos Trapalhões (1991), que tinham um filme com o mesmo nome, e Mussum era uma das poucas referências negras na televisão. Infelizmente, não era apenas no audiovisual que não tínhamos representatividade. Não nos víamos nos brinquedos, nos livros didáticos, nos romances, nas salas de aulas, não nos víamos nas histórias como vencedoras(es), nem nos conteúdos de que tínhamos que dar conta na escola, que, ainda hoje, são espaços onde “as representações negativas sobre o negro são difundidas” (Nilma Gomes, 2003, p. 77).

Mille e Daniel foram as(os) últimas(os) a concluírem o ensino médio, em 2002, um ano antes da promulgação da Lei nº 10.639 (Brasil, 2003). Conforme descrito pela professora Ana Célia da Silva (2001), na nossa época, o ambiente escolar não era um espaço democrático e acolhedor.

Os currículos, programas, materiais e rituais pedagógicos privilegiam os valores europeus em detrimento dos valores de outros grupos étnico-raciais presentes na sociedade. Os valores desses grupos são, na maioria das vezes ocultados ou apresentados de uma forma tal que não coloque em conflito os valores dominantes. Em consequência, as populações excluídas, podem vir a privilegiar os valores da história e cultura oficial como únicos a serem considerados, renegando os seus próprios valores, se o processo pedagógico, o seu cotidiano e a sua cultura, não favorecer-lhes oportunidades de reflexão e reelaboração (p. 16).

Mesmo 21 anos após a promulgação da lei e apesar dos avanços das últimas décadas, bisa, ainda há muito que se caminhar para podermos dizer que há no país um cenário diferente, com uma educação antirracista e uma proposta efetivamente contra-hegemônica que dialogue com a diversidade brasileira. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais (Brasil, 2004) e o Plano Nacional para a implementação das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 (Brasil, 2013), por exemplo, ainda hoje encontram resistências para seu pleno desenvolvimento.

Os dispositivos legais citados possuem, entre os seus objetivos, “promover o desenvolvimento de pesquisas e produção de materiais didáticos e paradidáticos que valorizem, nacional e regionalmente, a cultura afro-brasileira e a diversidade” (Brasil, 2013,

p. 19). E, no contexto dos IFs, considerando o compromisso dessas instituições na promoção de uma educação contra-hegemônica, os documentos preveem ainda que:

A SETEC, em parceria com a SECAD e os Institutos Federais, contribuirá com sua rede e os demais sistemas de ensino pesquisando e publicando materiais de referência para professores e materiais didáticos para seus alunos na temática da Educação das Relações Étnico-racial (Brasil, 2013, p. 57).

Apesar do compromisso firmado e da proposta da Rede Federal de promoção de uma formação integral e emancipadora, as políticas não estão implementadas adequadamente nesses espaços. Esses espaços ainda promovem, conforme apontado por Ana Silva (2001), currículos, práticas pedagógicas e espaços de silenciamentos da identidade negra a partir de narrativas hegemônicas.

Segundo Marcus Fonseca e Laura Rocha (2019), que examinaram o processo de institucionalização da educação das relações étnico-raciais nas escolas que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, os resultados são preocupantes. Ele(a) afirmam que:

Este procedimento revelou um resultado que podemos classificar como preocupante, pois o primeiro elemento que chama a atenção em face destes procedimentos metodológicos é a ausência de qualquer referência sobre a temática relativa à Lei nº. 10.639/03 nos documentos de dezoito das trinta e sete instituições analisadas. Portanto, em praticamente metade dos documentos das escolas que selecionamos não houve qualquer referência aos dispositivos legais que se referem à educação das relações raciais. Podemos considerar que isso é mais do que uma omissão, pois, na verdade, representa que essas instituições não estão cumprindo aquilo que foi estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB). As outras dezenove instituições apresentam resultados diversos em relação ao tratamento dado ao tema. Elas não se omitem, mas apresentam resultados que são pouco satisfatórios (Marcus Fonseca; Laura Rocha, 2019, p. 9).

Os resultados do estudo de Marcus Fonseca e Laura Rocha (2019) demonstram como a falta de comprometimento com o debate das relações étnico-raciais na Rede Federal ultrapassa os limites das instituições analisadas. Eles concluem que “a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) que deveria assumir um papel ativo no estabelecimento dessa política na rede de ensino que se encontra sob sua coordenação” (Marcus Fonseca; Laura Rocha, 2019, p. 16).

Para Maria Andrade (2024), a implementação da lei nos IFs ainda hoje é um caminho longo a se percorrer e ressalta que:

As discussões sobre a educação das relações étnico-raciais na educação profissional e tecnológica mediante novos estudos e debates irá possibilitar a formação de futuros trabalhadores negros empoderados por meio das histórias do seu povo e seus ancestrais para, assim, enfrentar o universo do trabalho com uma formação de fato integral (Maria Andrade, 2024, p. 11).

Diante deste cenário e atentas(os) ao compromisso da promoção de uma educação antirracista, nós, árvore inteira, trabalhamos na constituição de um fruto que se propõe a afrorreferenciar e a contribuir com o debate relacionado à educação para relações étnico-raciais “na”, “da” e “para” EPT. Nosso fruto, “como qualquer instrumento ou objeto que possa servir como recurso para que, mediante sua manipulação, observação ou leitura se ofereçam oportunidades para aprender algo, ou seu uso interfere no desenvolvimento de alguma função de ensino” (Rony Freitas, 2021, p. 12), visa também apresentar outras oralidades e outras palavras escrituradas “na”, “da” e “para” a formação da população negra, valorizando nossos saberes ancestrais e orgânicos, no *sentirfazerpensar* o mundo do trabalho, ou seja, “na”, “da” e “para” vida.

Para tanto, recorremos à nossa brincadeira de criança e, sentindo o cinema e as produções audiovisuais “como agente socializador que assume o compromisso de uma educação para a igualdade nas relações étnico-raciais” (Luciana Andrade, 2022, p. 08), fizemos um filme. Mas, dessa vez, o filme não teria apenas uma pessoa preta, como em “Os Trapalhões e a Árvore da Juventude” (1991), já que:

Pode-se perceber que não apenas nas práticas de ensino, como bem também nas produções audiovisuais, os discursos discriminatórios e excludentes se reproduzem. Mas que podem ser combatidas se repensadas dentro de suas próprias práticas, ou seja, fazer o uso de produções audiovisuais que discutam, retratem e valorizem a pessoa negra em seus contextos sociais, raciais e culturais no ensino promovendo debates, escritas ou leituras. Práticas de ensino que tragam, construam novos paradigmas a respeito do lugar da pessoa negra e o combate, urgente, ao racismo (Rondinelli Silva; Huber Danowski, 2020, p. 07).

As produções audiovisuais podem, portanto, “valorizar a história do povo negro e o seu legado, fortalecendo as rupturas com os estereótipos e preconceitos historicamente compartilhados” (Rondinelli Silva; Huber Danowski, 2020, p. 09). Trata-se de um cinema negro que

tem como objetivo apresentar com as suas imagens, narrativas e sons as diversas subjetividades e estéticas negras gerando, para além do caráter político, afeições e sensibilidades que possibilitem a mudança do paradigma de inferiorização dos corpos negros nas telas (Marco Correa, 2018, p. 09).

Desse modo, nosso filme aborda, por meio de uma linguagem simples e com tradução

para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), as trajetórias da formação profissional das(os) membras(os) da nossa família, a fim de contar uma outra história da EPT no país. Nossa produção apresenta, através de nossas oralituras (corpos e oralidade negra em tela), outros sentidos, lugares, significados e valores “no”, “do” e “para” o trabalho, trazendo, em um tempo espiralar, a população negra como protagonistas da sua própria vida e história.

Os filmes e a utilização desses recursos no contexto educativo, “vistos como artefatos culturais tidos como personagens conceituais, são uma das formas que as pesquisas dos/nos com os cotidianos usam para reforçar a importância do simples ato de se assistir a um filme para a *pensarfazer* educação” (Marco Correa, 2018, p. 22). Assim, e valendo-se da Lei nº 13.006 (Brasil, 2014), que acrescentou à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a obrigatoriedade da exibição de filmes de produção nacional, por no mínimo duas horas mensais, nas escolas da educação básica (Brasil, 2014), o fruto do nosso trabalho pode ser utilizado em sala de aula como exercício para se *sentirfazerpensar* a educação profissional a partir das vivências e cotidianos (saberes ancestrais e orgânicos) das(os) professoras(es) e estudantes, “articulando-se com os conteúdos e conceitos trabalhados, bem como as habilidades e competências desejadas” (Marcos Napolitano, 2009, p. 79).

Contudo, o acesso ao nosso filme não se restringe ao ambiente escolar. Disponível em plataformas digitais de compartilhamento de vídeos, o acesso ao nosso filme é gratuito e sem restrições. Ele se propõe, por conseguinte, a romper os muros das escolas, sobretudo, das escolas técnicas, para também se constituir como um elemento provocador de inquietações e reflexões em relação à movimentação de saberes e à formação da população negra “no”, “do” e “para” o mundo do trabalho, bem como à valorização de nossas trajetórias, modos de existir e produzir a vida, a partir das nossas perspectivas.

Esperamos, bisa, que as pessoas, em especial a comunidade de ensino de instituições que ofertam a educação profissional, percebam como reproduzimos violências ao excluir as oralituras e ontologias diversas, e como, ao excluí-las, reduzimos a EPT a exatamente aquilo que ela pretende combater, que são as políticas hegemônicas de poder vigente.

Um cheiro, seus frutos.

Na casa da Mangueira, 21 de setembro⁷⁸

Doce Afra,

*“A minha escola não tem personagem.
A minha escola tem gente de verdade (...)
E hoje em dia, como é que se diz eu te amo?
E hoje em dia, vamos fazer um filme.”*
Renato Russo (1993)

Essa música me lembra tanto Joice! Quando éramos crianças, produzir um filme era uma tarefa muito fácil. Joice, que não conseguia separar a fantasia da realidade, sempre agilizava a produção. A imaginação dela não tinha limites. Ela nunca teve limites (risos). Rapidamente, ela fazia uma lista dos nossos possíveis financiadores, também das pessoas da família que tinham câmera. Não eram muitas. Apenas tio Reginaldo, pai de João Marcos, e Neto, que poderiam nos ajudar nessa missão.

O filme, dirigido por Joice, era muito real para gente. Tínhamos um argumento, um orçamento baixo custo, um roteiro, um elenco (nós), uma locação (a árvore da quadra, a quadra e as pitangueiras do prédio onde cresci), figurinos (as roupas que estivéssemos usando) e equipe de filmagem, que se restringia a quem capturaria as imagens. Pergunte à Joice, bisa, se não era assim.

Engraçado que, quando a gente cresce, muitas vezes perdemos a capacidade de nos divertir no caminho para alcançar algo. Muitas vezes, as etapas e escolhas se tornam tarefas pesadas e eliminamos o espontâneo, o improvisado e a imaginação. Contudo, o caminhar da concretização de um filme na vida adulta, apesar de complexo, não estava muito distante do que fazíamos quando éramos crianças.

Os momentos e as escolhas, necessários à produção audiovisual, caminharam organicamente com o percurso para nosso enraizamento e reconexão com nossa ancestralidade. No envolvimento com nossas oralidades e memórias, o filme se fez, e posso, com tranquilidade, afirmar que, na construção do filme, o envolvimento se fez.

Sem esquecer de nos divertirmos no caminho, apreciar as paisagens e brindar os encontros e reencontros, dividimos o caminho em três momentos: antes de começar a filmar, filmando e depois da filmagem do nosso filme.

Antes de filmar, definimos que, para responder à pergunta de como se deu a nossa formação “no”, “do” e “para” o mundo do trabalho, a partir das nossas oralidades,

⁷⁸ Dia de nascimento do cineasta, um dos idealizadores do Cinema Negro e fundador do Centro Afro Carioca de Cinema, Zózimo Bulbul. Dentre tantos feitos, “Zózimo foi o primeiro protagonista negro de uma novela brasileira, fazendo par romântico com Leila Diniz em *Vidas em Conflito*” (Centro Afro Carioca de Cinema, 2013).

produziríamos um documentário.

O documentário consiste em uma produção audiovisual não ficcional, sendo classificado por Bill Nichols (2001) como uma obra que traz à tona questões sociais, em que novas visões de um mundo comum e perspectivas da história são apresentadas, para que possam ser exploradas e compreendidas. Os filmes não ficcionais podem materializar aspectos de um espaço e tempo de histórias conhecidas ou não. Eles “tornam visível e audível, de maneira distinta, a matéria de que é feita a realidade social, de acordo com a seleção e organização da(o) cineasta. Expressam nessa compreensão sobre o que a realidade foi, é e o que poderá vir a ser” (Bill Nichols, 2001, p. 26).

Diferente da receita de sequilhos de tia Silvia ou das receitas de bolo de sua filha Linda, a construção de um documentário não tem ordem certa para cada coisa acontecer. As(os) personagens, as locações, documentos e eventos que fazem parte da história, surgem na medida em que você mergulha na própria história. É muito difícil saber, nesse momento da produção, qual será o resultado final, pois esta é uma construção viva e dinâmica.

Até mesmo por essas características, o roteiro em nosso documentário não foi um documento fechado, detalhando cena a cena, como Sérgio Puccini (2012) definiu o roteiro. Para ele, há diretores de cinema que descartam a elaboração de um roteiro na produção de documentários (Sérgio Puccini, 2012), porém, diante de uma pergunta a ser respondida, o tempo curto e as diversas distrações “no” e “do” caminho, a elaboração de um roteiro enxuto e flexível nos manteve na direção para responder à pergunta que nos motivou a ligarmos as câmeras.

Além do roteiro, antes de iniciarmos as gravações, fizemos as escolhas das(os) personagens iniciais e encaminhamos os convites. Listamos, visitamos as possíveis locações e enviamos as solicitações de autorização de filmagem para os locais escolhidos. Os locais foram escolhidos de acordo com as vivências e desejo de nossa árvore e árvores amigas. Em Salvador, escolhemos gravar na Igreja do Bonfim, no IFBA – Campus Salvador (biblioteca, oficina de produção mecânica, laboratório de química e áreas comuns da instituição), na casa da Mangueira, na casa de tio Isinho, na quadra de basquete do condomínio onde moro, no Museu de Arte Moderna (MAM), que foi um local de atuação profissional de tio Tanzinho, e no Parque da Cidade. Em Terra Nova, selecionamos o Espaço Banguê e locais públicos da cidade (casa da usina, campo da mangueira, bueiro da usina, escola de professora Alice). E, escolhemos também o IFBA – Campus Camaçari e no Senai – Unidade Camaçari como locações para nosso documentário.

Com a definição e confirmação das locações, preparamos o roteiro para as entrevistas, escolhemos a cadeira de ferro e mangueira de PVC de tio Isinho e alguns outros elementos para composição das cenas, preparamos os planos de gravação, locamos equipamentos, adquirimos HDs para armazenamento do material, pensamos no figurino e como lidaríamos com nossa segurança durante as tomadas em locais públicos. Nesse momento, também montamos a equipe de filmagem.

Diante da complexidade de uma produção audiovisual, montar uma equipe experiente foi muito importante. O primeiro a compor a equipe foi Neto. Ele já estava na nossa lista desde nosso primeiro filme: *A árvore da juventude*. Ele se tornou um cineasta e foi o diretor da nossa nova produção. O segundo foi Glauco Neves, nosso diretor de fotografia, amigo e técnico audiovisual do IF Baiano, um profissional sensível e com uma fotografia impecável.

A família também compôs nossa equipe de filmagem. Além de entrevistada, ela foi imprescindível nesse momento da produção. Suas(seus) membras(os) organizaram as locações, quando as filmagens aconteceram em suas residências, as agendas, deram sugestões de roteiro, de figurino, separaram os artigos para a composição das cenas, alguns nos ajudaram até a carregar os equipamentos. Houve, ainda, aquelas(es) que estiveram atrás das câmeras junto com a gente e que incentivaram, forneceram informações e documentos, apontando outros caminhos possíveis. Também fizeram nossa segurança física e, por vezes, atuaram como agente de trânsito ou controladoras(es) de ruídos durante a filmagem.

Outro aspecto muito importante que observamos antes de começarmos a filmar foi o que chamamos de contratos. Dividimos em dois: os contratos burocráticos e os contratos afetivos. Ambos possuíam a mesma relevância. Os contratos burocráticos consistiam nas documentações formais, com regramentos, condições e definições bem estabelecidas. Compuseram os contratos burocráticos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o Termo de cessão de uso de imagem e voz, bem como o Termo de uso de documentos⁷⁹.

Contudo, foram os contratos afetivos que conferiram efetivamente segurança, estabilidade e construção coletiva entre nós. Os contratos afetivos consistiam nas infinitas conversas com elas(es), nas concessões feitas, no esforço de muitas(os) de se superarem. Ouvimos diversas vezes: *“só estou aqui por vocês... odeio câmera”* e o compromisso da gente em garantir que elas(es) ficassem à vontade e que fossem até onde era confortável para elas(es). Os contratos afetivos, trazidos pelo caminhar da produção, fortaleceram nossos

⁷⁹ Documentos nos apêndices D, E e F, respectivamente.

laços de amizade, carinho, admiração e respeito.

Prontas(os) para o próximo momento, começamos a rodar nosso filme em uma tarde de segunda-feira, na Rua da Mangueira, número 89, em Nazaré. Não à toa, iniciamos lá as nossas gravações. Crescemos ouvindo as histórias da casa da Mangueira e como aquele espaço era importante para nossa trajetória. Ela é a casa mais antiga da família, onde meu biso Antônio Teófilo de Castro morou, minha avó Belanice, tia Marita e tio Isinho nasceram e minha mãe e outras(os) membras(os) da família receberam suporte educacional para prosseguirem.

A filmagem foi um momento de descobertas, reencontros e aprendizagens. Realizamos 17 entrevistas, geramos mais de 20 horas de imagens, entre imagens para composição das cenas e entrevistas, que exigiram de nós flexibilidade. Durante as gravações, tivemos que ajustar as agendas diversas vezes. Precisamos também ajustar o enquadramento das câmeras e locação, por causa da iluminação ou por conta do barulho ou da circulação de pessoas, por exemplo.

Figura 38: Entrevista com Ieda Souza na casa da Mangueira



Fonte: Acervo pessoal.

Outro aspecto que devemos considerar é que as(os) entrevistadas(os) podem travar diante da câmera. Era ligar a câmera para que todas as histórias, que elas(es) contam com tanta tranquilidade e riqueza de detalhes, desaparecessem. Hoje achamos engraçado, mas, na hora, foi um pouco angustiante. Nós tivemos que entender e sentir que algumas coisas não

foram ditas por conta do nervosismo e outras porque elas(es) consideraram que não deviam falar.

Durante as filmagens, ficou explícito o quanto a natureza nos atravessa. Só conseguimos concluir essa etapa quando deixamos de tentar controlar os pássaros cantando, a chuva “fora de hora”, a posição do sol, o barulho da vida acontecendo, e trouxemos esses elementos para dentro e como parte integrante do nosso filme. A natureza e a vida acontecendo no cotidiano nos brindaram com cenas e elementos que dificilmente seriam previstos no roteiro.

Foi quando decidimos dançar na chuva, no sol a pino, com o soar de sirenes e buzinas ou com os cantos dos pássaros que gravar o filme se tornou possível. Foi no silêncio, no nervosismo e nas histórias não contadas nas entrevistas que atingimos a narração do nosso filme. Foi tecendo os acontecimentos, abismos, silêncios, chuva, barulhos, árvores e chão que chegamos à montagem do nosso documentário.

Câmeras desligadas, equipamentos desmontados e HDs em mãos, chegara hora de montarmos o filme. Iniciamos esse momento com a decupagem do conteúdo. A decupagem consiste na “análise minuciosa de todo o material bruto, ou seja, de tudo que foi gravado” (Tcharly Briglia *et al.*, 2018).

Levamos sete dias para revermos todo o conteúdo produzido, separando as falas por blocos temáticos: apresentação, histórico da formação, locais de formação, trabalho e questões relacionadas ao gênero. Nessa etapa, também selecionamos as imagens e enquadramentos das câmeras, bem como as imagens de arquivo (fotos, documentos, vídeos) que iriam compor as cenas.

Durante a decupagem, identificamos as lacunas a fim de definirmos os caminhos para a construção da nossa narração. Nosso objetivo, bisa, era contar a quem iria nos assistir “as coisas que ela(e) precisa saber e que pode não conseguir captar diretamente das imagens” (Barry Hampe, 1997, p. 09). Assim, lançamos mão de uma narração com linguagem simples, construída por meio de um diálogo entre toda a estrutura da nossa árvore. Reservamos também para a narração e as imagens da narração o enredo que ambienta o nosso filme, tais como: a mangueira, a nossa relação com a natureza, o caminhar descalças(os), o velho e o novo, o verde, a cadeira de ferro, o plantar e o brotar.

Concluída essa etapa, passamos para a edição. Nesse momento, o documentário tomou forma, já que “é na edição que a narrativa terá o ritmo e a sequência de planos definidos, criando, enfim, a mensagem geral a ser veiculada. A montagem define o controle

narrativo, por meio da sucessão de imagens e sons, em uma organização criativa e planejada” (Tcharly Briglia *et al.*, 2018, p. 92). Nessa etapa, o filme se assemelha a um grande quebra-cabeças, no qual vamos encaixando as narrativas até compor a obra. Após o filme montado, encaixamos a trilha sonora e os *letterings*. Fizemos os ajustes na fotografia e incluímos os créditos.

O resultado do nosso filme é esse: [Cartas para Afra!](#) Para validar nossa produção, questionamos mais uma vez os galhos que foram porta-vozes de nossas histórias. Reunimos alguns galhos na sala aqui de casa em uma tarde de domingo para assistirmos juntas(os). Entre muitos risos e silêncios, todas(o) aprovaram o documentário. Para elas(e), conseguimos contar e captar bem nossas trajetórias.

Tia Janete pontuou como a gratidão é um valor que permeia as oralituras de todas(os). Para ela, a noção de não caminharmos sós foi o ponto principal. Tio Tanzinho reforçou a importância do ensino técnico e aproveitou para contar mais detalhes sobre a tal boina azul.

Vinicius, por sua vez, afirmou que “*tá sussa*”. Ele falou que: “*uma vez ouvi que a gente planta árvores para que outras pessoas venham desfrutar da sombra, e eu acho que tem muito a ver. Nossas(os) avós fizeram um trabalho que passaram pelos pais, pela gente e está indo para nossas(os) filhas(os), que vão desfrutar daquela semente plantada lá atrás*”.

Duda não assistiu com a gente. Porém, após assistir ao documentário, ele afirmou que achou fantástico termos utilizado nossos apelidos, pois ele não sabia de todos. Compartilhamos, a pedido dele, as fotografias da nossa família que ilustraram o filme e ele não tinha. Para Duda, foi bom conhecer mais da nossa trajetória para entender a trajetória dele. Ele disse que:

E muito bacana, porque tem muita coisa assim que, pra mim, é bem elucidativo sobre a minha própria trajetória. Bem curioso, né? Mas, recentemente, há quase um aninho assim, eu tava pensando, pô, que arrependimento. Eu acho que era para ter seguido na Politécnica aqui da USP. É... pra você ver, né. Eu acho que talvez... Claro que não é isso. Mas tá no sangue, né? Eu uso na expressão de querer criar algo mais técnico, assim, da coisa. Mesmo eu indo mais pra uma parte de ciência social. Relações Internacionais, de certa forma, é uma mistura ali de um pouco de ciência social com a economia, direito, etc. Mas eu ainda tenho uma verbe, assim, que agora eu sei um pouco mais das origens. (Conversa com Duda)

Heide, galho de uma árvore amiga e porta-voz do G8, utilizou o *Whatsapp* para validar nosso filme (Figura 39).

Figura 39: Mensagem de Heide Damasceno



Fonte: Acervo pessoal

Heide compartilhou com as amigas do G8. Dayane, uma das membras, afirmou que:

Nossa, estou aqui emocionada. Que costura mais bonita que ela conseguiu fazer, trazendo a ancestralidade dela, a história da família, e costurando com a importância do ensino e da escola técnica. E agregando os valores junto com isso, e o quanto que foi importante esse caminho, determinante até para a família, para os que vieram depois, como isso foi um legado. E quanto que isso também reflète nas nossas famílias, porque pensando muito isso, nossa, como eu queria ter a sorte de ter uma prima para fazer isso com a minha família. Porque a gente tem muitas situações que se entrelaçam aí no meio do caminho, afinal, não é à toa que a gente se encontrou também nessa vida, e continua caminhando junto. Mas muito lindo, muito lindo, nossa. As suas falas, Heide, também, muito tocantes, trazer de volta esses momentos de mais de 20 anos atrás, esse tempo que a gente viveu, como diz o primo de Joice no vídeo, que eu falo sempre também, essa escola técnica aqui é uma escola da vida para a gente, de como foi determinante para sermos o que somos hoje. Apesar de depois termos seguido cada um dos seus caminhos, mas eu tenho certeza que foi determinante. E para as nossas famílias também, a fala que você traz também. E é interessante como isso se repete, é algo que os outros também trouxeram, inclusive um mais novo, que já estudou enquanto IFBA, que traz também essa fala da questão das amizades e do relacionamento com as famílias dessas amizades. Então, nossa, o quanto que foi e é importante para mim, para minha irmã, para meus pais, para nós todas. Que coisa mais linda. Gratidão, Heide, por você ter representado a gente lá, por ter compartilhado com a gente. Ficou a coisa mais linda. (Conversa com Dayane)

Além da nossa árvore e dos galhos de algumas árvores amigas, o documentário também foi prestigiado pela banca de defesa desse trabalho. Elas(e) pediram para aparecer no vídeo. Mas como diz tia Sofia, todas(os) nós estamos nele direta ou indiretamente em

cada gesto, traço e histórias que elas(es) trouxeram, afinal somos a mesma árvore. Assim, preferi permanecer por trás das câmeras.

Esperamos que a senhora, preciosa bisa, sinta-se honrada e goste também.

Com amor, suas(seus) artistas.

Uma carta para o começo

Nas águas de Oxum, 08 de dezembro⁸⁰

Minha doce e pequenina Afra,

“Somos os sonhos mais insubmissos de nossos ancestrais.”

Júlia Elisa (2023)

Eram umas cinco horas e alguns minutos da manhã do dia 30 de maio de 2024, quando os primeiros raios de sol atravessaram a fina cortina do meu quarto e me despertaram para um dos dias mais importantes e especiais da minha vida. Era uma quinta-feira, feriado de Corpus Christi, o sol estava tímido e o tempo instável, alternando entre chuvas finas e um céu aberto. No terreiro, em que cuidamos espiritualmente da sua chegada, tudo estava pronto para a festa de Oxóssi, o Rei da Nação Ketu. Mas, por um motivo justo, o meu destino não seria a roça, mas o hospital. Em algumas horas, seu nome ganharia um rosto, ar nos pulmões, um corpo e terra sob seus pés novamente.

Levantei e tomei um banho quente e breve. Peguei um macacão branco de viscose com alças largas e látex no busto, que era uma das poucas peças que ainda comportava gentilmente minha barriga de 38 semanas e seis dias. As malas estavam prontas na sala, seu pai também se aprontou rápido e me ajudou a vestir Ravi, que ainda dormia. Despedimo-nos de Mandela, nosso gato, e nos apressamos para sair de casa, pois sua avó Ieda já nos aguardava na portaria para nos acompanhar até o hospital.

Fui no banco de trás do carro, segurando as mãos pequenas de Ravi e observando as mangueiras espalhadas por todo o caminho. Impressionante quantas mangueiras existem em nossa cidade. Observá-las virou um hábito desde que me percebi galho de uma grande e antiga mangueira. Foi inevitável sentir e refletir no corpo e na alma como se estabeleceu e se reestabeleceu a nossa conexão com essa árvore inteira. Raízes, galhos, folhas, flores, frutos e, especialmente, o tronco que, naquele dia, ganharia um novo feixe, tornando mais robusto e forte a estrutura que liga a nossa copa, suspensa no ar, às nossas raízes, abrigadas na terra.

Por vezes, durante o percurso de quase 12km, sentimentos, memórias ou as músicas, que tocaram no rádio do carro, trouxeram lágrimas aos meus olhos, mas também um quentinho e uma paz a um coração ansioso. Sabia que não retornaria da mesma forma daquela caminhada, que começou muito antes daquele dia, que era muito mais longa do que os 12km que separavam a nossa casa do hospital e que tinha sido erguida, sedimentada, costurada, preparada e plantada árdua e amorosamente por muitas outras mãos para além das minhas que seguravam, como quem quisesse segurar o tempo, as mãos de Ravi.

80 Dia da rainha das águas doces Oxum (Fundação Palmares, 2023).

Já no hospital, o leito número 415 estava pronto e aguardando por nós. Uma das primeiras coisas que seu pai e eu fizemos naquele espaço foi pendurar um quadro com o desenho do continente africano e seu nome escrito artesanalmente com recortes de azulejos coloridos do lado de fora da porta para demarcar aquele que seria, por alguns dias, o nosso território. Não imaginávamos que seu nome despertaria tanta curiosidade. Foram inúmeras as visitas que recebemos de pessoas desconhecidas que questionavam o significado do nome Afra Kayala. A primeira pessoa a perguntar foi uma técnica de enfermagem que tinha ido me passar algumas orientações sobre a preparação para o parto.

Respondi, com muito orgulho, que Afra significava aquela que vem de África, terra fértil, mulher sagrada e Kayala, rainha das águas, avó da vida, que, na tradição do Candomblé Bantu, é a divindade Iemanjá. E completava: “Afra era o nome de minha bisavó”. Contudo, minha pequena, essa resposta, que parecia ou deveria ser simples, nem sempre foi tão óbvia.

Apesar de as histórias da minha bisavó permearem a minha vida desde a minha chegada por aqui, demorei 20 anos para saber o nome dela. Demorei mais 19 anos para descobrir que meu bisavô tinha o mesmo nome que seu pai, Rosalvo, e mergulhar nas histórias de nossa família, não apenas para ouvir e conhecer, mas para senti-la “no” e “com” o corpo e a alma.

Provavelmente, não conhecia minha própria história pela história das(os) minhas(meus) mais velhas(os) porque, desde muito cedo, fomos apresentadas(os) a uma narrativa que afirma não haver nada para além de violência, sofrimento, inferioridade e dor nas histórias das(os) nossas(os) ancestrais. Somos apresentadas(os) a uma história sobre um povo de tez escura, inferior e passivo, que, sem saberes ou juízo, teve no ideal da brancura, imposto no processo de colonização, por meio da religião cristã-monoteísta e da escola, alguma chance de se tornar gente. Arrancadas(os) do seu chão, aqui, nada mais eram do que instrumentos “no”, “do” e “para” o trabalho, assim como uma enxada, um machado ou uma foice.

Enquanto eu revivia esse engodo que por muito tempo foi a única história que conhecia sobre nossas(os) ancestrais, a técnica de enfermagem retornou ao quarto e pediu para eu deitar na maca, pois ela precisava medir minha pressão e escutar os batimentos do seu coraçãozinho que ainda se abrigava dentro do mim. Com um cardiotoco, ela começou a buscar o som do seu coração. Enquanto ela buscava seus batimentos, fixei o olhar na pele negra dela, de um tom menos retinto que o nosso, e me questionei como teria sido a trajetória daquela jovem negra para se preparar para aquele momento em que ela nos acolhia.

Mesmo sendo a maior parcela da população e da força de trabalho no país, há muito pouco sobre como se deu nossa formação “no”, “do” e “para” o mundo trabalho, contadas a partir das nossas perspectivas no campo da Educação Profissional no país. Ainda que possua em seu cerne o compromisso com uma educação integral e contra-hegemônica, há na historiografia da EPT discursos que reproduzem e reforçam a história única que perpetua a população negra como mera receptora das ações assistencialistas do Governo, ou força de trabalho carente de qualificação e saberes.

Foi nessa encruzilhada, minha pequena, que sua tataravó Afra me contou, por meio de uma carta, que havia muitas outras histórias relacionadas à formação dos povos negros “no”, “do” e “para” o mundo do trabalho, mas que, para acessá-las, eu precisava me reconectar com a natureza e voltar a me perceber árvore inteira. Árvore de onde, em poucas horas, você brotaria e da qual não pretendo deixá-la esquecer. O tum-tum, tum-tum do seu coração, bem ritmado, capturado pela técnica e amplificado pelo cardiotoço, consentiu.

Depois do exame, recebi as orientações da técnica para o asseio antes da cirurgia. Nesse momento, o nosso quarto já estava cheio. Além de sua avó Ieda, seu pai e seu irmão, Mille, Fábio e sua avó paterna, Janice, se juntaram a nós, antes que eu fosse tomar banho. Do banheiro, conseguia ouvir elas(es) conversando. Imediatamente, lembrei que, por meio das oralituras dessa mangueira inteira (raízes, tronco, copa, seivas, folhas, flores e frutos), outras vivências, saberes, valores, sentidos e percepções em relação à formação para atuação profissional emergiram. A partir destas conversas, podemos dizer que a formação da população negra no Brasil aconteceu, e considerando o tempo espiralar, ainda acontece de várias formas e, contrariando a história a que fui apresentada, as pessoas negras que aqui chegaram trouxeram muitos conhecimentos e saberes, que estruturam até hoje nossa cultura e sociedade.

As(os) africanas(os) vieram já aparelhadas(os) e habilitadas(os) para o trabalho forçado que as(os) esperava. Em África, esses povos já dominavam as técnicas de agricultura, mineração, arquitetura, comércio e tantas outras atividades. Já se organizavam em associações e movimentavam seus saberes e conhecimentos sobre matemática, química e física sempre em um sentido dialógico com a terra e suas mais diversas manifestações do divino.

Aqui no Brasil, essa população, por meio da oralidade e do compartilhamento de suas práticas, movimentou nos quilombos, nas plantações, nas minas, na casa grande, nos engenhos, nos seus tabuleiros e quitandas, seus saberes, forjando umas(uns) as(os) outras(os)

e suas(seus) descendentes. Muitas(os) também buscaram dominar a língua do colonizador para requerer para si e para as(os) suas(seus) direitos e melhores condições de trabalho.

Uma voz masculina estranha no quarto interrompeu meus pensamentos. Já era o maqueiro que nos conduziria ao centro cirúrgico. Apressei-me. Estava tão ansiosa para olhar para você. No percurso até a sala de cirurgia, fui contando as luminárias do teto. Lembrei de meu biso Rosalvo, que, no início do século XX, já dominava a eletricidade. Por conta do exercício da profissão de eletricista em Terra Nova, de onde partiu a carta de bisa Afra, tivemos contato com a formação de trabalhadores no chão da usina. “A usina era a universidade”, concluíram as(os) filhas(os) das(os) operárias(os) da UTN.

Além da usina, constatamos uma formação de meninos nas oficinas de capotaria, nos canteiros de obras, na marcenaria, como o primeiro espaço de preparação para o exercício de ofícios. As meninas, por sua vez, aprendiam e desenvolviam atividades domésticas, costura, e davam aulas de reforço para a vizinhança. Essa inserção precoce no mundo do trabalho, contudo, foi marcada pela desigualdade social e acompanhada pela necessidade de contribuir financeiramente com a família. A aquisição de um ofício em nossa família ocorria em paralelo à frequência escolar.

Assim como aquela técnica de enfermagem e o maqueiro que nos conduzia, a maioria dos galhos de nossa árvore forjaram-se em uma instituição de ensino técnico. Nessas escolas, elas(es) vivenciaram, para além da formação técnica, outras áreas de expressão como arte e esportes. Nossas(os) mais velhas(os) encontraram também na relação com mestras(es)/professoras(es) e nos aquilombamentos um espaço de acolhimento e uma formação integral, mesmo quando essa não era institucionalmente ofertada.

A formação técnica garantiu às(aos) netas(os) de bisa Afra o acesso a postos de trabalho com melhores salários, especialmente no Polo Petroquímico e em cargos públicos, no caso da docência. Essa formação foi decisiva para a ascensão social e financeira da nossa árvore-família. Diferente delas(es), que ingressaram nas escolas técnicas já com um ofício, a partir da minha geração, passamos a ingressar mais tarde no mundo do trabalho, tendo a infância resguardada. Apesar de relevante em nossa trajetória, o ingresso na EPT está menos frequente em nosso grupo. Atribuímos esse efeito à ascensão social e financeira que possibilitou à minha geração e a seguinte mais oportunidades e possibilidades de escolha.

Quando, enfim, chegamos no centro cirúrgico, fomos recebidas por uma equipe 100% feminina. As mulheres profissionais, assim como a população negra, também ocupam uma posição de desprestígio na historiografia. Como aquelas profissionais do centro cirúrgico,

também acessamos os postos de trabalho e, por vezes, executamos atividades tão pesadas quanto as tarefas destinadas aos homens.

Toda história, por mais diversa que sejam as vozes que a contam, possuem limitações. Ao contar uma história, quem conta sempre conta a partir da experiência dela(e). As pessoas falam a partir do que as afetou e ainda afeta. Na nossa caminhada não foi diferente. Foram muitas histórias e confluências, mas também silêncios. Portanto, nas nossas linhas, também há ausências. Coisas que nossa árvore julgou não ser oportuno apresentar e outras que, por envolver terceiras(os) sem dar a elas(es) o direito à resposta, decidimos não colocar.

Por mais que tenhamos ampliado as discussões no espaço e no tempo, as histórias apresentam as vivências e trajetórias de um determinado grupo, nesse caso, nossa família. Desse modo, os saberes que aqui movimentamos não almejam a universalização. Na contramão disso, as narrativas abrem o campo da EPT para *sentirfazerpensarmos* que há ainda muitas outras realidades a serem (re)conhecidas.

Você ainda vai chegar em um mundo brancocêntrico, minha menina. Nele, a história, em uma grande proporção, ainda é uma história branca e masculina das coisas, mesmo quando ela trata das nossas vivências e de temas que pretendem ser contra-hegemônicos, como a EPT. Assim, nossa proposta contou como se deu a formação da população negra “no”, “do” e “para” o mundo do trabalho por meio das experiências “na” e “da” nossa árvore. Contudo, achamos que, diante da diversidade de caminhos apresentados, cada carta escrita carrega muitas possibilidades de novos estudos. Sentimos, inclusive, que elas merecem esse aprofundamento.

Entendemos como urgentes novas pesquisas que estabeleçam uma ponte entre a historiografia da EPT com as palavras já escrituradas em relação à historiografia da educação “na”, “da” e “para” população negra, bem como a historiografia do trabalho no Brasil. Esses dois últimos campos estão mais avançados nas discussões relacionadas às experiências negras “na”, “da” e “para” a formação profissional e inserção “no”, “do” e “para” mundo do trabalho, interseccionando os debates com gênero e classe.

A partir do nosso caminhar com os pilares da cosmogonia da filosofia africana, sugerimos, também, a realização de pesquisas que visem apresentar as vivências diversas para *sentirfazerpensar* a formação profissional, incluindo outros sentidos para trabalho, vida, natureza, ou seja, outras ontologias. Estudos decoloniais e contracoloniais que não tentem ajustar as perspectivas de trabalho de um determinado grupo a conceitos já hegemonicamente estabelecidos, mas que ampliem e diversifiquem as formas de vivenciar, por exemplo, o

trabalho e a formação para ele em espaços como terreiros, aldeias, quilombos, família e cotidiano.

Enquanto pensava que as histórias não têm pontos finais e nos outros possíveis estudos que podem surgir a partir do nosso, senti um leve desconforto respiratório. A anestesista havia avisado que poderia acontecer caso minha pressão alterasse. Avisei a ela o que estava sentindo e imediatamente ela ajustou a medicação. Minha pressão, que tinha caído, se regularizou. Nesse momento, seu pai entrou no centro cirúrgico. Ele sentou ao meu lado e segurou minha mão. Senti a mão dele fria e um pouco trêmula.

Aquelas mãos, que denunciam um nervosismo não convencional, e o olhar sensível dele foram fundamentais para registrarmos muitas das nossas oralituras. Deixamos um documentário como semente para que a sociedade possa sentir e refletir que houve, e ainda há, outros caminhos para além dos impostos por uma história única, relacionados à população negra no Brasil. Esperamos, minha pequena, que nosso filme contribua para repensarmos nosso cotidiano, percebendo a diversidade de vida que há, e que isso possa, de alguma forma, indicar que, para a promoção de uma educação efetivamente emancipadora e a formação de sujeitos críticos, se faz necessário ampliar as bases conceituais e históricas da EPT, a fim de garantir a pluralidade e a diversidade de *sentirfazerpensar* a formação “no”, “do” e “para” o mundo do trabalho “na”, “da” e “para” a população brasileira.

Uns cinco minutos depois de seu pai entrar na sala, minha médica disse: “levante a cabeça para ver sua filha”. As mãos quentes e negras da técnica de enfermagem em minha nuca me auxiliaram. Assim, das águas de Oxum em meu ventre, na manhã do Rei de Ketu, às 10 horas e 59 minutos, um choro suave e doce anunciou que brotava no tronco do nosso Iroco um novo feixe de árvore. Você ganhou ar nos pulmões, um corpinho frágil e terra sob seus pés, colocando fim a uma enorme espera. Somos começo novamente. Seja bem-vinda, Afra!

Com todo amor, sua mangueira inteira

Referências

REFERÊNCIAS

ACHEBE, Chinua. *O mundo se despedaça*. Tradução de Vera Queiroz da Costa e Silva. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ADICHIE, Chimamanda N. *O perigo de uma história única*. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ADLER, Dilercy Aragão. Maria Firmina dos Reis: Consolidando a ressignificação de uma precursora. *Estudos Linguísticos e literários*, Salvador, n. 59, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/view/28875>. Acesso em: 14 out. 2023.

ÁGUIDA contando histórias. A Árvore de Sapatos. *YouTube*, 27 jun. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Rm-D4JJOmU>. Acesso em: 17 mar. 2023.

ALVES, Taís Mendes; CASTRO, Amanda Motta; OLIVEIRA, Eline Rodrigues de. Professoras negras e educação básica: revisitando pesquisas. *Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar*, Mossoró, v. 9, n. 31, 2023. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/download/5303/4050/17558>. Acesso em: 03 fev. 2024.

AMORIM, Rafaela Santos; SILVA, Raimundo Fábio da; SANTOS, Fábio Alexandre Araújo dos; NASCIMENTO, José Mateus do. Análise das publicações sobre a história da educação profissional na Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica. *Revista Brasileira de História da Educação*, mar. 2024. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/69774>. Acesso em: 18 dez. 2024.

ANDRADE, Luciana Dias. Cinema e Educação: um caminho para a implementação da Lei 10.639/2003. *Extensão em Debate – Revista da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Alagoas/UFAL*. Edição Especial, v. 11, n. 09, 2022. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/extensaoemdebate/article/view/14652/10090>. Acesso em: 27 set. 2024.

ANDRADE, Maria Raimunda Santana. Educação das relações étnico-raciais na educação profissional e tecnológica sob a perspectiva da formação integral. *Educação por Escrito*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 1-13, jan.-dez. 2024. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/poescrito/article/view/45369>. Acesso em: 01 dez. 2024.

ANJOS, Tiane Melo. A Escola Normal da Bahia no contexto da profissionalização e feminização do magistério primário no estado. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 8., 2016, Feira de Santana. *Anais eletrônicos*. Disponível em: https://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1477618153_ARQUIVO_tianemelodosanjos3.pdf. Acesso em: 14 out. 2023.

BAHIA, Silvana. “Eu desejo que meninas negras e indígenas possam sonhar com outros futuros e não só aqueles que estão socialmente dados para nós”. In: RIBEIRO, Karen. Uma conversa séria sobre Mulheres Negras na Computação e tecnologias. *Horizontes*, jul. 2020. Disponível em: <https://horizontes.sbc.org.br/index.php/2020/07/uma-conversa-seria-sobre->

[mulheres-negras-na-computacao-e-tecnologias/](#). Acesso em: 14 out. 2023.

BAIA, Larissa Maria dos Santos; COSTA, Ramon. Afroempreendedorismo feminino: uma trajetória entre resistência e precarização. *ESPM-Rio, Diálogo com a Economia Criativa*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 21, p. 78-90, set./dez. 2022. Disponível em: <https://dialogo.espm.br/revistadcec-rj/article/download/419/335/2257>. Acesso em: 27 jun. 2023.

BARATO, Jarbas Novelino. *Fazer bem feito: valores em educação profissional e tecnológica*. Brasília: UNESCO, 2015.

BARROS, Surya Pombo de. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 591-605, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/9ZhqHKsrZg987cSGqd7SbNg/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 out. 2023.

BELLO, Luiz. Em 2023, trabalho infantil volta a cair e chega ao menor nível da série. *Agência de Notícias IBGE*, out. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41618-em-2023-trabalho-infantil-volta-a-cair-e-chega-ao-menor-nivel-da-serie>. Acesso em: 11 fev. 2025.

BONAN, Amanda; CAMPOS, Marcelo. *Exposição “Um Defeito de Cor”*. Curadoria de Ana Maria Gonçalves, Amanda Bonan e Marcelo Campos. Salvador: Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira, 2024.

BONOMO, Juliana Resende. O tabuleiro afro-brasileiro: o abastecimento alimentar e a resistência das quitadeiras negras no Brasil do século XVIII. In: XXII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SP. *Anais eletrônicos*, Santos, 2014. Disponível em: https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/29/1405976865_ARQUIVO_OTABULEIROAFROanpuhsantos.pdf. Acesso em: 27 jun. 2023.

BORGES, Maria Manuela. As mulheres em África: dinâmicas informais de socialização, educação, reprodução e inovação cultural. *Revista Educação em Questão*, v. 22, n. 8, p. 7-33, jan./abr. 2005. Disponível em: https://mulheresnoper.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2019/09/GB_ART_44_AS_MULHERES_EM_AFRICA.pdf. Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. *Decreto n. 7.566*, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 18 maio 2022.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 4.048*, de 22 de janeiro de 1942. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4048.htm. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. *Lei de 15 de outubro*, de 1827, que manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim.-15-10-1827.htm. Acesso em: 19 fev. 2025.

BRASIL. *Lei Feijó*, de 07 de novembro de 1831, que declara livres todos os escravos vindos de fora do Império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html. Acesso em: 14 dez. 2024.

BRASIL. *Lei n. 10.639*, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 02 jan. 2022.

BRASIL. *Lei n. 11.645*, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 02 jan. 2022.

BRASIL. *Lei n. 13.006*, de 26 de junho de 2014. Acrescenta § 8º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113006.htm. Acesso em: 17 maio 2022.

BRASIL. *Lei n. 14.759*, de 21 de dezembro de 2023. Declara feriado nacional o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114759.htm. Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica*. Brasília, 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf. Acesso em: 18 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Linha do Tempo – EPT*. Brasília: MEC, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso_informacao/pdf-arq/linha-do-tempo-ept.pdf/view. Acesso em: 18 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Histórico da EPT*. SETEC. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept/historico-da-ept>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, 2013. Disponível em: <https://editalequidaderacial.ceert.org.br/pdf/plano.pdf>. Acesso em: 18 maio 2022.

BRITO, Cristóvão. *A Petrobrás e a gestão do território no Recôncavo Baiano*. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/jpst2/pdf/brito-9788523209216.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRIGLIA, Tcharly Magalhães; REIS JÚNIOR, Dilson Alves de Souza; PIANTAVINHA, Tainan Maria Barbosa de Souza; BARRETO, Betânia Maria Vilas Bôas. Pós-Produção. In: BRIGLIA, Tcharly Magalhães; REIS JÚNIOR, Dilson Alves de Souza; PIANTAVINHA, Tainan Maria Barbosa de Souza; BARRETO, Betânia Maria Vilas Bôas. *Programe-se: uma proposta de experimentação transmídia* [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788574555317.0005>. Acesso em: 10 out. 2023.

CARNEIRO, Keity Barbosa. *Jovens mulheres na Educação Profissional e Tecnológica: problematizações sobre gênero no IFBA – Campus Salvador*. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal da Bahia. Salvador, 2023.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. O trabalho infantil no Brasil contemporâneo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 551-569, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/Brjv4rnw8DvyYYKHFrjJsnK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CENTRO AFRO CARIOCA DE CINEMA. Zózimo Bulbul: o cinema de Zózimo Bulbul. *Centro Afro Carioca de Cinema*, 2013. Disponível em: <https://afrocariocadecinema.org.br/zozimo-bulbul/>. Acesso em: 27 set. 2024.

CHAGAS, Reimy Solange. *A união faz a força: expressões do mito familiar em famílias negras*. São Paulo: Intermeios, 2014.

CORREA, Marco Aurélio. Pequena África e os cotidianos da resistência: O cinema negro como possibilidades para a lei 10.639/03. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. l.], v. 10, n. Ed. Especial, 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/418>. Acesso em: 28 set. 2024.

CORREIA, Sandra. Seiva elaborada. *Revista de Ciência Elementar*, v. 03, mar. 2015. Disponível em: <http://doi.org/10.24927/rce2015.050>. Acesso em: 13 jun. 2024.

COSTA, Antonio Max Ferreira da; ANDRADE, Maria Adilina Freire Jerônimo de; NASCIMENTO, José Mateus. Artefatos da produção do conhecimento em trabalho e educação no século XIX. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v. 1, n. 22, e13465. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13465/3280>. Acesso em: 18 dez. 2024.

CRUZ, Theo. Fenomenologia das veredas: Sapatos de Arthur Bispo do Rosário. *In: XV ENECULT. Anais*, UFBA. Salvador, 2019. Disponível em: <http://www.xvenecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/111898.pdf>. Acesso em: 16 abr 2023.

CUNHA, Henrique. Metodologia da afrodescendência: uma discussão introdutória. *Blog Negro Nicolau*, 2015. Disponível em: <https://www.blognegronicolau.com.br/2015/12/metodologia-da-afrodescendencia-uma.html>. Acesso em: 15 maio 2022.

CUNHA, Luiz Antonio. *O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Flacso, 2000.

DESPRET, Vinciane. Pesquisar junto aos mortos. Tradução de Igor Rolemborg. *Campos*, v. 22, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/download/80501/pdf>. Acesso em: 17 out. 2023.

DIEESE. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Nota Técnica n° 278*, de 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2023/notaTec278EducacaoProfissional.html#:~:text=DIIEESE%20%2D%20nota%20t%C3%A9cnica%20%2D%20NT%20n%C2%BA,muito%20a%20avan%C3%A7ar%20%2D%20novembro%2F2023&text=laboral.&text=econ%C3%B4micas%20adotadas%20pelo%20pa%C3%ADs%20ao%20longo%20da%20hist%C3%B3ria.&text=inclus%C3%A3o%20social%20e%20a%20redu%C3%A7%C3%A3o%20das%20desigualdades>. Acesso em: 03 jan. 2025.

DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. E-book Kindle. São Paulo: Senac, 2019.

DORNELAS, Dandara. Palavras germinantes – entrevista com Nego Bispo. *Identidade!* São Leopoldo, v. 26, n. 1 e 2, p. 14-26, jan./dez. 2021. Disponível em: <http://revistas.est.edu.br/index.php/identidade>. Acesso em: 15 maio 2022.

ELISA, Júlia. *Terra sob as unhas*. Belo Horizonte: Impressões de Minas, 2023.

ESSÊNCIAS DA TERRA. Qual o significado do nome Afra. Dicionário dos nomes. *Essências da Terra*, 2023. Disponível em: <https://essenciasdaterra.com.br/qual-o-significado-do-nome-afra-dicionario-dos-nomes/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

FANON, Frantz. *Por uma revolução africana: textos políticos*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

FARTES, Vera Lúcia Bueno; MOREIRA, Virilene Cardoso (Orgs.). *Cem anos de educação profissional no Brasil: História e memória do Instituto Federal da Bahia: (1909-2009)*. Salvador: EDUFBA, 2009.

FARTES, Vera Lúcia Bueno. A Escola Técnica Federal da Bahia na memória dos anos de 1970: a construção social da qualificação e da identidade operária. *In: FARTES, Vera Lúcia Bueno; MOREIRA, Virilene Cardoso (Orgs.). Cem anos de educação profissional no Brasil:*

História e memória do Instituto Federal da Bahia: (1909-2009). Salvador: EDUFBA, 2009.

FEITOSA, Hillary de Lima; MASCENA, Keysa Manuela Cunha de. Mulheres negras empreendedoras e seus comportamentos de superação. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 02, abr.-jun. 2024. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pca/article/download/62592/37267/226945>. Acesso em: 03 jan. 2025.

FERNANDES, Aleksandra Nogueira de Oliveira; FERNANDES, Stenio de Brito; ESTEVÃO, Ady Canário de Souza. Historiografia da Educação Profissional no Brasil e sua relação com a presença das mulheres no mundo do trabalho. *Periódico Horizontes*, São Paulo, jun. 2024. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1584>. Acesso em: 31 jan. 2025.

FERNANDES, Fernanda. A história da educação feminina. *MultiRio*, 07 mar. 2019. Disponível em: <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/14812-a-historia-da-educacao-feminina>. Acesso em: 31 jan. 2025.

FERNANDES, Viviane Barboza; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 63, p. 103-120, abr. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/114868/112595>. Acesso em: 12 abr. 2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. FHC diz que aposentado antes dos 50 é “vagabundo”. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 12 de maio de 1998. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc12059802.htm>. Acesso em: 20 dez. 2024

FOLHA DE SÃO PAULO. FHC se explica na TV sobre “vagabundos”. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 16 de maio de 1998. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc16059825.htm>. Acesso em: 20 dez. 2024

FONSECA, Josemir Tadeu. Prédio da “Casa da Lenha” em Porto Seguro permanece fechado e sem finalidade. *Jojo Notícias*, 2018. Disponível em: <https://jojonoticias.com.br/sociedade/predio-da-casa-da-lenha-em-porto-seguro-permanece-fechado-e-sem-finalidade/>. Acesso em: 28 set. 2024.

FONSECA, Marcus Vinicius; ROCHA, Laura Fernanda Rodrigues. O Processo de institucionalização da Lei N°. 10.639/2003 na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. *Educação em Revista*, v. 35, e187074, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/YXTp7BmKB6MSTnGmfp4kCkc/>. Acesso em: 18 maio 2022.

FREITAS, Rony. Produtos Educacionais na área de Ensino da CAPES: O que há além da forma? *Educação Profissional e Tecnológica em Revista*, v. 5, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/profept.v5i2.1229>. Acesso em: 28 set. 2024.

FRUTÍFERAS. As partes de uma árvore frutífera: desmembrando a árvore. *Frutíferas*, 2024. Disponível em: <https://www.frutiferas.com.br/as-partes-de-uma-arvore>. Acesso em: 08 nov. 2024.

FUNDAÇÃO PALMARES. Calendário Internacional e Nacional da Cultura Negra. *Fundação Palmares*, Brasília, 03 fev. 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/fomento-a-cultura/calendario-internacional-da-cultura-negra#:~:text=Dia%202002%20%2D%20Plen%C3%A1rio%20da%20Constituinte,inafian%C3%A7%C3%A1vel%20e%20imprescrit%C3%ADvel%20\(1988\)](https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/fomento-a-cultura/calendario-internacional-da-cultura-negra#:~:text=Dia%202002%20%2D%20Plen%C3%A1rio%20da%20Constituinte,inafian%C3%A7%C3%A1vel%20e%20imprescrit%C3%ADvel%20(1988)). Acesso em: 17 mar. 2023.

GOMES, Edson Lili. Wesley Rangel: 1990. *YouTube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=inovTF8P2mg>. Acesso em: 20 jul. 2023.

GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Dizem as Quitandeiras...” Ocupações urbanas e identidades étnicas em uma cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 3-16, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/21>. Acesso em: 28 jun. 2023.

GOMES, João Paulo Pombeiro; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. O campo da energia elétrica no Brasil de 1880 a 2002. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/NWxd9HmK8wJBGKMPq6GcLqz/>. Acesso em 21 jul. 2024.

GOMES, Laurentino. *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares*. Rio de Janeiro: Globo Livros. 2019

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 23, ago.2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XknwKJnzZVFpFWG6MTDJbxc>. Acesso em: 28 jan. 2023.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2022.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: MARTUSCELLI, Danilo Enrico; SILVA, Jair Batista da (Orgs.). *Racismo, etnia e lutas de classes no debate marxista*. Chapecó: Ed. dos Autores, 2021.

GOUVEIA, Lucília. *Mulheres-Baobás: percursos escolares de professoras negras na microrregião de Francisco Beltrão, Paraná*. 2023. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2023. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/7068/2/Luc%C3%ADlia%20Gouveia%202023.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2025.

GRANJA, Rodrigo Souza. O petróleo é nosso e o conhecimento também: os 60 anos do desenvolvimento de recursos humanos na Petrobras. *Inc. Soc.*, Brasília, DF, v. 7 n. 1, p. 56-66, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1755/1961>. Acesso em: 28 nov. 2023.

HENNINGTON, Élide Azevedo. Apontamentos sobre Saúde do Trabalhador, gênero e raça em disciplina de pós-graduação: relato de experiência. *Saúde Debate*, Rio de

Janeiro, v. 47, n. especial 1, dez. 2023. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/tPTTkV4ZZgLRqpGDNV79wBh/?format=pdf&lang=pt>.
 Acesso em: 23 nov. 2023.

hooks, bell. *Pertencimento: uma cultura do lugar*. Tradução de Renata Balbino. São Paulo: Elefante, 2022.

hooks, bell. *Irmãs do inhome: mulheres negras e autorrecuperação*. Tradução de Floresta. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2023.

HAMPE, Barry. Escrevendo um documentário. Tradução de Roberto Braga. In: HAMPE, Barry. *Making Documentary films and reality videos*. New York: Henry Holt and Company, 1997.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/9605>. Acesso em: 17 out. 2024.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo escolar: Saiba mais sobre o panorama das mulheres na educação básica*. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em:
<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/saiba-mais-sobre-o-panorama-das-mulheres-na-educacao-basica>. Acesso em: 17 out. 2024.

KRENAK, Ailton. Ailton Krenak sobre a memória!! 13 nov. 2024. *Instagram: @gehislit*. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DCU1yl2pTEK/?igsh=YzljYTk1ODg3Zg%3D%3D>. Acesso em: 06 dez. 2024.

LEE, Spike. “Não podemos simplesmente sentar e deixar que outras pessoas definam nossa existência”. In: Centro Cultural Banco do Brasil, 25 fev. 2019. *Twitter: @CCBB_SP*. Disponível em: https://x.com/CCBB_SP/status/1099871556052897798?mx=2. Acesso em: 16 set. 2024.

LEITE, Fábio. Valores Civilizatórios em Sociedades Negro-africanas. In: MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *Introdução aos estudos sobre África Contemporânea*. São Paulo: Centro de Estudos Africanos da USP, 1984.

LEWKOWICZ, Ida; GUTIÉRREZ, Horacio; FLORENTINO, Manolo. *Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil*. São Paulo: EdUNESP, 2008.

LIMA NETO, Francisco Pinheiro. Manga: característica da planta. *Embrapa*, 08 dez. 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/manga/pre-producao/caracteristicas/planta#:~:text=O%20sistema%20radicular%20da%20mangueira,em%20per%C3%ADodos%20prolongados%20de%20estiagem>. Acesso em: 16 abr. 2024.

LIMA, Marcelo; CARIELLO, Lisia Nicoliello; DAMASCENO, Rosângela Aquino da Rosa. Crítica ao apagamento das mulheres no ensino industrial: a história da inserção feminina na Escola Técnica Federal do Espírito Santo (1950-1970). *Revista Brasileira de Educação*, v.

26, e260064, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260064>. Acesso em: 28 abr. 2024.

LOPES, Júlia. 28 de janeiro é o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. *Rádio Senado*, 24 jan. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2024/01/24/28-de-janeiro-e-o-dia-nacional-de-combate-ao-trabalho-escravo#:~:text=28%20de%20janeiro%20%C3%A9%20o,ao%20Trabalho%20Escravo%20%E2%80%94%20R%C3%A1dio%20Senado>. Acesso em: 28 jan. 2024.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. *Filosofias Africanas: uma introdução*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

MACHADO, Adilbênia Freire. ODUS: Filosofia Africana para uma metodologia afroreferenciada. *Voluntas: Revista Internacional de Filosofia*, ed. 10, p. 3-25, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/voluntas/article/view/39952/PDF>. Acesso em: 18 maio 2022.

MALTA, Pedro Paulo. Pequenos Notáveis: Dorival Caymmi. *Portal MultiRio*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://multirio.rio.rj.gov.br/portal/images/PDFs/biografia-dorival.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação Profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MARCATTI, Amanda Aparecida. Confissões do latifúndio: terra e trabalho no campo brasileiro. *Estudios Rurales*. Publicación del Centro de Estudios de la Argentina Rural. Argentina, v. 11, n. esp. 21, 2021. Disponível em: <http://portal.amelica.org/ameli/jatsRepo/181/1811731008/index.html>. Acesso em: 12 abr. 2022.

MARLON, Tony. Nêgo Bispo: quanto vale o nosso saber orgânico? *Instituto Elo*, 10 nov. 2023. Disponível em: <https://institutoelos.org/nego-bispo-quanto-vale-o-nosso-saber-organico/#:~:text=Sobre%20a%20pergunta%20poderosa%2C%20o,ele%20%C3%A9%20a%20nossa%20vida%E2%80%9D>. Acesso em: 04 mar. 2024.

MARTINS, Cléo; MARINHO, Roberval. *Iroco: o orixá da árvore e a árvore orixá*. Rio de Janeiro: Pallas, 2010.

MARTINS, Leda Maria. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. *Letras*, n. 26, p. 63-81, jun. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11881/7308>. Acesso em: 18 maio 2022.

MARTINS, Leda Maria. *Performances do tempo espiralar; poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MENDES, Roberto; CAPINAM, José Carlos. *Yá Yá Massemba*. São Paulo: Biscoito Fino, 2003.

MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca. Memoricídio das populações negras no Brasil: atuação das políticas coloniais do esquecimento. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 13, n. 24, p. 252-273, jan./jul. 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/20210/12575>. Acesso em: 12 abr. 2022.

MORAIS, Christianni Cardoso. Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? *In*: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (Orgs.). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016.

MUNANGA, Kabengele. Superando o racismo na Escola. Brasília: MEC, 2005. Disponível em: https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/superando_%20racismo_escola_miolo.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023.

NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2009.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. Organização Alex Ratts. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Cleonice Ferreira do. *Histórias de vida de professoras negras: trajetórias de sucesso*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2012.

NASCIMENTO, Fabrícia. A história da educação profissional no Brasil sob a perspectiva teórica da decolonialidade. *Revista Velho Chico*, Bom Jesus da Lapa, v.01, n.01, p. 39-45, abr/2021. Disponível em: <http://tvc.lapa.ifbaiano.edu.br/ojs/index.php/rvc/article/view/36>. Acesso em: 13 jun. 2022.

NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. Tradução de Mônica Saddy Martins. Campinas, SP: Papirus, 2001.

NGOMANE, Mungi. *Ubuntu todos os dias*. Tradução de Sandra Martha Dolinsky. Rio de Janeiro: BestSeller, 2022

NUZZI, Vitor. Mortalidade em acidentes de trabalho é maior entre homens e negros. *CUT*, 08 mar. 2022. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/mortalidade-em-acidentes-de-trabalho-e-maior-entre-homens-e-negros-0bb8>. Acesso em: 15 ago. 2024

OLIVEIRA, César Lins de; MORRISON, Judith. *Raça e Gênero nas Grandes Empresas: Um Perfil da Força de Trabalho do Brasil*. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), nov. 2021. Disponível em: <https://publications.iadb.org/pt/raca-e-genero-nas-grandes-empresas-um-perfil-da-forca-de-trabalho-do-brasil>. Acesso em: 14 jun. 2022

OLIVEIRA, Eduardo. *Cosmovisão Africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente*. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2021.

OS TRAPALHÕES e a Árvore da juventude. Direção: José Alvarenga Júnior. Columbia Pictures, 1991.

PILAR, Vitória. A carta de Esperança. *Revista Piauí*, 27 abr. 2023. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/carta-de-esperanca/>. Acesso em: 10 out. 2023.

PINHEIRO, Carla. A cor/raça das professoras de educação infantil do nordeste e a qualidade da educação. In: COPENE, 4., 2023, Maceió. *Anais eletrônicos*. Disponível em: <https://www.copenenordeste2023.abpn.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPIjtzOjQ6IjUxNjgiO30iO3M6MToiaCI7czozMjoiZTFmOTIINTBmNTkzMDcwMWRiZmYzODE0NjFhNTRhZTUiO30%3D>. Acesso em: 15 out. 2024

PORTAL GELEDÉS. Provérbios Africanos 2. *Portal Geledés*, 01 jun. 2012. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/proverbios-africanos-2/#:~:text=Quem%20faz%20perguntas%2C%20n%C3%A3o%20pode%20evitar%20as%20respostas.&text=O%20homem%20avarento%20est%C3%A1%20como,for%20privado%20de%20sua%20vida.&text=Como%20a%20ferida%20inflama%20o%20dedo%2C%20o%20pensamento%20inflama%20a%20mente>. Acesso em: 20 dez. 2023.

PRADO, Douglas Silva do. *Escolas Normais no Brasil no Período Imperial (1835-1889)*. 2020. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2020. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/570967>. Acesso em: 10 out. 2023.

PROJETO QUERINO: O Colono preto. Tiago Rogero. Rio de Janeiro: Rádio Novelo, 2022. Podcast. Disponível em: <https://projetoquerino.com.br/podcast-item/o-colono-preto/>. Acesso em: 05 jun. 2023.

PUCCINI, Sérgio. *Roteiro de documentário: da pré-produção à pós-produção*. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

QUERINO, Manuel. *O Colono preto como fator da civilização brasileira*. Coleção acervo brasileiro Volume 5, 2ª edição. Jundiaí: Cadernos do mundo inteiro, 2018. Disponível em: <https://cadernosdomundointeiro.com.br/pdf/O-colono-preto-como-fator-da-civilizacao-brasileira-2a-edicao-Cadernos-do-Mundo-Inteiro.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024.

RAMALHO, Simone Maria. *O Educandário do Sagrado Coração de Jesus: ideais e valores na formação da elite feminina baiana (1890-1936)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/17602/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Simone%20Maria%20Ramalho.pdf>. Acesso em: 09 out. 2023.

RAMPINELLI, Waldir José. Um genocídio, um etnocídio e um memoricídio praticados contra os povos latino-americanos. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 17 n. 30, p. 139-142, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25711/pdf>. Acesso em: 12 abr. 2022.

RIBEIRO, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada, 3ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

RIBEIRO, Ricardo. O trabalho como princípio educativo: algumas reflexões. *Saúde e*

Sociedade, v. 18, supl. 2, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902009000600007>. Acesso em: 23 nov. 2024.

RIBEIRO, Thiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen Sanches. É possível a conversa como metodologia de pesquisa? *In*: RIBEIRO, Thiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen Sanches (Orgs.). *Conversa como metodologia de pesquisa: por que não?* Rio de Janeiro: Ayvu, 2018.

RIBEIRO, Viraldo. A Escola em Terra Nova. *Bangüê*, Terra Nova, ago. 2005. Disponível em: <http://www.bangue.com.br/a-escola-em-terra-nova/>. Acesso em: 03 mar. 2022.

RUBIN, Rick. *O ato criativo: uma forma de ser*. Rio de Janeiro: Sextante, 2023.

RUSSO, Renato. *Vamos fazer um filme*. EMI Music Brasil Ltda.: 1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D3FdQsYQZCc>. Acesso em: 20 out. 2023.

SAMPAIO, Romilson Lopes; ALMEIDA, Ana Rita Silva. Da Escola de Aprendizizes Artífices ao Instituto Federal da Bahia: uma visão histórica da educação profissional. *In*: FARTES, Vera Lúcia Bueno; MOREIRA, Virlene Cardoso (Orgs.). *Cem anos de educação profissional no Brasil: História e memória do Instituto Federal da Bahia: (1909-2009)*. Salvador: EDUFBA, 2009.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos: modos e significações*. Brasília, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Antônio Bispo dos Santos em directo. *YouTube*, 28 out. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XZhhs98SVxc&t=1563s>. Acesso em: 17 set. 2022.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Eu vou falar de nós ganhando. Porque pra falar de nós perdendo eles já falam. 02 dez. 2023. *Instagram: @rocadequilombo*. Disponível em: <https://www.instagram.com/rocadequilombo/reel/C0WuAEmO0NL/>. Acesso em: 02 dez. 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Nós somos começo, meio e começo. Existiremos sempre sorrindo nas tristezas para festejar a vinda das alegrias. Nossas trajetórias nos movem, nossa ancestralidade nos guia. *Instagram: @rocadequilombo*, 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DDNqPsnvC20/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWF1ZA==. Acesso em: 06 dez. 2024.

SANTOS, Elaine Cristina Moraes. *GRIOT DIGITAL: ressignificando a ancestralidade afro-brasileira na educação*. 2020. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

SANTOS, Isadora. A figura revolucionária de Marcus Garvey. *Revista Raça Brasil*, ed. 227, ago. 2021. Disponível em: <https://revistaraca.com.br/wp-content/uploads/2021/08/Revista->

[Raca-227-DIGITAL_compressed.pdf](#). Acesso em: 12 abr. 2022.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2019.

SEBRAE. A presença da mulher preta empreendedora no mercado atual. SEBRAE, fev. 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/pe/artigos/a-presenca-da-mulher-preta-empreeendedora-no-mercado-atual,af43bbe567826810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SESC SP. SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. Saudação a Iroko. Sesc SP, 2023. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/editorial/saudacao-a-iroko/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 4, 2002. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38726/20255>. Acesso em: 10 out. 2023.

SILVA, Ana Célia da. *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. Salvador: EDUFBA, 2001.

SILVA, Letícia Cavalcante Lima. Escolas Normais na Bahia: formação docente feminina e progresso. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11., 2022, Salvador. *Anais eletrônicos*. Disponível em: https://www.encontro2022.bahia.anpuh.org/resources/anais/15/anpuh-ba-eeh2022/1657063707_ARQUIVO_7abfb1da3065103bc697bad1098ebe98.pdf. Acesso em: 14 out. 2023.

SILVA, Naiaranize. Movimento estudantil e participação política na Escola Técnica Federal da Bahia – ETFBA. In: FARTES, Vera Lúcia Bueno; MOREIRA, Virleene Cardoso (Orgs.). *Cem anos de educação profissional no Brasil: História e memória do Instituto Federal da Bahia: (1909-2009)*. Salvador: EDUFBA, 2009

SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 17, p. 57-71, jan. 1996. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/As-ganhadeiras%3A-mulher-e-resist%C3%Aancia-negra-em-no-Soares/673a868bac283e2c070908b944ac5dce918e6346>. Acesso em: 27 jun. 2023.

SODRÉ, Muniz. *Reinventando a Educação: diversidade, descolonização e redes*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

SOMÉ, Sobonfu. *O Espírito da Intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar*. Tradução de Deborah Weinberg. 2. ed. São Paulo: Odysseus, 2002.

SOUZA, Neusa S. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TOBIAS, José Antonio. *História da Educação Brasileira*. 5. ed. São Paulo: Ibrasa, 1986.

VARGAS, Lina María. *Poética del peinado afrocolombiano*. Alcaldía Mayor de Bogotá D.C.: Instituto Distrital Cultura y Turismo, 2003.

VIANA, Iamara da Silva; NETO, Alexandre Ribeiro; GOMES, Flávio. Escritos insubordinados entre escravizados e libertos no Brasil. *Estudos Avançados*, n. 33, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/NtZ6zWTv4XsjchZ98qfHRvn/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

XAVIER, Ernesto. IROKO – TEMPO – LOCÔ. *Instagram*, nov. 2024 @ernestoxavier. Disponível em: <https://www.instagram.com/ernestoxavier/reel/DCT510fJtog/>. Acesso em: 03 dez. 2024.

WOHLLEBEN, Peter. *A vida secreta das árvores*. Tradução de Petê Rissatti. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

WOODSON, Carter Godwin. *A (des)educação do negro*. Tradução de Naia Veneranda. São Paulo: Edipro, 2021.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL



PROFEPT IFBA APRESENTA:

Partas para Afra

Documentário de
Cássia Santana | Mariana dos Santos

As (Os) Castro Sous(z)a

uma produção **ProfEPT – IFBA** em coprodução com **Attack Estúdio** | direção e roteiro: **Cássia Santana** | orientação de pesquisa: **Mariana Fernandes** | diretor de fotografia: **Glauco Neves** | Som direto e Montagem: **Rosalvo Santana Neto** | figurino: **Dona Joca** | música original e trilha sonora: **Adriano Veloso** | programação visual: **Pedro Fernandes e Thiago Ferreira** | segurança: **Edilson Cruz** | fruto da pesquisa “Cartas para Afra: por oralituras e outras palavras escrituradas para a formação de trabalhadoras(es) negras(os) no, do e para o mundo do trabalho” de **Cássia Santana**.

PRODUÇÃO

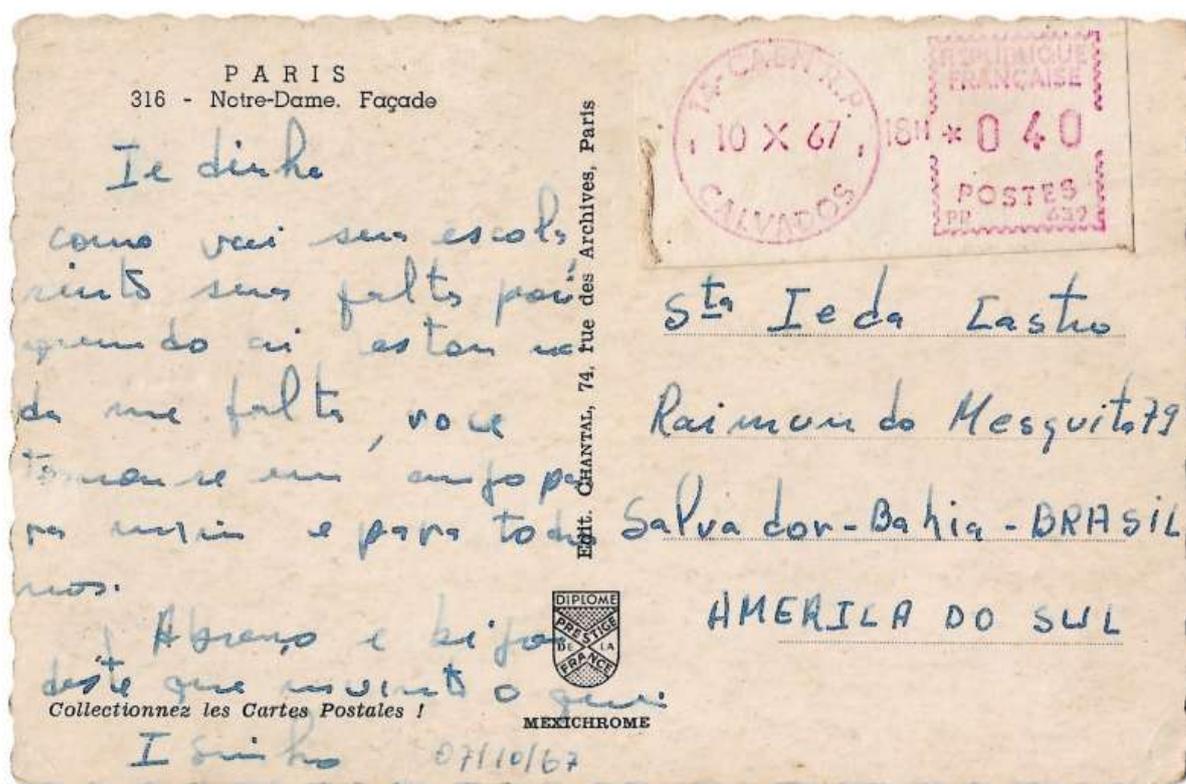
PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL
Bahia

COPRODUÇÃO

ATTACK ESTUDIO
film and color

APÊNDICE B – POSTAL E TRANSCRIÇÃO DO POSTAL DE ISINHO PARA IEDA



Iedinha

Como vai sua escola? Sinto sua falta pois quando ai estou nada me falta, você tornou-se um anjo para mim e para todos nós.

Abracos e beijos deste que muito a quer.

Isinho 07/10/67

APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO DA CARTA DE AFRA

Terra Nova 15 de Novembro de 1926

Querida Prima Bune

Saúde e felicidade que eu desejo a você e a todos que nos pertence. Mande dizer se voce já recebeu o dinheiro dos calçados e para voce mandar os calçados a té o dia 22 deste mes sem falta porque tenho grande necessidade não esperi por a Aloysio vae 40\$000 mil reis para voce comprar 2 peças de madraсто da que voce mandou me falar teve dinheiro para registrar os sapatos e para o resto do (vire)

... que ficou faltando dos calçados. Se ficar troco voce compre algodãozinho essas encomendas voce manda por Aloysio. diga a Santinha que mande a resposta de Amelia que ella esta esperando. diga a Santinha se ella ver Paulo Moureira. que é para dizer a elle que me mande uma marcha e a um rei que é para o terno Brazil entre flores.. botar musica. que eu pago as dispezas voce mande por Aloysio ou pelo correio Morena vae nos principio de Dezembro o dinheiro que vai para o malquizete lilaz você compre ou malquizete branco o filó se não de para os dois cottes voce ... (vire)

...voce compre um Lembranças a todos conhecidos e parentes mande dizer quando voce vem que e para dizer a sua comadre olhe ella esta lhe esperando para batizar a menina o dinheiro vae pelo correio com o nome de Quintino mande o sapato ate o dia 22. adeus lembrança de todos de cá.

Afra Maria Souza

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA****Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE é um documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa a qual se propõe participar.

Os Comitês de Ética em Pesquisa – CEP são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar do projeto **“CORPOS NEGROS EM PERFORMANCE E ORALIDADE: A formação de trabalhadoras(es) negros no e para o mundo do trabalho, da pós-abolição à contemporaneidade na Bahia”**, sob a responsabilidade da pesquisadora principal Cássia Maria Souza Costa Santana.

O nosso objetivo é produzir um documentário que demonstre como se deu a formação de trabalhadoras(es) negras(os), de um mesmo grupo familiar, “no” e “para” o mundo do trabalho, do período pós-abolição até a contemporaneidade na Bahia, indicando aproximações e divergências entre a história apresentada pela literatura sobre a EPT e a história vivida pelo grupo, e resgatando, a partir de suas oralituras, seus saberes, modos de movimentação de conhecimento, valores e ancestralidade.

A sua participação é voluntária e se dará em três momentos. O primeiro momento consiste na concessão de entrevista gravada em áudio e vídeo, com duração de no máximo duas horas, em local, data e horário pré-agendados com sua anuência. A entrevista visa levantar suas vivências e perspectivas sobre sua trajetória formativa para atuação profissional. Cabe ressaltar, que outro momento de entrevista poderá ser demandado no decorrer da pesquisa com objetivo de dirimir dúvidas ou pontos relevantes apontados pelos(as) demais entrevistados(as). O segundo momento consiste na concessão de acesso a documentos (fotos, diplomas, certificados, históricos escolares) relacionados à sua formação no e para o trabalho. A documentação cedida será coletada, escaneada e devolvida em local,

data e horário de acordo com sua conveniência. Caso prefira, a documentação poderá ser escaneada pela pesquisadora no mesmo dia e local da entrevista ou enviadas pelo (a) senhor (a) para o e-mail da pesquisadora responsável: cassiascsant@gmail.com. Por fim, o terceiro momento consiste na avaliação do documentário por meio de questionário impresso após exibição do vídeo. Essa etapa visa garantir que a obra apresenta a história contada e que a construção do produto não acarretará danos ao(à) participante ou a terceiros(as). Caso haja observações ou desconfortos, o produto será ajustado ou reeditado, até atingir a anuência de todos(as) envolvidos(as) na pesquisa.

Compreendemos que o estudo pode, mesmo que mínimos, apresentar riscos. Desse modo, apresentamos abaixo os possíveis riscos da pesquisa e as ações de prevenção e/ ou mitigadoras que serão adotadas:

POSSÍVEIS RISCOS	AÇÕES PREVENTIVAS E/ OU MITIGADORAS
Desconforto e/ ou constrangimento da (o) participante em narrar sobre algum tópico da entrevista ou em recordar fatos e situações desconfortáveis e / ou de violência.	Possibilitar que o (a) participante fique à vontade para não responder às questões que julgar constrangedora e/ ou que o (a) conduzam a recordar situações desconfortáveis e / ou de violência. Caso ocorra, garantiremos que a (o) participante receba atendimento e assistência psicológica adequadas. De antemão, indicamos a ADAB – Ambulatório Docente – Assistencial da Bahiana; CAPS – Centro de Atenção Psicossocial para atendimento quando e se necessário.
Desconforto e/ ou constrangimento da (o) participante em participar de entrevista gravada em áudio e vídeo.	Garantir o sigilo das imagens e voz aos (às) participantes, informando que os arquivos, que não possuem autorização expressa para publicação, não serão utilizados no documentário e que servirão apenas como dado para produção de conhecimento científico.
Compartilhamento de informações pessoais e / ou de terceiros.	Garantir ao (à) participante que as informações, imagens, voz e documentos somente serão publicados quando não forem dados sensíveis e com a anuência expressa do (a) participante.
Invasão de privacidade, interferência na vida e rotina das (os) participantes	Garantir ao (à) participante que a entrevista seja realizada em local, data e horário escolhido pelo (a) participante, a fim de não comprometer e/ ou interferir na vida e rotina das (os) envolvidas na pesquisa.
Divulgação de dados sensíveis	Garantir ao (à) participante que informações que estigmatize, discrimine, faça menção a violência, sexualidade e / ou atos ilegais serão mantidas em sigilo, não sendo utilizada sob nenhuma hipótese no documentário produzido ou para outros fins distintos aos da pesquisa.
Perda e / ou extravio dos dados coletados	Garantir que as entrevistas e documentos escaneados ficarão salvos em HD externo exclusivamente destinado para este fim, bem como garantir backup em cartões de memória e no computador da pesquisadora responsável. Ressaltamos que os dados da pesquisa não serão guardados em ambientes na web, a fim de garantir a integridade e o sigilo das informações.

Quanto a utilização da imagem e voz de forma indevida, é importante esclarecer que esta pesquisa seguirá os protocolos de ética estabelecidos pelo Instituto Federal da Bahia e das Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde

e suas complementares, e a utilização está condicionada a liberação expressa por meio da assinatura do Termo de cessão de direito de uso de imagem e voz, e Termo de uso documental.

Informamos ainda que mesmo com a flexibilização do uso de máscaras de proteção, por meio do Decreto nº 21.974, de 28 de março de 2023 do Governo do Estado, e atual estágio da Covid-19 na Bahia, manteremos as medidas protetivas e a utilização de máscaras faciais, álcool em gel e distanciamento durante as entrevistas e levantamento documental.

Se o(a) senhor(a) aceitar participar, contribuirá para a produção de um produto educacional que favorecerá o debate étnico-racial no país e apresentará contranarrativas sobre a historiografia da EPT na Bahia e no Brasil. A pesquisa tem ainda como benefícios a proposição de um estudo afrorreferenciado sobre a EPT, favorecendo e indicando metodologias contra-hegemônicas de se *sentirfazerpensar* a produção científica; a proposição da aplicação da lei nº 10.639/03 no ProfEPT IFBA; a valorização de outros (as) personagens e espaços formativos da população negra “no” e “para” o mundo do trabalho nos séculos XX e XXI e, por fim, a apresentação da EPT a partir de outras perspectivas distintas das eurocentradas, a fim de favorecer o debate sobre a formação emancipadora e integral de cidadãos(ãs) críticos(as) e a sua efetivação como política pública.

Caso o (a) senhor (a) sentir-se incomodado (a) em participar da pesquisa, tiver ou apresentar qualquer desconforto com a utilização de sua imagem, voz, documentos ou até mesmo resolver desistir de participar da pesquisa por qualquer outro motivo, poderá solicitar cancelamento de sua participação a qualquer tempo; ainda, se mesmo depois de consentir sua participação desistir em qualquer uma das fases tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

Não haverá despesas pessoais para o (a) participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação, que será voluntária. Se existir qualquer despesa adicional relacionada diretamente à pesquisa, tais como, deslocamento para o local da entrevista, alimentação e/ ou custos para a digitalização de documentos, a mesma será absorvida pelo orçamento da pesquisa. Sendo, porém, indenizado(a) por eventuais danos decorrentes desta pesquisa e ressarcido de algum custo que, porventura, vier a ter relacionado ao estudo.

Os resultados da pesquisa serão divulgados aqui no Instituto Federal da Bahia, podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais brutos utilizados na pesquisa ficarão sobre a guarda da pesquisadora.

Se o (a) senhor (a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor, entre em contato com Cássia Maria Souza Costa Santana, no endereço: Rua João Durval, Condomínio João Durval, nº 510. Pernambués. CEP: 41100-075. Salvador, BA – Brasil. Telefones: (71) 99168-7540/ (71) 3015-8187, e-mail: cassiascsant@gmail.com.

Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (CEP/ IFBA). O CEP é composto por profissionais de diferentes áreas cuja função é defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. As dúvidas sobre os direitos do (a) participante da pesquisa podem ser obtidas no

endereço: Av. Araújo Pinho, nº 39, Canela, 2º andar. CEP: 40.110-150. Salvador – BA, telefone: (71) 3221-0332, e-mail: cep@ifba.edu.br.

O (A) senhor(a) receberá uma via deste termo assinado onde consta o telefone e o endereço institucional da pesquisadora principal e do CEP, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Consentimento Pós-Informação,

Eu, _____, fui informado(a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso desistir de participar a qualquer momento.

Salvador, ____ de _____ de 2023

Assinatura do(a) participante

Assinatura da pesquisadora responsável

APÊNDICE E – TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

Termo de cessão de uso de imagem e voz para fins de pesquisa

Eu, _____,
CPF: _____, participante do estudo **“CORPOS NEGROS EM PERFORMANCE E ORALIDADE: A formação de trabalhadoras(es) negros no e para o mundo do trabalho, da pós-abolição à contemporaneidade na Bahia”**, de forma livre e esclarecida, cedo o direito de uso das fotografias, vídeos e voz adquiridos durante minha participação na pesquisa, e autorizo a pesquisadora, Cássia Maria Souza Costa Santana, bem como ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), responsáveis pelo trabalho a:

1- utilizar e veicular as fotografias, vídeos e voz obtidas durante minha participação na pesquisa para elaboração de dissertação e produto educacional (documentário), que demonstrem como se deu a formação de trabalhadoras(es) negras(os), de um mesmo grupo familiar, no e para o mundo do trabalho, do período pós-abolição até a contemporaneidade na Bahia, para fim de obtenção de grau acadêmico e divulgação científica;

2- utilizar as fotografias, vídeos e voz na produção de quaisquer materiais acadêmicos, inclusive aulas e apresentações em congressos e eventos científicos, por meio oral (conferências) ou impresso (pôsteres ou painéis); na publicação de artigos científicos em meio impresso e/ou eletrônico para fins de divulgação, sem limitação de número de inserções e reproduções;

3- no caso de imagens, executar livremente a montagem das fotografias, realizando cortes e correções de brilho e/ou contrastes necessários, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as exclusivamente para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida;

4- no caso da voz, executar livremente a edição e montagem do trecho, realizando cortes e correções necessárias, assim como de gravações, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as exclusivamente para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida.

O participante declara que está ciente que não haverá pagamento financeiro de

qualquer natureza neste ou em qualquer momento pela cessão das fotografias, dos vídeos e da voz, e que está ciente que pode retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, salvo os materiais científicos já publicados.

É vedado à pesquisadora utilizar as fotografias, os vídeos e a voz para fins comerciais ou com objetivos diversos da pesquisa proposta, sob pena de responsabilização nos termos da legislação brasileira. A pesquisadora declara que a presente pesquisa será orientada pelos normativos éticos vigentes no Brasil.

O participante receberá uma cópia assinada e datada deste termo.

Salvador, __ de _____ de 2023.

PESQUISADORA RESPONSÁVEL
CPF: 011.178.465-47

PARTICIPANTE DO ESTUDO
CPF: _____

APÊNDICE F – TERMO DE CESSÃO DE USO DE DOCUMENTOS



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

Termo de cessão de uso de documentos para fins de pesquisa

Esta é uma solicitação de autorização para uso de documentos de acervo pessoal na pesquisa intitulada **“CORPOS NEGROS EM PERFORMANCE E ORALIDADE: A formação de trabalhadoras(es) negros no e para o mundo do trabalho, da pós-abolição à contemporaneidade na Bahia”**, a ser realizada em Salvador/ Bahia, pela pesquisadora Cássia Maria Souza Costa Santana, que tem como objetivo principal a produção de um documentário que demonstre como se deu a formação de trabalhadoras(es) negras(os), de um mesmo grupo familiar, “no” e “para” o mundo do trabalho, do período pós-abolição até a contemporaneidade na Bahia, indicando aproximações e divergências entre a história apresentada pela literatura sobre a EPT e a história vivida pelo grupo, e resgatando, a partir de suas oralituras, seus saberes, modos de movimentação de conhecimento, valores e ancestralidade, e utilizará a seguinte metodologia: entrevistas individuais gravadas em áudio e vídeo e levantamento documental.

Assim sendo, solicitamos sua valiosa colaboração, no sentido de autorizar o acesso e utilização de fotos, certificados, históricos escolares, diplomas e demais documentos que ilustrem a sua formação profissional, pela pesquisadora responsável Cássia Maria Souza Costa Santana.

Salientamos que os dados coletados serão mantidos em sigilo de acordo com as Resoluções nº 510/2016 – Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, que tratam da Pesquisa envolvendo Seres Humanos, e utilizados tão somente para realização deste estudo. Os documentos poderão compor o documentário apenas mediante anuência e autorização expressa do(a) participante.

A fim de evitar riscos de danos aos documentos, a documentação cedida será coletada, escaneada e devolvida em local, data e horário de acordo com sua conveniência. Caso prefira, a documentação poderá ser escaneada pela pesquisadora no mesmo dia e local da entrevista ou enviadas pelo (a) senhor (a) para o e-mail da pesquisadora responsável: cassiascsant@gmail.com.

Os dados coletados serão guardados em local HD externos de uso exclusivo, sem acesso à internet, sob a responsabilidade da pesquisadora responsável e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os participantes, que não concordarem com a publicização, por meio do documentário, dos documentos.

A instituição ficará com uma via deste documento, elaborado em duas vias, e toda dúvida que tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente à Pesquisadora responsável, Cássia Maria Souza Costa Santana, pelos telefones: (71) 99168-7540/ (71) 3015-8187, e-mail: cassiascsant@gmail.com.

Dúvidas a respeito da ética dessa pesquisa poderão ser questionadas ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (CEP/IFBA). O CEP é composto por profissionais de diferentes áreas cuja função é defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. As dúvidas sobre os direitos do (a) participante da pesquisa podem ser obtidas através do telefone: (71) 3221-0332, e-mail: cep@ifba.edu.br.

Consentimento para uso de documentos

Por ter sido informado verbalmente e por escrito sobre os objetivos e metodologia desta pesquisa, concordo em autorizar o manuseio e a utilização dos documentos pessoais supracitados.

Esta autorização está condicionada à aprovação prévia da pesquisa citada por um Comitê de Ética em Pesquisa e ao cumprimento das determinações éticas propostas nas Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 – Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde e suas complementares.

O descumprimento desses condicionamentos assegura-me o direito de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa.

Salvador, ___ de _____ de 2023

Assinatura do(a) participante

Assinatura da pesquisadora responsável

APÊNDICE G – ROTEIRO DE ENTREVISTA



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

Roteiro da entrevista

1. Identificação

- Nome:
- Data de nascimento:
- Local de nascimento:
- Filiação:

2. Infância

- Onde você cresceu?
- Conte como foi sua infância;
- Como era o trabalho de seus pais?
- Como você enxergava o trabalho e a relação dos seus pais com o trabalho?
- Onde você estudou? Como foi sua formação?

3. Formação “no” e “para” o trabalho

- Quando você iniciou sua vida profissional ou sua relação com o trabalho?
- Como adquiriu esse ofício?
- Conte como foi sua trajetória para formação e atuação profissional (locais, atividades, pessoas importantes, experiências, histórias e momentos marcantes).

4. Trabalho, modos de movimentação do conhecimento e valores

- Você consegue identificar alguma relação ou influência entre as atividades laborais da sua família e sua atuação? Se sim, conte sobre.
- Você consegue identificar algum valor ou conhecimento transmitido por você sobre o trabalho para seus filhos ou outras gerações? Se sim, quais.

APÊNDICE H – QUESTIONÁRIO DE VALIDAÇÃO



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

Questionário de validação do documentário

NOME: _____

A partir da exibição do documentário, responda as questões abaixo:

1. Você está de acordo com conteúdo apresentado no documentário?

() Sim () Sim, com ressalvas () Não

Caso tenha respondido “Sim, com ressalvas” ou “Não”, indique abaixo as suas considerações.

2. Em relação participação no documentário, você está satisfeito com os trechos da sua entrevista, imagens e documentos utilizados?

() Sim () Sim, com ressalvas () Não

Caso tenha respondido “Sim, com ressalvas” ou “Não”, indique abaixo as suas considerações.

3. Você identificou algum conteúdo no documentário que pode causar constrangimento, desconfortos, invasão de privacidade, divulgação de dados sensíveis e/ou qualquer informação que possa causar danos materiais, emocionais e psicológicos a você ou a

terceiros?

Sim Não

Caso tenha respondido “Sim”, indique abaixo qual ou quais.

4. Você acha que o documentário consegue exemplificar como se deu a formação de trabalhadoras(es) negras(os) “no” e “para” o trabalho do período da pós-abolição à contemporaneidade na Bahia?

Sim Não

Caso tenha respondido “Não”, indique os motivos.

5. Você acha que essa produção contribuirá com o debate sobre a educação para relações étnico-raciais no país?

Sim Não

Caso tenha respondido “Não”, sinalize por quê.

6. Diante das questões supracitadas, você está de acordo com a publicização do material exibido?

Sim Sim, com ressalvas Não

Caso tenha respondido “Sim, com ressalvas” ou “Não”, indique abaixo as suas considerações.

Anexos

ANEXO A – CARTA DE AFRA

Terras
 Terra Nova 15 de Novembro de 1926

Senhorita Prima Buse

Saude e felicidade que eu desejo
 a voce e a todos que nos pertencem.
 Ainda dizer se voce ja recebeu
 o dinheiro dos calçados para voce
 mandar os calçados a te o dia
 22 deste como sem falta porque
 tenho grande necessidades não esperi
 por a Heloysia voce 40000 mil
 reis para voce comprar 2 peças de
 madraço da que voce mandou
 me falar teve dinheiro para regis
 trar os sapatos e para o resto do.

W. D. U.

que ficou faltando dos calcados.
 se ficar troca voce compra algodão
 junto essas encomendas voce manda
 por Atalysio. diga a Santinha que
 mande a resposta de Abuelia que
 ella esta esperando. diga a
 Santinha se ella ver Paulo
 Mourira que e para dizer
 a elle que me mande uma
 inarcha e o, uma rei que e para
 o termo Brazil entre flores. Costar
 musica. que eu pago as despesas
 voce manda por Atalysio ou pelo
 correio Maraca vai nos principio
 de Dezembro o diabinho que vai
 para o malquizele lizo. voce compra
 ou malquizele branco o fito se
 nao de para os dois colles voce

W. V. B.

voce compae um Lembra
ças a todos conhecidos e parentes
mande dizer quando voce
vem que e para dizer a
sua commadre olhe ella esta
lhe esperando para batizar a
menina e de hizeira vai pelo
correo com o nome de Quin
tino mande o sapato a te
o dia 22. adies lembran
ças de todos de ca

Mãe Maria Souza

ANEXO B – ODE A DONA POMBINHA

Ode à minha Avó (26/02/2008)

Minha avó casou por capricho. Noivou uma vez, pegou o homem na mentira e não quis mais conta. Noivou de novo, mas ainda não era dessa vez. Aí, conheceu meu avô na feira. Gostou, mas ele era pretinho e o irmão entesou. Aí foi que ela gostou mais. Já estava com 25 anos, já tava passando da idade. O meu avô também queria provar para o irmão valente da moça que era homem para casar sim, e sem mais conversa, casaram logo um mês depois de terem se conhecido. E esse foi o começo de 60 anos de histórias. Mas ainda assim, ela dizia, e ele fazia coro: casei por capricho!

Ela não era fácil. Implicava com nada, chorava quando via a prole desunida, mas dança quase tão bem quanto meu avô, o pé de valsa. Minha vó escrevia, mas não era de ler. Meu avô lê o jornal todo dia, mas nunca soube escrever. Faz conta que nem maquininha, mas é tudo de cabeça. Mas minha vó, que gostava de uma birra, era pura. E até o dia de sua morte foi assim. Minha avó era boa até a alma, até no apelido: Pombinha. Empombava de vez em quando é verdade, mas dava a vida para ver a família feliz. E metia a colher sim senhor. Estava por dentro de tudo apoiava quem achava que estava certo, fosse filho ou não fosse. Minha avó sabia relevar, sabia perdoar, sabia amar. Mas até uns anos atrás, fazia questão de manter uma postura de imponência, acho que pra ninguém descobrir que ela era um coração mole, e que era fácil conquistá-la.

Minha avó tinha um hobby, ou uma mania, ou, ainda, talvez fosse uma qualidade. Minha avó sabia guardar as coisas. Tudo. Roupas, móveis, porcelanas, toalhas, mochilas, utensílios, copo de extrato de tomate, e até outro dia estava em sua parede uma Mônica feia de gesso que eu fiz e pintei quando tinha uns 7 anos de idade. Também me emocionava quando via que na parede, volta e meia, aparecia um bilhetinho que fiz no dia da avó de 1900 e cacetada, quando devia estar na segunda série. Acho que deveria ter feito bilhetes como aqueles mais vezes. Minha avó tinha também um abridor em forma de jacaré, que apavorou minha infância, quando tinha pesadelos com lagartixas.

Minha vó era diabética, mas tomava batida com adoçante, e ai de quem abrisse a boca pra falar, que ela rebatia, altura: Dou-to-ra CARLA disse que eu podia! E ponto. Minha vó implicava com Morena, a empregada, e era metida a fazer tudo na cozinha. Fazia questão de cozinhar. Ela admitia que estava velha, mas inútil ela nunca aceitou ser. Já pra casa dos outros e já estava a querer lavar prato, isso quando não estava tomando uma cervejinha (duas horas depois do remédio, lógico!).

Minha avó parecia imortal. Minha avó lembrava, religiosamente, de todos os aniversários de cada um dos membros da família, e era sempre a primeira a ligar para dar os parabéns. Ela nunca faltava a um aniversário de filho ou neto ou genro ou nora. Minha avó também era muito orgulhosa de ri, e aceitava todos os elogios sem a menor cerimônia. Quando se admiravam quando ela bebia, ela retrucava com uma gargalhada gostosa: “e eu durmo?”; quando se espantaram de vê-la dançando, vinha ela: “danço mesmo, estou satisfeita, eu sou alegre”, e dançava com mais vigor fazendo biquinho, como que pra mostrar que falava a verdade. Minha avó me surpreendia, e um dia me disse que “fogo” sempre houve, exemplo era o de sua mãe, que fugiu com 15 anos pra morar com seu pai. E quando uma pudica saiu no meio do novo diálogo, ela me olhou, achando graça, e comentou: “ela não aguentou a conversa”, e tome-lhe risada, complementando “esse negócio de dizer que fogo é coisa de agora é mentira, que desde que o mundo é mundo é assim”. Minha avó era teimosa, e nunca reconhecía quando precisava de ajuda. Ela fazia um

vatapá maravilhoso. E um frango cozido, e um atum, que ninguém fazia igual.

Quase tudo na casa de minha avó era mais velho que eu, muito mais velho diga-se. Ela falava: tá vendo essa geladeira? Aí meu avô completava: é quase da idade de tua mãe. Aí ela dizia e aquela toalha de mesa? Aí meu avô: sua mãe nem sonhava em nascer. Ela se orgulhava de conservar tão bem as coisas. Meu avô se incomodava, mas até se divertia. Todo mundo ficava encantado com a vitalidade e a disposição de minha avó. Em seu último aniversário, até desconhecido fez faixa com seu nome. E a minha vó adorava ser admirada, mas não mudava nem um tiquinho seu jeito de ser por isso.

Quando criança, achava minha vó muito rígida, mas à medida que fui crescendo fui descobrindo seu coração mole. Minha vó sempre dava de presente de aniversário sabonetes ou toalhas com o novo nome bordado. Eu sempre fiz questão de fazer cara de surpresa, como se não imaginasse o que fosse o presente. Porque ela dava sempre com todo o coração, e a cada vez parecia ser a primeira. Minha vó não era caridosa, nem piedosa. Mas não podia ver ninguém passando necessidade que dava logo um jeitinho de ajudar. Ela era humana.

Minha avó era bem vaidosa. Gostava que dissessem que estava bonita, e recebia a lisonjeia de bom grado, sem pestanejar. Mas também quando sua estima não estava tão boa, não havia santo que a convencesse do contrário. Como disse, era teimosa.

Minha vó tinha um gatinho, Mimoso, seu último filho. Mimoso assistia Silvio Santos com ela, conversava, brincava, e ela não podia viajar que ficava com a cabeça no bichinho. A comida, a segurança, tudo o mais. Minha vó não era tímida, e botava todo mundo no lugar, e achava sempre que estava com a razão. Mas também não era dada a intimidades, colocava todos os dias a comida de meu avô (e o esperava até a hora que chegava do seu dominó), não dançava com qualquer um. Minha vó quando costurava ainda, fez as cortinas e as almofadas que até hoje tem lá em casa.

Minha vó foi o início da família do meu vô, que veio do interior aos sete anos, se criou na rua, e colocou o próprio sobrenome. Autêntica, pura, forte. Minha avó. Os arranjos de natal, a comida da semana santa, o incenso e reza nos dias de Santo Antônio eram sempre iguais. Minha avó gostava das tradições, e mantinha-as com gosto. Ela reclamava um bocado de meu avô, mas creio que morreu apaixonada por ele. Minha vó odiava mentiras. E ela sempre me dizia: “não vai dar pra aqueles advogados desonestos não, né? Oi lá, seja honesta!”. E não importava o quanto dissesse que sim, ela volta e meia me repetia. Não vou esquecer, vó!

Ela também era doida pra ver os netos casarem, e era muito exigente com os seus namorados. Sempre aceitava-os bem. Minha vó era um pouco isto, era muito mais, e era simples, franca, querida com todos os seus defeitos. D. Fortunata não gostava do nome, mas tinha mesmo um coração afortunado.

Por Joice Castro

ANEXO C – E-MAIL DE JOICE SOBRE O RACISMO

Assunto RE: {Raça e Etnia:88}RE: Ensaio do artigo de M^a Rita
De Joice Castro <joicecastro@hotmail.com>
Para Grupo Raça <raca-e-etnia@googlegroups.com>
Data 15 de dez. de 2009 às 18:01

Gente,

Segue abaixo o meu ensaio. Foi realmente um ensaio, no sentido mais precário do termo, mas tomei a ousadia de enviar para o grupo porque pensei que outras pessoas podem também ter ficado tímidas. E que podemos nos enriquecer ousando mais e trocando o que temos. O texto de Maria Rita me deu coragem para mandar um pouquinho de mim..rs...

Beijo enorme a todos e um 2010 repleto de felicidade e sucesso!

Joice

Subjetividade – um pequeno ensaio sobre a minha identidade

Racismo. Qual o significado desta palavra para mim?

Quando me propuseram a escrita de um ensaio sobre a minha subjetividade, considerando a minha cor, pensei: o que vou dizer? Nunca passei por grandes humilhações, as pessoas de minha família são relativamente bem sucedidas, e, embora nunca tenha sido alienada o suficiente para dizer que o racismo não é praticado, nunca compreendi muito bem o tamanho da raiva que algumas pessoas negras sentiam pelos brancos ou o repúdio a um racismo violento e cruel que nunca existiu em minha vida.

Violento? Realmente, o racismo em minha vida sempre foi Violento? Realmente, o racismo em minha vida sempre foi sutil, sempre “comeu pelas beiradas”, de modo a me fazer questionar se ele era real ou um sugestionamento operado em minha mente.

O fato é que eu sempre quis ver o racismo, desmascará-lo, porque sempre tive um grande sentimento de identidade com a minha cor, e simplesmente execrava qualquer história – e são muitas as histórias – em que alguém fosse considerado inferior pela sua cor. Mas quanto mais tentava enxergá-lo, mais esquivo ele me parecia, e me confundia, confundia e confundia.

Além disso, por sempre ter pensado que a raça humana é uma só, e por sempre ter pulsado em mim o sentimento humanístico que repudiava qualquer tipo de discriminação ao ser humano, acho que acabei por atrasar meu processo de conscientização, uma vez que somente tinha como base de vivências e pesquisa o meu arredor.

Em minha família, somos todos negros. Somos todos lindos. Sempre achei isso. Acho minha família absolutamente linda, e todos são negros. Meus pais e todos os meus tios, apesar da infância relativamente pobre, conseguiram estudar até o nível superior, e isso sempre foi motivo de muito orgulho. Ou seja: somos exceção. Desde a geração de meus pais, minha família teve oportunidades de estudos que a maioria das famílias negras não teve.

Talvez por este fato, minha família sempre me pareceu consciente de seu valor e de sua identidade, e esse reflexo eu vejo em meus primos, que assumem um visual autêntico sem necessariamente estarem militando em favor da causa negra. Não demonstram sentimentos profundos de raiva ou rancor por terem sofrido discriminação.

Decerto, já passaram por dissabores, como eu, mas foram coisas menores, mais sutis, que não abalaram o sentimento de pertença e orgulho próprio, nem impediram o desenvolvimento de ninguém. Todos foram

encontrando seus caminhos, estudando e se posicionando com dignidade na sociedade, como nossos pais.

Esse sentimento de pertença me dá força, orgulho para Esse sentimento de pertença me dá força, orgulho para enfrentar quem quer que ouse questionar a minha identidade. Dá uma segurança e firmeza que talvez faça com que as pessoas pensem duas vezes antes de expressar alguma fala racista. Porque quem fala saberá que o que está do outro lado não abaixará a cabeça.

Por não ter vivenciado o racismo de forma dura, por não conseguir enxergá-lo claramente senão aqui ali com um ou outro exemplo, demorei para sair do discurso mais raso e ir buscar as raízes do odioso racismo. Encontrar o inimigo fugidivo e esquivo. Ao menos assim ele se revela em minha vida. Talvez seja algo muito bom sob determinado aspecto, mas, por outro lado, é interessante perceber que não se luta contra o que não se incomoda.

Outro fator que contou para a formação de uma auto identidade bem resolvida quanto à minha cor foi ter estudado no segundo grau em uma escola técnica federal, onde as pessoas tinham mente aberta e receptividade. Lá aprendi a me sentir bonita, valorizada, a ter amigos. As pessoas me diziam que eu era bonita, e admiravam minha beleza como admirariam a qualquer outra beleza, fosse de qualquer cor ou tamanho. Fui acolhida e parecia que a minha cor não contava em nada para o meu julgamento, nem contra nem a favor. Como deve ser.

Uma prima, no entanto, estudou a vida toda em um grande colégio de classe média onde as pessoas tinham outra mentalidade, e onde ela foi, por vários anos, a única aluna negra de sua turma. Sabe aquela revolta, aquele repúdio, aquela raiva sem rosto? Ela tem. Mesmo sendo orgulhosa de sua cor e de sua família, tem raiva “daquelas patricinhas brancas”. E por muitos anos não compreendia todo aquele ódio, que hoje eu posso entender.

Achava que não havia motivo para toda aquela raiva, e que não se poderia generalizar, categorizar as pessoas por sua pele ou por sua situação financeira. Odiar as pessoas por sua cor e status seria reproduzir o mesmo comportamento que eu abomino. Continuo pensando assim, mas a vida me deu chance de conseguir enxergar isso. Fico me perguntando se pensaria a mesma coisa tendo estudado por mais de dez anos em um colégio onde os padrões de beleza e identidade eram absolutamente diferentes dos meus, onde eu me sentia absolutamente diferentes dos meus, onde eu me sentia excluída por minha aparência, onde eu era sempre aquela diferente que os outros aprendem a tolerar.

As lentes acompanham a vida. O que se vive, de certa forma, determina o que se pensa. E enxergar além disso exige um esforço e uma humanidade fora do comum. Hoje entendo que as pessoas têm o direito de não querer perdoar. E que a vítima jamais pode ser colocada no lugar de seu algoz por não ter conseguido ser maior do que seus sentimentos de dor e humilhação.

Por que somente um dos lados tem que ser tolerante e compreensivo, ameno? O esforço não deveria vir de ambas as partes? A revolta é que, na sociedade em que vivemos, parece ser óbvio que os negros devam se conter, que compreendam, que não percam a razão, mesmo quando violentados por toda a vida. E se falarem, apanham. Pois aí são destemperados, racistas e intolerantes.

O sentimento de vingança é humano, mesmo que eu ainda continue a acreditar que em uma sociedade ideal as pessoas devam esforçar-se para banir a intolerância e que possam enxergar-se umas às outras como apenas seres humanos. Sem mais. Sem menos. Meu avô sempre me disse que eu nunca devia dar margem para ninguém falar de mim. Sempre me disse para “fazer valer nossa epiderme”. Ele foi motorista da família de um governador que limpava o volante do carro que ele dirigia com um lenço, quando ele ia embora. Ele foi discriminado na Marinha por ser “neguinho”, e disse, desafiando seu superior, com todo o seu orgulho, que “Deus fez o mundo colorido, com preto, branco, rosa e amarelo”. Creio que ele não se sentia inferior por sua cor, e sim injustiçado.

Dei-me conta de que precisava mergulhar na questão do racismo quando passei duas horas de uma tarde de trabalho discutindo com um estagiário branco, com pinta de modelo, que afirmava que “todos eram iguais”, e que querer qualquer tipo de reconhecimento da existência do racismo era fazer racismo ao

contrário. Não consegui convencê-lo de que o racismo ao contrário. Não consegui convencê-lo de que o que ele dizia era patético, minha experiência de vida não foi o bastante para demonstrar o que eu acreditava, e meus argumentos não foram suficientemente contundentes. Senti muita raiva. Como eu queria, naquele momento, saber mais sobre meu inimigo invisível!

Sempre senti a responsabilidade de bradar contra as injustiças, contra a discriminação, porém, nunca senti tanta vontade de me apropriar do discurso quanto naquele dia. E o desejo me trouxe aqui. A querer compreender e buscar respostas para minhas questões mais íntimas.

Chegou Windows 7. Agora com exibição de redes sem fio. Conheça.

--

Você está recebendo esta mensagem porque se inscreveu no grupo "Raça e Etnia" dos Grupos do Google. Para postar neste grupo, envie um e-mail para raca-e-etnia@googlegroups.com
Para cancelar a inscrição nesse grupo, envie um e-mail para raca-e-etnia+unsubscribe@googlegroups.com
Para obter mais opções, visite esse grupo em <http://groups.google.com/group/raca-e-etnia?hl=pt-BR>

[Faint, illegible handwriting, likely bleed-through from the reverse side of the page.]